

Estado de Goiás
Polícia Militar
Academia de Polícia Militar
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

Segurança de Dignitários normas e
Padrões de Procedimento

Francisco Carlos da Silva Nino

José Divino Cabral

Goiânia - 1997

FRANCISCO CARLOS DA SILVA NIÑO - CAP PMDF

JOSÉ DIVINO CABRAL - CAP PMGO

**SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS
NORMAS E PADRÕES DE PROCEDIMENTOS**

Trabalho técnico-profissional apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), sob a orientação do Maj PM Magno Antônio Mariani.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA, JULHO DE 1997

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que, anonimamente, e, às vezes, sem nenhum reconhecimento, atuam na área de segurança de autoridades.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todos que direta ou indiretamente cooperaram na elaboração deste trabalho, especialmente à Professora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva pela sua paciência e valiosa orientação quanto à metodologia empregada, ao Maj PM Magno Antônio Mariani, que nos conduziu nos aspectos doutrinários e ao Cap PMDF Hugo Brinco Rodrigues Júnior que, gentilmente, nos colocou à disposição todo o acervo bibliográfico, sem o qual não teria sido possível a realização deste trabalho.

“É preciso amar os soldados para compreendê-los, e compreendê-los para poder comandá-los. Sei que meus homens prefeririam comer um pedaço de pão perto de mim a comer frango a 100 léguas de distância. As milícias palacianas são terríveis, e tanto mais perigosas quanto mais absoluto é o soberano.”
Napoleão Bonaparte, a respeito de sua guarda.

“Nada me adiantaria trazer uma cota de malha ou rodear-me de uma guarda de corpo. Há mil meios de atingir um homem que se quer matar.”
Abraham Lincoln - Presidente norte-americano morto em atentado.

“ Nem todas as guardas pessoais, nem a grande fortaleza palaciana, nem mesmo a simples passagem do tempo podiam afastar-me completamente do terror da violência”.
Czar Nicolau - morto à bala pelo chefe de sua guarda em 16/02/1918.

SÚMARIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. VERIFICAÇÃO DA RELEVÂNCIA DO TEMA.....	20
2. GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA ESTADUAL.....	27
2.1 HISTÓRICO.....	27
2.2 MISSÃO GERAL E ESTRUTURA ATUAL.....	28
3. ATENTADOS.....	31
3.1 HISTÓRICO.....	31
3.2 CONCEITO.....	32
3.3 - CAUSAS.....	33
3.3.1 Causas Político Ideológicas.....	33
3.3.2 Causas Econômicas.....	33
3.3.3 Causas Pessoais.....	34
3.4 MEIOS UTILIZADOS.....	35
3.5 FONTES DE HOSTILIZAÇÃO.....	36
3.6 PROPÓSITO DOS ATENTADOS.....	37
3.7 TIPOS DE CRIMINOSOS.....	37
3.8 "MODUS OPERANDI" DOS ATENTADOS.....	38
3.9 VANTAGENS PARA O EXECUTANTE DO ATENTADO.....	40
3.9.1. Conhecimento do Local da Ação.....	40
3.9.2 Disponibilidade de Tempo para o Planejamento.....	40

3.9.3. Local para Tomada do Dispositivo.....	40
3.9.4 Existência de Itinerários ou Rotas de Fuga.....	40
3.9.5 Possibilidade de Ocultação entre o Público, Convidados ou Imprensa.....	41
3.9.6 Despreparo do Elemento de Segurança.....	41
3.9.7 Rotina Conhecida e Vazamento de Informações das Atividades da Autoridade	41
3.9.8 Meios de Comunicações Deficientes	42
3.9.9 Falta de Cooperação da Autoridade.....	42
3.10 TÉCNICAS OPERACIONAIS UTILIZADAS NOS ATENTADOS.....	42
3.10.1 Estória-Cobertura.....	43
3.10.2 Disfarce.....	43
3.10.3 Vigilância.....	43
3.10.4 Entrada	43
3.10.5 Entrevista.....	44
3.10.6 Recrutamento Operacional:.....	44
3.10.7. Fotografia ou Filmagem.....	44
3.10.11 Eletrônica.....	45
3.11 MEDIDAS IMPORTANTES A SEREM ADOTADAS NA PREVENÇÃO DE ATENTADOS.....	45
3.11.1 Ocupação de Pontos Críticos	45
3.11.2 Ocupação de Pontos Estratégicos.....	45
3.11.3 Blindagem:.....	46
3.11.4 Ocultação da Autoridade	46
3.11.5 Colete	46

3.11.6 <i>Posicionamento da Segurança Pessoal</i>	46
4. CONSIDERAÇÕES GERAIS	47
4.1 INTRODUÇÃO	47
4.2 DEFINIÇÕES BÁSICAS	48
4.2.1 <i>Dignitário</i>	48
4.2.2 <i>Segurança</i>	48
4.2.3 <i>Proteção</i>	49
4.2.4 <i>Sistema de Segurança</i>	49
4.2.5 <i>Segurança Pessoal</i>	50
4.2.6 <i>Segurança de Área</i>	50
4.2.7 <i>Segurança Ostensiva</i>	51
4.2.8 <i>Segurança Velada</i>	52
4.2.9 <i>Nível de Segurança</i>	52
4.2.10 <i>Segurança Ativa</i>	53
4.2.11 <i>Segurança Passiva</i>	53
4.2.12 <i>Serviço de Segurança</i>	54
4.2.13 <i>Agente de Segurança</i>	54
4.2.14 <i>Agente de Segurança Pessoal</i>	54
4.2.15 <i>Equipe de Segurança Pessoal</i>	54
4.2.16 <i>Agente Especial de Segurança</i>	55
5. PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA	56
5.1 CONSIDERAÇÕES	56
5.2 PRINCÍPIOS BÁSICOS	56
5.2.1 - <i>Princípio da Iniciativa</i>	56

5.2.2 Princípio da Oportunidade	57
5.2.3 Princípio da Flexibilidade	57
5.2.4 Princípio da Simplicidade	57
5.2.5 Princípio da Coordenação	58
5.2.6 Princípio da Versatilidade	58
5.2.7 Princípio da Abrangência	59
5.2.8 Princípio da Percepção	59
5.2.9 Princípio da Previsão	59
6. VULNERABILIDADE	60
6.1 CONSIDERAÇÕES	60
6.2 VULNERABILIDADES FREQUENTES	60
6.2.1 A Rotina	60
6.2.2 A Improvisação	61
6.2.3 A Desmotivação	61
6.2.4 O Despreparo Profissional	61
6.2.5 A Falta de Informações	62
6.2.6 A Falta de Interação da Autoridade com o Sistema de Segurança	62
7. ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURANÇA	63
7.1 ATRIBUIÇÕES:	63
7.2 ATRIBUTOS DO AGENTE DE SEGURANÇA:	65
7.2.1 Resistência à Fadiga	65
7.2.2 Lealdade	66
7.2.3 Honestidade	66
7.2.4 Discricão	66

7.2.5 Manejo de Armas.....	67
7.2.6 Coragem.....	67
7.2.7 Dedicção.....	67
7.2.8 Inteligência.....	68
7.2.9 - Decisão.....	68
7.2.10 - Noções de Defesa Pessoal.....	68
7.2.11 Nível Intelectual e Cultural.....	68
7.2.12 Experiência Policial.....	69
7.2.13 Idade.....	69
7.3 QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO.....	69
7.3.1 Condições Físicas.....	69
7.3.2 Preparo Profissional.....	70
7.3.3 Afastamento ou Desligamento.....	71
7.4 FATORES QUE CONDICIONAM O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE UM TRABALHO DE SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS.....	72
7.4.1 Grau de Risco.....	72
7.4.2 Importância da Autoridade.....	72
7.4.3 Conjuntura Atual.....	72
7.4.4 Comportamento da Autoridade.....	73
7.4.5 Disponibilidade de Recursos Materiais e Humanos.....	73
7.5 CÍRCULOS DE SEGURANÇA.....	73
7.5.1 Segurança Aproximada.....	74
7.5.2 Segurança Velada.....	76
7.5.3 Segurança Ostensiva.....	76

7.6 EQUIPE PRECURSORA	80
7.6.1 Aspectos a Serem Abordados com o Responsável pela Segurança	
<i>Velada</i>	82
7.6.2 Aspectos a Serem Abordados com o Responsável pelo Policiamento	
<i>Ostensivo</i>	82
7.6.3 Aspectos a Serem Abordados com o Responsável pela Escolta de	
<i>Batedores:</i>	83
8. APARIÇÃO EM PÚBLICO.....	85
8.1 GENERALIDADES.....	85
8.1.1 - <i>Conceito</i>	85
8.1.2 <i>Considerações</i>	85
8.2 FATORES CONSIDERADOS NOS PLANEJAMENTOS	86
8.2.1 <i>Quanto ao Público</i>	86
8.2.3 <i>Quanto à Formalidade</i>	92
8.2.4 <i>Quanto ao Tempo de Preparação</i>	93
8.2.5 <i>Quanto ao Local</i>	94
8.2.6 <i>Quanto ao Sigilo</i>	96
8.3 LOCAIS DE APARIÇÃO EM PÚBLICO.....	97
8.3.1 <i>Os Locais de Aparição em Público Devem Atender às Seguintes</i>	
<i>Características</i>	97
8.3.2 <i>Localização da Autoridade</i>	99
8.3.3 <i>Normas e Procedimentos em Locais Distintos</i>	100
8.4 ISOLAMENTOS.....	106
8.4.1 <i>Isolamentos Externos</i>	107

8.4.2 Isolamentos Internos	108
8.5 CONTROLE DO PÚBLICO - ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS..	109
8.6 CONSIDERAÇÕES GERAIS	109
9. A EVACUAÇÃO E O ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.....	112
9.1 CONSIDERAÇÕES.....	112
9.2 CONCEITOS.....	113
9.2.1 Evacuação	113
9.2.2 Urgência.....	113
9.2.3 Emergência.....	113
9.3 CONDIÇÕES PARA A EVACUAÇÃO	114
9.4 PREPARATIVOS PARA A EVACUAÇÃO	114
9.5 A EVACUAÇÃO	115
9.6 CONDIÇÕES PARA O ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.....	117
9.7 PLANO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.....	117
10. ESCOLHA DE ITINERÁRIOS	120
10.1 CONSIDERAÇÕES.....	120
10.2 CONCEITOS.....	120
10.2.1 Itinerário	120
10.2.2 Escolha	121
10.2.3 Deslocamento	121
10.2.4 Itinerário Principal	121
10.2.5 Itinerário Alternativo ou Secundário	121
10.2.6 Itinerário Eventual	122
10.2.7 Ponto Crítico	122

10.2.8 Ponto de Apoio	122
10.3 CARACTERÍSTICAS DOS ITINERÁRIOS	122
10.3.1 Quanto ao Meio Físico	123
10.3.2 Quanto à Proteção	124
10.3.3 Quanto à Luminosidade	125
10.3.4 Quanto à Extensão	126
10.3.5 Quanto ao Sigilo	127
10.3.6 Quanto à Missão	128
10.3.7 Quanto à Flexibilidade	130
10.4 SELEÇÃO DO ITINERÁRIO	130
10.4.2 Reconhecimento	131
10.4.3 A Escolha	133
10.5 EXECUÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA DO ITINERÁRIO	134
10.5.1 Ensaio	134
10.5.2 Inspeção Final	134
10.6 REGRAS BÁSICAS DE SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO DE ITINERÁRIOS	135
10.7 MEDIDAS DE SEGURANÇA NOS ITINERÁRIOS	135
10.7.1 Rotineiras	135
10.7.2 Especiais	136
10.7.3 Inopinadas	136
11. ESCOLTA A PÉ	137
11.1 CONCEITOS	137
11.1.1 Escolta a pé	137

11.1.2 Formação.....	137
11.2 CARACTERÍSTICAS DA ESCOLTA.....	137
11.2.1 Considerações.....	137
11.2.2 Proteção e Discrição.....	138
11.3 FORMAÇÕES E MANEABILIDADE.....	142
11.3.1 Em Linha Frontal.....	143
11.3.2 Em Linha a Retaguarda.....	144
11.3.3 Em Cunha.....	144
11.3.4 Em "V" - Cunha Invertida.....	145
11.3.5 Em Losango.....	145
11.3.6 Em Círculo.....	146
11.3.7 Formação em "L".....	146
11.3.8 Especiais.....	147
11.4 EQUIPAMENTO E MATERIAL.....	147
11.5 ARMAMENTO E MUNIÇÃO.....	148
11.6 APOIO À ESCOLTA A PÉ.....	149
11.6.1 Comunicações.....	149
11.6.2 Saúde e Evacuação.....	149
11.6.3 Cerimonial.....	150
11.6.4 Imprensa.....	150
11.7 DESLOCAMENTOS.....	151
11.7.1 Data/Hora do Deslocamento.....	152
11.7.2 Local de Origem e Destino.....	152
11.7.3 Meios de Transporte Utilizados, Antes e Depois do Deslocamento.....	153

11.7.4 Acompanhantes.....	153
11.7.5 Procedimento de Emergência.....	154
11.7.6 Reconhecimentos.....	154
11.7.7 Coordenação e Controle.....	155
11.7.8 Ensaios.....	155
11.7.9 Execução.....	156
11.7.10 Conduitas de Emergência.....	156
12. ESCOLTA MOTORIZADA.....	157
12.1 GENERALIDADES.....	157
12.2 RECOMENDAÇÕES.....	159
12.3 NORMAS PARA O MOTORISTA.....	162
12.4 EQUIPAMENTO NA VIATURA.....	163
12.5 SEGURANÇA NO DESEMBARQUE.....	163
12.6 TIPOS DE ESCOLTA MOTORIZADA.....	164
CONCLUSÃO.....	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	205
ANEXO.....	207

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Estado de Goiás, como ocorre na maioria das Polícias Militares do Brasil, é responsável pela segurança pessoal do Governador e do Vice-Governador do Estado, de suas respectivas famílias e residências oficiais. Para este fim, o órgão de planejamento e execução é o Gabinete Militar da Governadoria (GM) composto, na sua grande maioria, por policiais de nossa corporação, e, em áreas específicas, por bombeiros-militares. Não há normas que padronizem a atuação da PM nesta área, apesar de tal missão vir sendo cumprida ao longo dos anos, dada a aproximação da corporação com os Governadores do Estado. Isso faz com que o órgão de execução, alguma das vezes, estabeleça a sua forma de operar de acordo com a maneira de ser de cada autoridade, deixando, assim, de empregar normas e técnicas de segurança, às quais a própria autoridade deveria submeter-se, até mesmo porque quando o governante assume o poder toda a estrutura de segurança já está montada e em pleno funcionamento.

É neste contexto que é proposto o presente trabalho de normas e padrões de procedimentos na área de segurança de dignitários, que poderão ser empregados na Polícia Militar do Estado de Goiás, através do Gabinete Militar da Governadoria - órgão responsável pelo planejamento e execução das operações de segurança.

O trabalho que ora é proposto encontra sua justificativa dentro da atual realidade do serviço de segurança de dignitários que a Polícia Militar executa através do Gabinete Militar da Governadoria. Ali, observamos ações e procedimentos isolados de policiais que cumprem a missão sem nenhuma técnica específica e coloca em prática o que aprendeu dentro da operacionalidade de rua, desgastando, assim, sua imagem pessoal e até mesmo a da autoridade, bem como o bom conceito da corporação junto ao Governo Estadual. A Polícia Militar do Estado de Goiás, que tem como uma de suas missões a de zelar pela segurança pessoal do Governador do Estado e sua família, precisa adotar e aperfeiçoar técnicas e normas específicas, deixando de lado aquela tradição de que o policial, uma vez formado, é capaz de executar qualquer missão.

Esta monografia é elaborada, também, com base

numa pesquisa de campo realizada por meio de questionário aplicado aos policiais lotados no Gabinete Militar e engajados diretamente na segurança pessoal do Governador, Vice-Governador do Estado e suas famílias. Assim, foi feita uma observação do grau de dificuldade encontrado no cumprimento da missão decorrente da falta de material didático específico à área. Outras fontes, ainda, foram utilizadas no presente, como manuais, obras diversas e trabalhos não publicados. Merecem citação, em especial, pelo suporte bibliográfico emprestado, os manuais da Subchefia de Segurança da Casa Militar da Presidência da República (1994), do Centro de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos da Secretaria de Assuntos Estratégicos (1990) e do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça (1988), tendo havido nossa participação (Cap. Niño) na elaboração do primeiro.

É objetivo específico desta monografia estabelecer padrões de procedimentos a serem adotados nas operações de segurança, independentemente de posto, graduação ou antigüidade do policial responsável pela execução da missão. A este propósito acrescem-se os seguintes: oferecer à corporação fonte de consulta específica para instruções de policiais envolvidos no serviço; proporcionar ao policial-militar ferramentas para que ele entenda a real importância do serviço,

e procure desencumbir-se de suas tarefas com profissionalismo e eficiência, abandonando a atitude de tão somente acompanhar a autoridade; e, apresentar técnicas operacionais que empregadas adequadamente pelo policial-militar resultarão na conquista do respeito e da confiança da autoridade e, como conseqüência, na valorização da sua função.

1. VERIFICAÇÃO DA RELEVÂNCIA DO TEMA

Com o objetivo de justificar a relevância da feitura de um trabalho técnico sobre a Segurança de Dignitários, foi aplicado um questionário (ver ANEXO) aos integrantes do Departamento de Segurança do Gabinete Militar da Governadoria do Estado de Goiás. Quarenta e nove questionários foram respondidos, e destes, apenas um foi desconsiderado porque não continha todas as respostas.

O instrumento em tela, composto de dez perguntas fechadas, procurou confirmar ou não a necessidade da adoção de uma Doutrina de Segurança para o Governador do Estado.

Os resultados obtidos com a aplicação do citado instrumento são apresentados, a seguir, sob a forma de tabelas seguidas das considerações pertinentes.

TABELA 1 - Tempo de serviço policial-militar

ANOS	Nº DE AGENTES	%
menos de 5	5	10,4
5 a 10	15	31,2
10 a 15	21	43,8
mais de 15	7	14,6
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

Da análise da Tabela 1, verifica-se que apenas 10% dos agentes designados para a atividade de segurança pessoal possuem menos de 5 anos de serviço policial.

A grande maioria (75%) situa-se entre 5 e 15 anos de serviço, dado considerado satisfatório, pois a experiência acumulada, a maturidade em decorrência da idade e a resistência física são requisitos indispensáveis para o desempenho de tal função. A faixa etária considerada ideal é de 26 a 45 anos.

TABELA 2 - Tempo de serviço no Departamento de Segurança do Gabinete Militar

ANOS	Nº DE AGENTES	%
menos de 2	9	18,8
2 a 4	15	31,2
4 a 6	15	31,2
6 a 8	5	10,4
mais de 8	4	8,4
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

Analisando o tempo de permanência dos agentes na função de segurança conclui-se que o grupo é experiente e possui um bom nível de rotatividade, pois apenas 1/5 do efetivo está na atividade há menos de 2 anos e somente 8,4% ultrapassam 8 anos. Verifica-se que há uma transmissão de experiência entre os agentes pois mais de 60% deles lá estão por período mínimo médio de 4 anos, ou seja, passando de um período de governo para outro.

TABELA 3 - Função desempenhada ao ser designado para o Departamento de Segurança

FUNÇÃO	Nº DE AGENTES	%
Administrativa	17	35,4
Operacional	26	54,2
Outros	5	10,4
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

TABELA 4 - Possuidor de experiência anterior em segurança pessoal de autoridades

EXPERIÊNCIA	Nº DE AGENTES	%
Sim	14	29,2
Não	34	70,8
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

Observando-se as Tabelas 3 e 4 nota-se que mais da metade dos integrantes da Segurança foram recrutados da atividade operacional e pouco mais de 10% foram convocados após término de curso ou estavam agregados em outros órgãos.

A grande maioria (70,8%) não possuía experiência ao ser designado para a função.

TABELA 5 - Recebeu instrução ou participou de estágio de segurança de autoridade antes de exercer as funções

RESPOSTA	Nº DE AGENTES	%
Sim	18	37,5
Não	30	62,5
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

Aqui verifica-se que o agente fica na dependência da transmissão de conhecimento, por parte de colegas mais experientes, durante a execução do serviço, pois mais da metade dos integrantes da segurança (62,5%) não receberam instruções específicas sobre doutrina de segurança de autoridades e vão protegê-la apenas com sua experiência policial, que em algumas situações não é suficiente ou chega até mesmo a ser inadequada ou contrária à doutrina. Exemplo: O policial-militar persegue o delinqüente logo após a agressão. O agente de segurança pessoal tem como prioridade proteger e retirar a autoridade do local de perigo deixando a perseguição e captura para outros seguimentos do sistema de segurança.

TABELA 6 - Dificuldades no exercício da função

RESPOSTA	Nº DE AGENTES	%
Sim	22	45,8
Não	26	54,2
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto às dificuldades enfrentadas pelos agentes no exercício de suas funções, verifica-se que quase a metade destes deparou-se com situações nas quais a falta de um embasamento teórico prejudicou o seu desempenho funcional.

TABELA 7 - Conhecimento de manual específico sobre segurança de autoridades

RESPOSTA	Nº DE AGENTES	%
Sim	38	79,2
Não	10	20,8
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

TABELA 8 - Necessidade de um manual de normas e procedimentos para orientar a execução do serviço

RESPOSTA	Nº DE AGENTES	%
Sim	40	83,3
Não	8	16,7
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

Comparando-se os dados apresentados nas Tabelas 7 e 8 verifica-se uma certa semelhança entre os números. Ao analisarmos as respostas de forma casada, constatamos que

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

todos os agentes que nunca tiveram a oportunidade de consultar um manual sobre o assunto (20,8%) posicionaram-se favoravelmente à existência deste.

Por outro lado, os 16,7% (8) que não acham necessária a existência deste documento já tiveram contato com material similar. Difícil aceitar esta resposta, pois sabemos que a improvisação é uma das vulnerabilidades do sistema de segurança. Assim sendo, como é possível exercer-se a função de agente de segurança sem normas e procedimentos pré-estabelecidos fundamentados em base teórica?

TABELA 9 - Conhecimento de técnicas de acompanhamento de uma autoridade em deslocamento a pé ou motorizado.

RESPOSTA	Nº DE AGENTES	%
Sim	35	72,9
Não	13	27,1
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

TABELA 10 - Conhecimento de técnicas de reação face a atentados a autoridades

RESPOSTA	Nº DE AGENTES	%
Sim	27	56,2
Não	21	43,8
Total	48	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

Os dados apresentados nas Tabelas 9 e 10 são os mais representativos para a confirmação da necessidade e oportunidade da apresentação de um trabalho que sirva de embasamento doutrinário para a forma de atuação dos agentes bem como de estruturação do sistema de segurança do Governador do Estado. Analisados os números obtidos nota-se que 27,1% dos agentes não conhecem as técnicas de acompanhamento de uma autoridade - procedimento básico no sistema de segurança que é eminentemente preventivo. Temos ainda outro dado alarmante dando conta que 43,8% dos agentes não têm conhecimento das técnicas de reação face a atentados. Cabe enfatizar que, no caso deste grupo de agentes, conforme visto na Tabela 2, mais de 2/5 desempenham a função há mais de 2 anos, ou ainda, exatamente a metade deles já está no serviço há mais de 4 anos.

2. GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA ESTADUAL

2.1 HISTÓRICO

O Gabinete Militar da Governadoria Estadual foi criado através da Lei Nr 787, de 31 de julho de 1.925, na administração do Dr. Brasil Ramos Caiado, inicialmente com a denominação de Casa Militar da Presidência do Estado e teve como seu primeiro Chefe o Cap PM Régulo de Macedo Carvalho, nomeado para o período de 1º de janeiro de 1926 a 13 de julho de 1.929.

O Decreto Nr 8.914 de 13 de fevereiro de 1.926, baixando o regulamento para a Força Pública do Estado de Goiás, foi o primeiro que dispôs sobre a Casa Militar da Presidência do Estado.

De acordo com a Lei Nr 813, de 02 de agosto de

1.926, foi atribuída uma gratificação de 90\$000 (noventa contos de réis) ao Chefe da Casa Militar da Presidência.

Em 1.944, através do decreto-lei Nr 234, de 06 de dezembro que deu nova organização à Administração Pública do Estado, a Casa Militar passou a ser denominada de Gabinete Militar, o qual foi encarregado da guarda e representação do Chefe do Poder Executivo, bem como da ligação deste com a Força Policial do Estado.

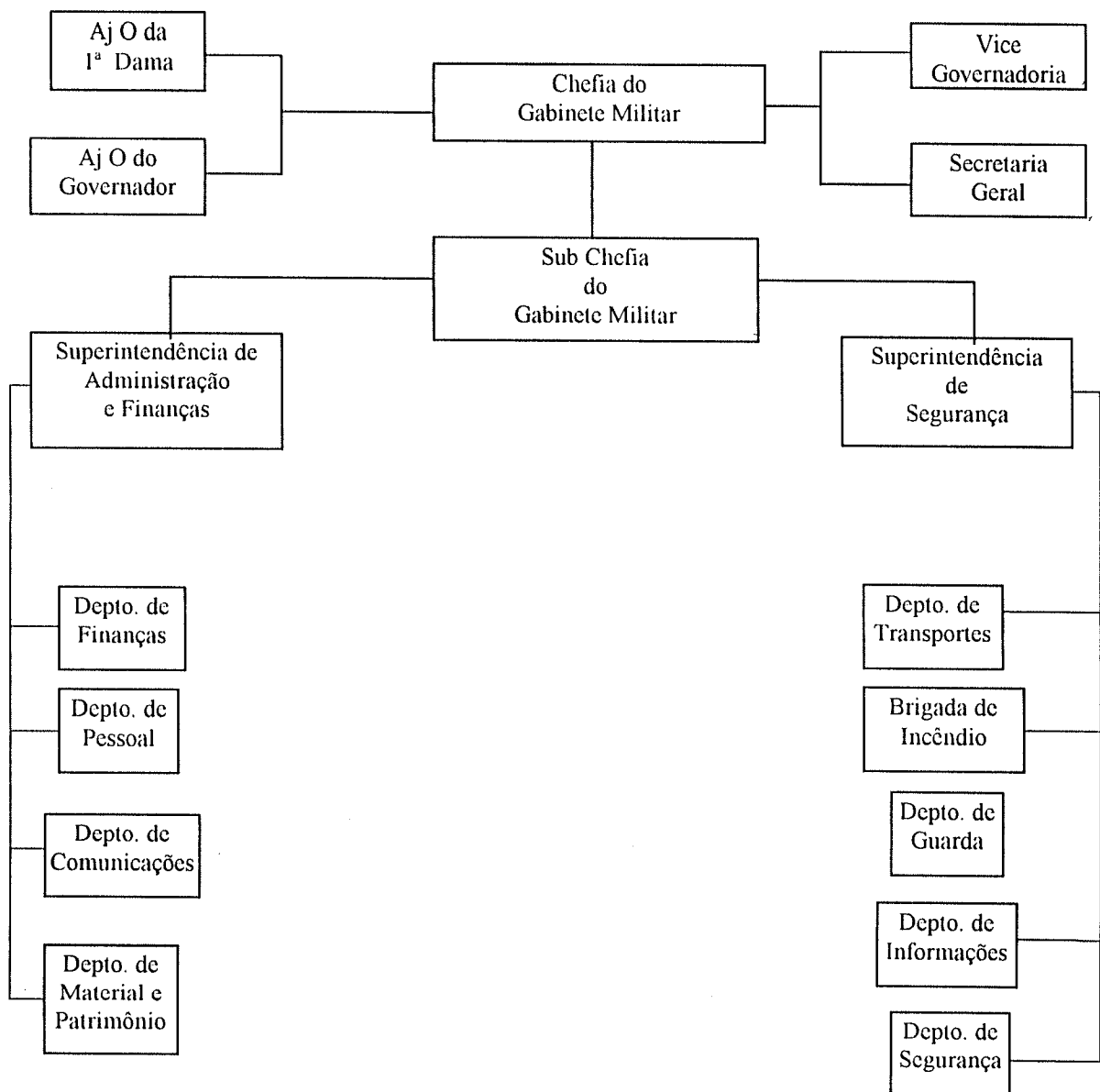
2.2 MISSÃO GERAL E ESTRUTURA ATUAL

Atualmente, o Gabinete Militar da Governadoria Estadual, órgão integrante da estrutura organizacional básica do Poder Executivo, com o advento da reforma administrativa feita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Doutor Iris Rezende Machado, através da Lei Nr 11.655, de 26 de dezembro de 1.991, passou a ter as atribuições de assistir o Governador do Estado nos assuntos referentes a audiências e comunicações, zelar pela segurança do Governador e do Vice- Governador do Estado, de suas respectivas famílias, do palácio governamental, residências oficiais e Centro Administrativo, coordenar a participação do Governador do Estado em cerimônias civis e militares e administrar os meios de transporte terrestre do Governador.

A estrutura organizacional básica do Gabinete Militar da Governadoria é definida através de uma Chefia, uma Subchefia, a Superintendência de Administração e Finanças e a Superintendência de Segurança.

Integram ainda a estrutura organizacional do Gabinete Militar as seguintes unidades administrativas: Departamento de Segurança, Departamento de Transportes, Departamento de Informações, Departamento de Guarda, Departamento de Finanças, Departamento de Comunicações, Secretaria Geral, Brigada de Incêndio, Departamento de Pessoal, Departamento de Material e Patrimônio, Ajudância de Ordens do Governador e o Sistema Goiás em Linha Direta, conforme organograma a seguir.

ORGANOGRAMA DO GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA (GM)



3. ATENTADOS

3.1 HISTÓRICO

O histórico das ocorrências de atentados é imenso. Desde a Antigüidade são cometidas as mais diversas formas de agressão contra autoridades. Modernamente, vemos o incremento no modo de execução, chegando-se ao requinte de instalação de bombas, com dispositivos de disparo armados com meses de antecedência, como já se descobriu na Inglaterra.

O atentado a altos dignitários já foi fator importante até mesmo da eclosão de uma guerra mundial (a Primeira, cuja "gota d'água" foi o assassinato do arquiduque FRANCISCO FERDINANDO, herdeiro do trono austríaco, praticado em 28.06.1914 pelo estudante GAVRILO PRINCIP).

A impossibilidade de montar um esquema de

segurança, que anule completamente a oportunidade de um atentado, acha-se registrada historicamente pela manifestação do biógrafo do Czar NICOLAU, morto a bala pelo chefe de sua guarda em 16.02.1918, de que ao soberano “nem todas as guardas pessoais, nem a grande fortaleza palaciana, nem mesmo a simples passagem do tempo podiam afastar completamente o terror da violência”.

O Presidente norte-americano Abraham Lincoln, também morto em atentado, costumava dizer que, se alguém quisesse assassiná-lo, realizaria sem dúvida o seu propósito. “Nada me adiantaria trazer uma cota de malha ou rodear-me de uma guarda de corpo. Há mil meios de atingir um homem que se quer matar”.

No Brasil, podemos usar como exemplo o atentado ao Presidente Prudente de Moraes, em 05.11.1897, no qual morreu esfaqueado o Marechal Carlos Bittencourt, Ministro da Guerra, que protegeu o dignitário com seu próprio corpo. Também com arma branca foi vitimado, em 08.09.1915, o líder político Pinheiro Machado.

3.2 CONCEITO

É uma ação criminosa, contra determinada(s)

pessoa(s) ou instituição executada por um indivíduo ou grupo, com uma finalidade, propósito ou razões específicas, utilizando para isso meios adequados

3.3 - CAUSAS

As causas mais diversas são motivação para a prática de atentados. Para efeitos didáticos estabelecemos a seguinte divisão:

- Ideológicas
- Econômicas
- Pessoais

3.3.1 Causas Político Ideológicas

Aquelas determinadas pela discordância ideológica, pelo descontentamento com as posições do dignitário ou segmento que ele represente quanto ao sistema de idéias adotado. Normalmente o atentado com tal motivação visa a atenuar a resistência para a mudança do regime ou posturas políticas. Ex.: Atentado ao Presidente Kennedy.

3.3.2 Causas Econômicas

Provocadas pela discordância na área econômica ou

eventuais prejuízos financeiros causados pelo dignitário ou segmento que ele represente.

3.3.3 Causas Pessoais

Há uma grande diversidade de questões de natureza pessoal que podem dar ensejo ao atentado, como o ciúme, o ódio, a vingança ou outros impulsos. Para melhor abordagem e esquematização do assunto veremos apenas duas:

3.3.3.1 Fanatismo

Qualidade, caráter, espírito ou procedimento de quem tem dedicação, admiração ou amor exaltado a alguém ou a alguma coisa.

- a) Fanatismo religioso - atentados do IRA à Primeira Ministra Margaret Thatcher.
- b) Fanatismo político - atentado ao Presidente egípcio Anuar El Sadat.
- c) Fanatismo Racial - atentado ao Pastor negro norte-americano Martin Luther King.

3.3.3.2 Psicopatia

Estado mental patológico caracterizado por desvios

de caráter que acarretam comportamentos anti-sociais.

A maioria dos atentados sofridos por Presidentes norte-americanos foi efetuado por pessoas emocionalmente desequilibradas: JACKSON em 1855, GARFIELD em 1881, MACKINLEY em 1901, ROOSEVELT em 1933. O próprio homicida do Presidente Kennedy, LEE HARVEY OSWALD, muito embora isso não tenha sido fator determinante do atentado, como parece, tinha antecedentes de desequilíbrio. Mais recentemente, o atentado ao Presidente Reagan teve como autor um jovem que buscava a conquista da atenção de uma atriz.

3.4 MEIOS UTILIZADOS

A Polícia Francesa realizou, há alguns anos, um levantamento estatístico sobre 104 ataques perpetrados contra reis, presidentes, ministros e outros dignitários durante os últimos cem anos na Europa, Estados Unidos e América Latina. De acordo com a pesquisa realizada sobre os meios empregados, os dados são os seguintes: 68 revólveres e pistolas automáticas; 18 petardos explosivos; 12 punhais e outras armas brancas, 5 rifles e 1 com veneno.

Considerando o atentado como qualquer ação

criminosa contra a autoridade que se quer proteger, esta ação pode ser praticada pelos mais variados meios. Assim, estabelecemos prioritariamente os seguintes:

- a) Armas de Fogo;
 - curta
 - longa
- b) Armas Brancas;
- c) Explosivos;
- d) Meios não Convencionais:
 - Palavras ou atos (vaias, ofensas à honra, agressão a tapas e socos, cuspe, ovos, lixo, etc.)
 - Atropelamentos
 - Venenos
 - Substâncias críticas (ácidos)
 - Substâncias de efeitos desmoralizantes (gases, sangue, etc.)

3.5 FONTES DE HOSTILIZAÇÃO

- Órgãos/organizações de informações adversos
- Organizações terroristas
- Missões diplomáticas hostis
- Órgãos de Imprensa

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

- Assassinos profissionais (mercenários)
- Psicopatas
- Fanáticos (políticos, religiosos, racistas, etc.)

3.6 PROPÓSITO DOS ATENTADOS

Os atentados são planejados com os seguintes propósitos:

- a) desmoralização causada através do escândalo, normalmente com ampla divulgação pela imprensa;
- b) sequestro com a finalidade de auferir vantagem política ou lucro financeiro;
- c) extermínio da vítima, com propósito extremo, quando atingido o objetivo, com a finalidade de encobrir a identidade e fuga do elemento adverso.

3.7 TIPOS DE CRIMINOSOS

Podemos classificá-los em dois tipos:

- a) assassinos: quase sempre atuam com dois ou mais elementos; normalmente não agem contra mulheres e crianças;
 - b) seqüestradores: possuem organizações; planejam
-

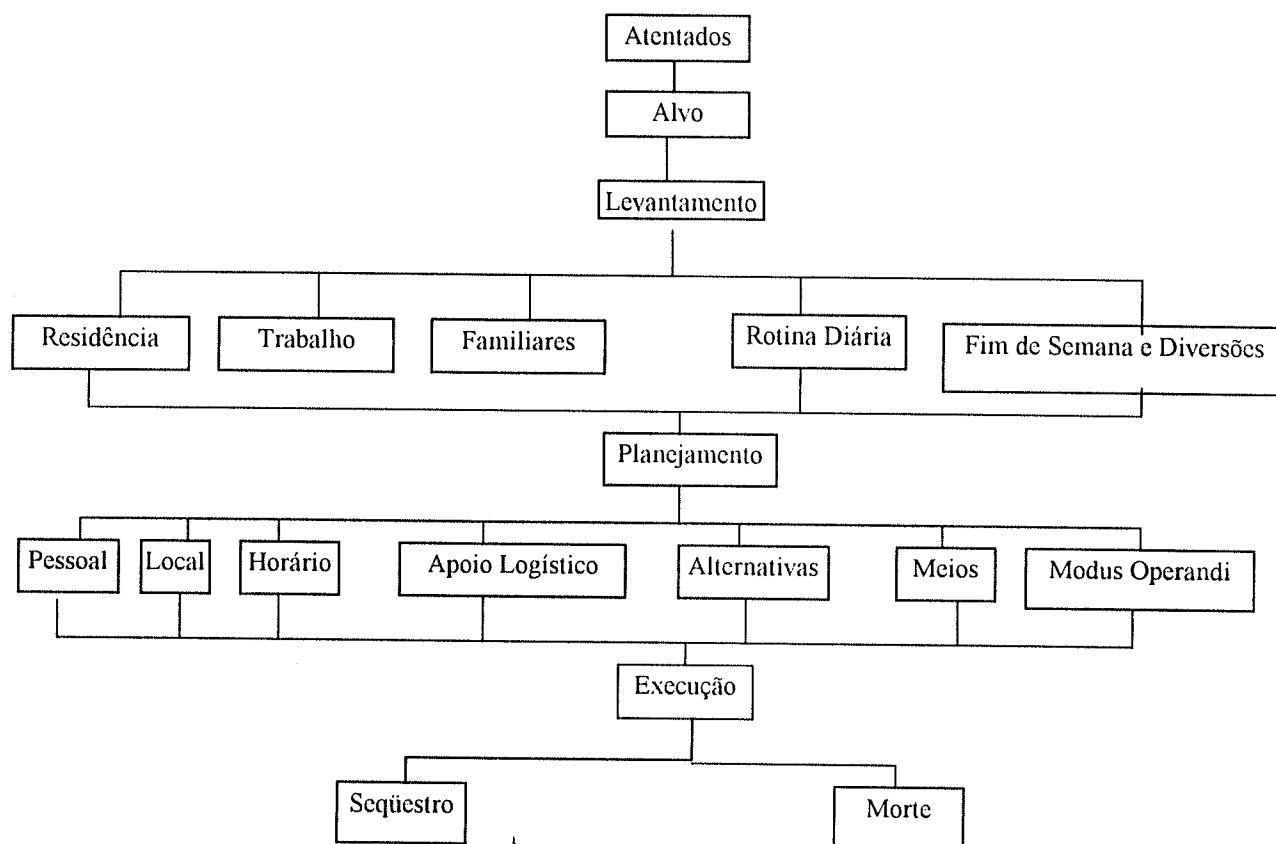
detalhadamente a ação; têm muito boa coordenação.

3.8 "MODUS OPERANDI" DOS ATENTADOS

Quanto à execução, os atentados podem ser:

- a) seletivos: a ação tem a finalidade clara e definida de atingir um objetivo ou alguém em particular;
 - b) indiscriminados: a ação é empreendida contra qualquer um, indiscriminadamente, visando a alcançar um resultado prefixado. A vítima servirá unicamente como meio capaz de acarretar dificuldades para provocar, pelo sensacionalismo, a atenção da imprensa para os ideais políticos do agressor.
-

ESQUEMATIZAÇÃO DOS ATENTADOS



3.9 VANTAGENS PARA O EXECUTANTE DO ATENTADO

3.9.1. Conhecimento do Local da Ação

Sempre que a autoridade define sua participação em determinado local, esse dado torna-se útil para efetuar-se uma ação planejada, dando a possibilidade de reconhecimento e ambientação por parte do agressor.

3.9.2 Disponibilidade de Tempo para o Planejamento

Os dados antecipados, disponíveis a qualquer agressor, se tornam ainda mais significativos caso o tempo para sua utilização permita realizar o planejamento da ação a ser conduzida.

3.9.3. Local para Tomada do Dispositivo

Uma ação com boa possibilidade de êxito exige local que oculte ou proteja a tomada de posição do agressor, bem como favoreça a aproximação ou enquadramento do alvo.

3.9.4 Existência de Itinerários ou Rotas de Fuga

Uma ação diante de um sistema de segurança

estabelecido deve contar com a possibilidade de saída do local para evitar a captura do agressor. A presença do público, edificações próximas com dominância e elevações no terreno, constituem aspectos favoráveis para rotas de fuga.

3.9.5 Possibilidade de Ocultação entre o Público, Convidados ou Imprensa

A dissimulação no meio às pessoas que estão credenciadas para aproximar-se da autoridade, possibilita ao agressor um posicionamento favorável para desencadear sua ação. Um rígido controle de credenciamento dificulta esta ação.

3.9.6 Despreparo do Elemento de Segurança

O sistema de segurança se fundamenta no desempenho dos agentes de segurança, que são os que efetivamente garantem a proteção da autoridade. O despreparo desses elementos compromete a eficiência do sistema e proporciona base para uma agressão ser bem sucedida.

3.9.7 Rotina Conhecida e Vazamento de Informações das Atividades da Autoridade

O acesso aos dados sobre a autoridade e suas

atividades oferece condições ao agressor para o planejamento de uma ação coordenada. Por essa razão qualquer rotina deve ser evitada e o controle de conhecimento deve ser preservado.

3.9.8 Meios de Comunicações Deficientes

A coordenação da segurança é um princípio importante para a eficiência do sistema, a falta de comunicações rápidas e flexíveis dificulta a adoção de medidas complementares e prejudica a mudança de dispositivo caso necessário.

3.9.9 Falta de Cooperação da Autoridade

Caso a autoridade não se conscientize da importância de um sistema integrado entre ele e sua segurança, muitas dificuldades podem advir. A desconfiança e a ocultação de dados essenciais ao desenvolvimento das medidas de segurança expõe a autoridade ao imponderável e retira do sistema a possibilidade de servir como um processo planejado e inteligente.

3.10 TÉCNICAS OPERACIONAIS UTILIZADAS NOS ATENTADOS

3.10.1 Estória-Cobertura

É um relato-fantasia usado por pessoa ou grupo interessado na ação a fim de encobrir seu verdadeiro propósito.

3.10.2 Disfarce

É a técnica de modificar os traços fisionômicos de uma pessoa ou mesmo sua aparência, com a finalidade de fazê-la passar por outra ou ocultar sua verdadeira identidade.

3.10.3 Vigilância

Consiste na manutenção da observação de pessoas, objetos, áreas ou instalações, com o propósito de obter informações sobre o alvo em vista.

3.10.4 Entrada

É a técnica utilizada para penetrar em recinto não autorizado, ludibriando a segurança, buscando o objetivo da ação.

3.10.5 Entrevista

É o contato estabelecido com um propósito definido. Visa obter ou transmitir dados ou conhecimentos e direcionar o comportamento das pessoas.

3.10.6 Recrutamento Operacional

É a técnica que visa convencer pessoas a trabalhar em proveito da ação criminosa, consciente ou inconscientemente, de forma voluntária ou por comprometimento, sem necessariamente caracterizar um vínculo entre as partes.

Os instrumentos normalmente empregados no recrutamento são: poder, dinheiro e sexo.

3.10.7. Fotografia ou Filmagem

Consiste em gravar imagens numa emulsão sensível (filme) por meio de equipamentos fotográficos ou por filmagem, com o objetivo de identificar pessoas, situações ou locais, de modo ostensivo ou sigiloso.

3.10.11 Eletrônica

Meio que visa obter ou impedir o conhecimento de informações através da utilização de equipamentos eletrônicos.

Normalmente são usados na escuta, na colocação de explosivos e armamentos, etc.

3.11 MEDIDAS IMPORTANTES A SEREM ADOTADAS NA PREVENÇÃO DE ATENTADOS

3.11.1 Ocupação de Pontos Críticos

A colocação de agentes ou interdição de lugares, considerados críticos, que, de posse do agressor possam oferecer risco à autoridade, como: passarela, viadutos, pontes, praças, etc.

3.11.2 Ocupação de Pontos Estratégicos

O posicionamento de Agentes de Segurança em ponto estratégico para observar e neutralizar possíveis ações adversas.

3.11.3 Blindagem

Emprego de blindagem nas viaturas e utilização deste material colocando-o em posição estratégica para a proteção da autoridade.

3.11.4 Ocultação da Autoridade

A movimentação da autoridade e o seu posicionamento entre outras pessoas, a fim de dificultar a sua identificação e enquadramento na mira de atirador inimigo.

3.11.5 Colete

O uso de colete, à prova de bala, pela autoridade, bem como pelos integrantes da equipe de segurança pessoal.

3.11.6 Posicionamento da Segurança Pessoal

O posicionamento de Agentes de Segurança Pessoal próximo à autoridade para realizar a proteção imediata no caso de eminente perigo.

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1 INTRODUÇÃO

Uma autoridade, no exercício das suas funções, sempre se constituirá num elemento visado. Pessoas ou grupos poderão tornar-se insatisfeitos com suas decisões, procedimentos ou atividades. Tal situação poderá ocorrer no contexto do próprio país ou no exterior, a partir de conflitos de interesses nacional ou internacional.

As ações contra uma autoridade, atentados ou ameaças, têm sido freqüentes na atual conjuntura mundial. Por tal razão, torna-se vital o estabelecimento de medidas de segurança para a preservação da sua integridade.

Quanto mais importante a autoridade, maiores as antipatias e oposições, os riscos crescem e em conseqüência, a necessidade de segurança aumenta.

4.2 DEFINIÇÕES BÁSICAS

4.2.1 Dignitário

Aquele que exerce cargo elevado ou possui alta graduação honorífica. Autoridade. VIP (Very Important Person). PMI (Persona Mucho Importante).

O Estado assume a responsabilidade de prevenir eventuais danos, acidentais ou premeditados, à incolumidade física daqueles que, de alguma forma, representam altos interesses de determinado segmento social ou político, nacional ou estrangeiro.

4.2.2 Segurança

Atenções e medidas proporcionadas a uma autoridade (um dignitário), que garantam, no sentido mais amplo possível, a sua integridade física e moral.

A segurança não é um mero serviço honorífico. Implica uma séria responsabilidade para a Instituição e requer medidas de prevenção aconselhadas na experiência, na técnica de serviço, na informação, nas modalidades de cerimonial,

deslocamentos e outros distintos fatores do momento e circunstâncias.

Podemos afirmar que a primazia policial na adoção de todo esse dispositivo, com frequência é ignorada entre nós, e que em países desenvolvidos é uma norma.

4.2.3 Proteção

São as medidas adotadas para a garantia da integridade física de uma autoridade dentro de uma área restrita, de responsabilidade de um número limitado de agentes. Preocupa-se, quase que exclusivamente, com a pessoa da autoridade.

Utilizamos o binômio PROTEÇÃO e SEGURANÇA porque uma parte da literatura sobre o assunto distingue as duas expressões.

4.2.4 Sistema de Segurança

É o conjunto de medidas, providências ou cuidados adotados que visam estabelecer a segurança de uma autoridade em um determinado momento. Fisicamente ele é executado

dentro de uma área compreendida por círculos concêntricos em relação à autoridade considerada. Ele se baseia na integração dos diversos itens do planejamento e da execução da atividade de segurança.

O sistema compreende a Segurança Pessoal e a Segurança de Área, as quais realizam procedimentos que:

- impeçam atentados;
- previnam danos físicos;
- evitem incidentes de aspecto moral.

4.2.5 Segurança Pessoal

É o conjunto de medidas ou cuidados, próximos à autoridade, que possibilitam sua proteção. É realizada por agentes especializados.

4.2.6 Segurança de Área

É o conjunto de medidas ou cuidados que, complementando a Segurança Pessoal, possibilitam ampliar a segurança da autoridade.

A Segurança de Área é subdividida em Segurança de

Área Aproximada e Segurança de Área Afastada.

4.2.6.1 Segurança de Área Aproximada

É a segurança de área realizada mais próxima da segurança pessoal da autoridade. Normalmente é exercida em coordenação com esta.

4.2.6.2 Segurança de Área Afastada

É o conjunto de medidas ou providências que completam o sistema de segurança da autoridade.

Inicia no limite de atuação da Segurança de Área Aproximada e estende-se até a distância que ofereça ameaça e exija desdobramento de material e de pessoal necessários ao cumprimento da segurança.

4.2.7 Segurança Ostensiva

É toda a medida ou cuidado de segurança, de caráter material ou pessoal, que externa e caracteriza sua natureza e destinação.

4.2.8 Segurança Velada

É toda a medida ou cuidado de segurança, de caráter material ou pessoal, cuja característica se busca dissimular ou ocultar sua verdadeira natureza ou destinação.

4.2.9 Nível de Segurança

Nível de segurança é a referência do grau de segurança, avaliado, que se faz necessário à segurança de uma determinada autoridade.

Esse nível de segurança é atribuído a partir da importância e das condições de vulnerabilidade e ameaça a que estiver submetida a autoridade.

Os níveis de segurança são:

4.2.9.1 Normal

Quando a autoridade está sujeita somente aos riscos inerentes a importância do seu cargo ou função;

4.2.9.2 Especial

Quando a autoridade está sofrendo ameaças definidas ou está envolvida em situação de extraordinária relevância;

4.2.9.3 Reduzido

Quando a autoridade não está sujeita aos riscos normais inerentes ao exercício de determinado cargo ou função, tais como: exercício transitório, interinidade de função, final de mandato, etc.

Para cada nível de segurança há um Sistema de Segurança correspondente.

4.2.10 Segurança Ativa

É toda medida que visa impedir ou neutralizar a ação adversa contra a autoridade.

4.2.11 Segurança Passiva

É toda medida que visa ocultar ou dissimular a

verdadeira intenção da autoridade.

4.2.12 Serviço de Segurança

É a atividade destinada para proporcionar a segurança à uma autoridade. Ele é executado por elementos especializados, com material e doutrina próprios.

4.2.13 Agente de Segurança

É o elemento selecionado, qualificado e capacitado para o exercício de uma função do Serviço de Segurança.

4.2.14 Agente de Segurança Pessoal

É o agente de segurança que executa sua atividade junto a autoridade a fim de proporcionar-lhe a proteção desejada.

4.2.15 Equipe de Segurança Pessoal

É a equipe constituída por agentes de segurança pessoal, de número variável, com finalidade de proporcionar proteção à autoridade em uma determinada área de ação.

Uma equipe é composta de:

- Chefe de Equipe;
- Subchefe de Equipe;
- Agentes de Segurança Pessoal;

O número de agentes é definido de acordo com o nível de segurança estabelecido.

4.2.16 Agente Especial de Segurança

É todo o agente de segurança que recebe uma atribuição específica, quanto à atividade ou missão a ser desempenhada. Ele integra ou age em proveito da Equipe de Segurança Pessoal. É exemplo de agente especial de segurança: o agente especial de proteção, o desativador de bomba, o atirador de escol.

5. PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA

5.1 CONSIDERAÇÕES

Os princípios de segurança se constituem na base dos procedimentos a serem adotados na segurança de uma autoridade. Eles são o resultado de experiências adquiridas e sedimentadas pela prática da atividade de segurança.

5.2 PRINCÍPIOS BÁSICOS

5.2.1 - Princípio da Iniciativa

Diz respeito a tomada de decisão face a ações imprevistas. O sistema de segurança é estabelecido num dispositivo de expectativa. Qualquer iniciativa deve advir de uma acurada atenção e bom senso, a fim de evitar ou neutralizar as ações adversas, com eficiência, para não causar prejuízo à

autoridade.

5.2.2 Princípio da Oportunidade

É o princípio que determina a presença ou a atitude da segurança no momento e local certos. A atividade da segurança exige um cuidadoso planejamento, de modo que a autoridade esteja constantemente assistida pela segurança, evitando lacunas que possam ser aproveitadas por agentes adversos.

5.2.3 Princípio da Flexibilidade

É a adaptabilidade a uma nova situação. Há sempre a possibilidade de haver alteração repentina do planejado por necessidade da segurança, por decisão da autoridade, por imposição extraordinária, etc. O sistema de segurança deve ajustar-se à nova situação com eficiência e discrição.

5.2.4 Princípio da Simplicidade

É a fácil elaboração, compreensão e execução da atividade de segurança. A variedade dos meios materiais e recursos humanos, natureza do evento, envolvimento de

autoridades, população e imprensa, situação política, etc, tornam por si uma tarefa complexa, assim este princípio deve ser considerado em todo o planejamento de modo a simplificar a execução da missão.

5.2.5 Princípio da Coordenação

É a ligação ordenada e integrada das diversas atividades da segurança. A diversidade de meios materiais e recursos humanos, a possibilidade da mudança na programação, a alternância de eventos, etc, exigem um perfeito entrosamento entre todos os setores envolvidos na segurança. Uma comunicação eficiente e um planejamento simples e detalhado são básicos para uma boa coordenação.

5.2.6 Princípio da Versatilidade

É a adaptação da segurança à situações específicas. A capacidade de ajustar-se as circunstâncias de um momento e às características da autoridade que, muitas vezes, definem a necessidade de adotar uma atitude distinta: passiva ou ativa, discreta ou ostensiva.

5.2.7 Princípio da Abrangência

Diz respeito a amplitude da segurança. O limite da segurança não se restringe à autoridade, mas inclui aquelas pessoas de suas relações de trabalho e particular que possam constituir-se em uma vulnerabilidade a sua pessoa.

58

autoridades, população e imprensa, situação política, etc, tornam por si uma tarefa complexa, assim este princípio deve ser considerado em todo o planejamento de modo a simplificar a execução da missão.

5.2.5 Princípio da Coordenação

É a ligação ordenada e integrada das diversas atividades da segurança. A diversidade de meios materiais e recursos humanos, a possibilidade da mudança na programação, a alternância de eventos, etc, exigem um perfeito entrosamento entre todos os setores envolvidos na segurança. Uma comunicação eficiente e um planejamento simples e detalhado são básicos para uma boa coordenação.

5.2.6 Princípio da Versatilidade

É a adaptação da segurança à situações específicas.

6. VULNERABILIDADE

6.1 CONSIDERAÇÕES

Constituem-se vulnerabilidades as deficiências ou falhas do sistema de segurança que favoreçam qualquer ação contra a autoridade. Elas são alvo de constante observação e revisão de modo a aprimorar a eficiência da segurança. Entre outras as mais comuns são a rotina, a improvisação, a desmotivação, o despreparo profissional, a falta de informações e de interação com a autoridade.

6.2 VULNERABILIDADES FREQUENTES

6.2.1 A Rotina

Toda a atividade da autoridade, divulgada e de conhecimento público, torna-se um dado de planejamento para ações adversas. Assim sendo, os horários, itinerários,

programas ou quaisquer dados que permitam uma antecipação de informação do dignitário, devem ser evitados.

6.2.2 A Improvisação

Um sistema de segurança eficiente atende também situações imprevistas, no entanto, as improvisações realizadas sem um embasamento de informações e dados podem acarretar riscos à autoridade. O conhecimento antecipado e a análise detalhada da programação é uma imposição que o serviço de segurança não pode delegar ou relegar.

6.2.3 A Desmotivação

A rotina e a desinformação são fatores de desmotivação, que geram a desatenção dos agentes de segurança, acarretando conseqüências negativas ao sistema de segurança.

6.2.4 O Despreparo Profissional

A falta de preparo profissional ocasiona a negligência, a imperícia e a imprudência. A capacitação adequada dos agentes de segurança minimiza as possibilidades de insucessos.

6.2.5 A Falta de Informações

Uma preparação adequada com a previsão de possibilidades é essencial para que se neutralize as ameaças e proporcione uma avaliação precisa da situação. A deficiência desse processo leva o sistema de segurança a atuar sem objetividade.

6.2.6 A Falta de Interação da Autoridade com o Sistema de Segurança

A confiança e a cooperação entre a autoridade e o sistema de segurança são fatores decisivos para a eficiência da proteção. Um "bloqueio" nesse relacionamento oferece prejuízos às medidas a serem adotadas, as quais deixam de ter a eficiência desejada.

7. ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURANÇA

7.1 ATRIBUIÇÕES:

Compete ao Serviço de Segurança:

Controle e emprego dos agentes de Segurança.

Planejamento e execução da instrução relativa ao Serviço: tiro, treinamento físico e instruções peculiares a todos os níveis.

Inspeções nos locais e itinerários por onde passará a autoridade e nas viaturas utilizadas no comboio (junto com a Seção de Transporte).

Coordenação do planejamento com as Polícias Civil e Militar, trânsito e outros órgãos envolvidos, para o controle do público nos locais e itinerários a serem percorridos pela autoridade.

Controle do Serviço de Guarda na residência ou locais de trabalho da autoridade.

Em viagens, controle da bagagem da autoridade, familiares e comitiva, e vistoria da mesma.

Controle e fiscalização de toda a correspondência, volumes e presentes recebidos pela autoridade e familiares e mesmo pelos demais elementos que convivem ou trabalham com a autoridade, e, quando de uma participação em recepções, coquetéis, almoços ou jantares, verificação de alimentos e bebidas, acompanhando sua preparação desde o início.

Controle do equipamento rádio do serviço, traçando normas para a sua utilização, distribuição e manutenção, tanto para os transceptores portáteis, quanto para os de viaturas.

Estabelecer códigos para emprego na conversão via rádio ou interpessoal.

Levantamento de dados e acompanhamento do pessoal e empregados envolvidos diretamente ou indiretamente com a autoridade e familiares.

Controle de viagens, fazendo o levantamento de todo

o pessoal que terá contato com a autoridade, no local ou nas viagens.

Controle de investigações especiais quando necessário.

Manter arquivados os levantamentos realizados e fichário pessoal.

7.2 ATRIBUTOS DO AGENTE DE SEGURANÇA

O Agente de Segurança não pode ser improvisado, deve estar treinado e afeto a este tipo de atividade. Infelizmente, isto nem sempre é observado e têm-se constatado falhas primárias quando o despreparo e o desconhecimento do Serviço se tornam evidentes, com grave prejuízo para a missão.

São atributos do agente de Segurança:

7.2.1 Resistência à Fadiga.

O agente deve gozar de boa saúde e bom preparo físico para acompanhar todas as atividades mantendo sempre muita atenção ao Serviço.

7.2.2 Lealdade

Todo agente deve ter sua vida levantada. Qualquer indício de dúvida às suas convicções e ideologia deve ser bastante para que não seja requisitado para o Serviço ou mesmo para que seja dispensado, caso já esteja trabalhando.

7.2.3 Honestidade

De acordo com a importância da autoridade, o agente de Segurança pode ser um elemento visado e tentado a ser corrompido, a fim de permitir facilidades para uma aproximação com a autoridade.

7.2.4 Discrção

Normalmente, pelo tipo de serviço, o agente de Segurança deve ser o mais discreto possível nas suas atitudes para não aumentar a antipatia que é peculiar à atividade. Deverá ainda ter como preocupação constante a de não ficar em muita evidência e não aparecer em fotografia junto à autoridade. Não deve discutir com seus companheiros, gesticular ou provocar ruídos de maneira a chamar atenção.

7.2.5 Manejo de Armas

O Agente de Segurança deve estar familiarizado com o funcionamento e manejo do seu armamento individual ou de qualquer outro usado pela equipe. É importante o treinamento constante de tiro de precisão e tiro instintivo com saque da arma (pelo menos três vezes por semana).

OBS.: Não há atenuantes para um disparo acidental durante o serviço, principalmente na presença da autoridade, mesmo que não haja feridos.

7.2.6 Coragem

Dependendo da situação do país e da importância da autoridade, o Agente de Segurança deve estar ciente de que poderá enfrentar as mais diversas situações críticas, e se necessário, deverá dar a sua vida em troca da segurança da autoridade.

7.2.7 Dedicção

O preparo profissional, a responsabilidade das atribuições e o compromisso com a missão exigem do agente de segurança a exclusividade do seu tempo para a atividade.

7.2.8 Inteligência

A variedade de assuntos e situações com que a segurança de uma autoridade se envolve, exige soluções e resultados condizentes com o nível desta.

7.2.9 - Decisão

As mais variadas situações ocorrem no exercício da função para as quais os agentes não podem prescindir da ação imediata e correta.

7.2.10 - Noções de Defesa Pessoal

O agente deve estar apto a imobilizar e desarmar um possível atacante.

7.2.11 Nível Intelectual e Cultural

Considerando que o agente deverá estar em contato direto com o dignitário e frequentar locais em que se exige perfeita correção de atitudes, há necessidades de mesmo saber o comportamento adequado.

7.2.12 Experiência Policial

O Agente deve possuir experiência mínima de 4 (quatro) anos na área operacional.

7.2.13 Idade

Entre 26 e 45 anos.

7.3 QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO

Após a análise dos atributos necessários, os agentes realizam os testes de aptidão física e psicológica para demonstrar as condições mínimas exigidas para o exercício da função no serviço de segurança.

7.3.1 Condições Físicas

O agente de segurança deve estar em condições físicas satisfatórias, de acordo com as exigências inerentes ao desempenho de suas responsabilidades junto a autoridade.

Tal situação é avaliada antes do ingresso no serviço de segurança e mantida durante a permanência do agente na

função.

Cabe ao serviço de segurança estabelecer os padrões mínimos de ingresso, assim como o treinamento para a manutenção desse condicionamento físico.

7.3.2 Preparo Profissional

O agente de segurança deve ser um profissional com excelente referências, tanto disciplinar como no desempenho funcional.

Cabe ao serviço de segurança estabelecer um programa de treinamento específico para atender as peculiaridades das atividades desenvolvidas.

Em princípio esse programa de treinamento é anual, com duas fases, apoiadas nos seguintes objetivos:

a) 1ª Fase: Qualificação

- padronizar o nível de conhecimento;
- estabelecer uma base físico-técnica para o exercício das funções.

b) 2ª Fase: Especialização e Aperfeiçoamento

- manter o condicionamento físico-técnico;
- buscar o aperfeiçoamento em áreas específicas;
- estabelecer o intercâmbio e a ligação com outros órgãos e entidades, com a finalidade de aperfeiçoar o sistema de segurança presidencial.

7.3.3 Afastamento ou Desligamento

As condições técnicas e psicológicas dos agentes, em virtude da importância da missão, devem ser mantidas permanentemente. Qualquer alteração seja de ordem profissional ou particular pode afetar o desempenho do agente, trazendo conseqüências negativas para o sistema de segurança e à própria segurança da autoridade.

Os agentes da segurança, uma vez que não correspondam as exigências e aos padrões de desempenho estabelecidos, são afastados das suas funções, temporária ou definitivamente.

O tempo de permanência contínua dos agentes, no exercício de função operacional, não deve exceder a 5 (cinco) anos, ocasião em que o agente é afastado ou desligado da atividade.

7.4 FATORES QUE CONDICIONAM O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE UM TRABALHO DE SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

7.4.1 Grau de Risco

O grau de risco (em relação à autoridade) é a referência para o estabelecimento do Nível de Segurança (normal, especial ou reduzido) a ser empregado na segurança da autoridade.

7.4.2 Importância da Autoridade

O planejamento e execução do trabalho de segurança têm como base o cargo ou posição que a autoridade ocupa e quais os efeitos ou conseqüências que poderiam advir da interrupção na atuação ou desempenho das respectivas funções.

7.4.3 Conjuntura Atual

O serviço de segurança deve manter acompanhamento permanente da situação afim de detectar possíveis focos de hostilidade no campo político, econômico e social.

7.4.4 Comportamento da Autoridade

A autoridade é a principal responsável pelo bom cumprimento das missões de segurança. Partimos do princípio, se a autoridade não quiser, não podemos impor-lhe a segurança com o máximo de cuidados preventivos. Teríamos que agir parcial e sigilosamente, o que dificultaria muito a execução, com grande chance de êxito para o elemento adverso.

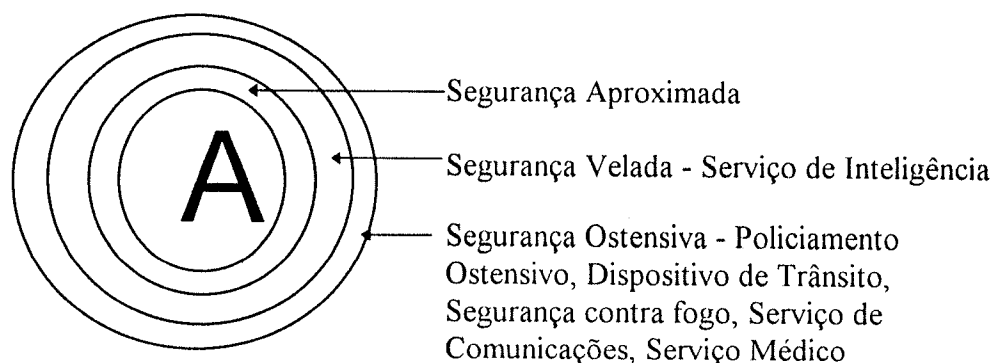
7.4.5 Disponibilidade de Recursos Materiais e Humanos

Para o planejamento das operações devemos levar em consideração a existência de meios adequados e suficientes para implementação das medidas de segurança necessárias.

7.5 CÍRCULOS DE SEGURANÇA

O esquema montado para a segurança de uma autoridade envolve um número variado de agentes, equipes e grupos, com suas missões específicas, próximo ou afastado da autoridade.

A segurança em torno da autoridade se desenvolve em círculos concêntricos, conforme demonstração a seguir:



7.5.1 Segurança Aproximada

É o grupo de agentes de segurança que se desloca permanentemente com a autoridade, sendo responsável por sua proteção imediata e por sua evacuação, na configuração de uma hostilização ou atentado.

O seu efetivo varia de acordo com as necessidades, porém, em deslocamentos a pé, 5 (cinco) agentes seriam o ideal, distribuídos da seguinte maneira: o Chefe de Equipe e mais quatro agentes posicionados à frente, à retaguarda e nos lados da autoridade, enquadrando-a e com observação de 360 graus ao seu redor.

O agente de Segurança deverá manter uma vigilância constante dentro do setor a ele atribuído. A atenção deverá ser redobrada quando a autoridade ficar envolvida por um grande

número de pessoas ou uma multidão de espectadores.

A conduta do agente, quando perceber uma pessoa suspeita, será a de aproximar-se e ficar em condições de neutralizar a sua ação. Caso seja apenas uma pessoa inconveniente, o agente deverá removê-la do local, com a maior discrição possível, se necessário, com ajuda de mais agentes. O elemento deverá ser conduzido e entregue ao policiamento de apoio à Segurança. No caso de atentado, o agente deverá tomar a iniciativa para neutraliza-lo com reflexos imediatos.

Nas situações de repouso da autoridade ou de reuniões pessoais, onde seja possível a presença da Segurança no mesmo ambiente, serão cobertas todas as entradas e aberturas com o devido controle de pessoas que poderão ter acesso à autoridade.

Toda vez que autoridade fizer uso de algum meio de transporte, tais como ônibus, caminhões ou outros, o motorista deverá ser escolhido com antecedência, na sua impossibilidade, um agente de segurança habilitado deverá dirigir o veículo. Junto a este veículo deverão ir alguns agentes e os demais acompanharão o deslocamento com os próprios carros de segurança e da autoridade.

7.5.2 Segurança Velada

Infiltrada no meio do público, mais com intuito preventivo do que repressivo, tem como missão principal estar alerta para qualquer anormalidade que porventura surja em meio à multidão.

A Segurança neste 2º círculo compreende uma infiltração nos locais e itinerários por onde passará a autoridade. Naturalmente, serão escolhidos os pontos mais críticos para um maior esforço de Segurança.

Os elementos que compõem a Segurança Velada geralmente são integrantes dos órgãos de inteligência e deverão se deslocar como público.

Em alguns casos em que a área seja crítica, esses elementos de Inteligência poderão iniciar a sua missão com antecedência de alguns dias, com a finalidade de colher informes de receptividade de áreas ou dos planejamentos para alguma hostilidade ou mesmo atentado à pessoa da autoridade.

7.5.3 Segurança Ostensiva

É o conjunto de pessoas de vários órgãos (órgãos de apoio), policiais ou não, que executa um trabalho ostensivo com a finalidade de dar apoio, facilitando e auxiliando os deslocamento ou intimidando ações hostis e prevenindo ou socorrendo quanto a acidentes.

Podemos dividi-la em duas:

- a) Equipes de Apoio - Composta por elementos do próprio órgão, quando existentes, no que diz respeito a comunicações, transportes e serviço médico.
- b) Órgãos de Apoio - Oferecemos uma relação exemplificativa de órgãos que podem colaborar para o bom andamento de atividade de proteção a dignitários:
 - Cerimonial;
 - Polícia Civil;
 - Forças Armadas;
 - Corpo de Bombeiros;
 - Companhia de Eletrecidade, Telefônicas, de Água

- e Esgoto;
- Secretaria de Saúde
- Serviços de Segurança de outros órgãos;
- etc.

7.5.3.1 Policiamento Ostensivo

O esquema do policiamento ostensivo deverá ser montado com antecedência necessária, antes que a população chegue ao local. Qualquer procedimento da polícia, depois que a massa popular ocupou um local, será pela força, o que aumentará a antipatia pela polícia.

7.5.3.2 Dispositivo de Trânsito

É o responsável pelo controle dos itinerários a serem percorridos pela autoridade em seus deslocamentos. O esquema de trânsito deverá ser de tal forma que se impeça qualquer retenção do comboio ao longo dos itinerários.

Em todos os planejamentos haverá sempre um itinerário principal e vários alternativos. Quando for utilizado um itinerário alternativo, o dispositivo de trânsito deverá estar em condições de ocupá-lo rapidamente.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

7.5.3.3 Segurança Contra Fogo

Deverá sempre existir uma equipe de segurança contra fogo, nos locais de estada ou nas proximidades dos eventos onde comparecerá a autoridade, a quem estarão afetos os trabalhos de prevenção e controle de incêndios.

Nos deslocamentos, esta equipe deverá estar alerta para possíveis acidentes de trânsito que poderão originar incêndios.

Em instalações industriais a serem visitadas pela autoridade, este serviço poderá ser atribuído ao elemento específico da referida instalação, mediante ligação prévia do Chefe de Segurança.

7.5.3.4 Serviço Médico

Os elementos da Segurança deverão possuir cargos de socorros de urgência, porém, em qualquer atividade que envolve a autoridade, deverá estar presente um médico (ou equipe médica) com os requisitos necessários para prestação de um socorro médico imediato.

Nos deslocamentos, um dos veículos do comboio

deverá estar devidamente aparelhado para prestar os primeiros socorros ou para remover a autoridade até o hospital que estiver de sobreaviso, de acordo com o Plano de Emergência Médica.

7.6 EQUIPE PRECURSORA

Encarregada de reconhecer antecipadamente os locais a serem percorridos e utilizados pelo dignitário, a fim de verificar e informar as condições de segurança desses locais, quanto à possibilidade de ocorrerem acidentes naturais ou provocados.

O reconhecimento de itinerários deve ser feito por etapas, no mesmo sentido e horário do deslocamento da autoridade, verificando a existência de pontos críticos que possibilitem atentados e locais e condições de embarques e desembarque. Deve, sempre, ser estabelecido itinerário alternativo.

É a equipe encarregada de chegar aos locais de eventos com certa antecedência, aguardando a chegada do dignitário e sua comitiva para, então deslocar-se até o lugar do evento seguinte. É nessa atividade que são observadas as condições de local e público antes de passagem ou chegada do comboio, comunicando-se sempre com a equipe de segurança aproximada, alertando para as anormalidades observadas.

Alguns exemplos de pontos críticos:

- tráfego intenso;
- sinais luminosos (semáforos);
- passagens de pedestres (passarelas);
- áreas pouco iluminadas (túneis);
- estradas e ruas com vegetação lateral;
- lombadas e subidas íngremes;
- pontos dominantes;
- viadutos, túneis, pontes;
- tráfego de veículos grandes e pesados;
- obras, tapumes, bueiros;
- etc.

Compete-lhe, ainda: estabelecer contato com o responsável pela organização do evento; prever número de pessoas presentes em solenidades e outros atos, bem como a forma de acesso das mesmas (livres ou através de convites); delimitação de espaço físico para os profissionais dos órgãos de comunicação; prever credenciamento e identificação destes profissionais e outras pessoas que necessitem de aproximação com o dignitário.

Apresentamos algumas observações que devem ser

abordadas pelo responsável da equipe precursora com as diversas equipes envolvidas no evento:

7.6.1 Aspectos a Serem Abordados com o Responsável pela Segurança Velada

- Localizar os policiais nos pontos mais críticos.
- Recomendar discrição nas atitudes e no trato com o público.
- Recomendar que usem trajes de acordo com o público presente.
- Não demonstrar ostensivamente o uso de rádios ou armamento.

7.6.2 Aspectos a Serem Abordados com o Responsável pelo Policiamento Ostensivo

- Determinação dos locais de posicionamento dos policiais.
- Recomendar discrição no uso do armamento.
- Recomendar discrição nos gestos, atitudes e trato com o público.
- Deixar claro que a segurança aproximada é da

responsabilidade exclusiva do Departamento de Segurança do Gabinete Militar.

- Mandar guarnecer os pontos críticos.
- Recomendar que a missão é garantir a tranquilidade e a ordem no desenrolar no evento.
- Prevenir quanto a situações em que seja necessário atuar pela força.
- O comandante do policiamento deve manter estreita ligação com o coordenador de segurança do Departamento de Segurança do Gabinete Militar no local.
- O comandante ou responsável pelo policiamento deve ligar-se com o coordenador de segurança antes do início do evento, para acerto de detalhes e para estabelecimento de sinais convencionados.
- Os policiais-militares fardados não necessitam prestar continência ao dignitário, devendo sempre permanecer de frente para o público.

7.6.3 Aspectos a Serem Abordados com o Responsável pela Escolta de Batedores:

- Pontos de início e término de deslocamento e itinerários.
-

- A velocidade não deve ultrapassar os 80 km/h, a não ser por ordem do chefe da segurança.
- Recomendar correção de atitudes dos motociclistas (gestos e gritos).
- Especificar o tipo de comboio e recomendar as missões.
- Recomendar¹ para não prejudicar o fluxo em sentido oposto, principalmente em pista com faixas estreitas.
- Devem ser mantidas as comunicações entre o chefe da equipe de segurança e o comandante dos batedores, e, entre este e o batedor vanguarda.
- As sirenes devem ser mantidas em silêncio, salvo em caso de emergência.
- Controlar a velocidade quando da passagem por obstáculos na via.
- Conhecer itinerário para o hospital de sobreaviso, a partir de qualquer ponto do itinerário de deslocamento.

8. APARIÇÃO EM PÚBLICO

8.1 GENERALIDADES

8.1.1 - Conceito

Aparição em público é todo o comparecimento, de uma autoridade, a um lugar no qual se encontram presentes pessoas estranhas ao seu convívio diário, a fim de cumprir um compromisso oficial ou particular.

8.1.2 Considerações

A aparição em público se caracteriza pelo local onde se realiza o evento e pela presença de um público participante.

É normal o evento ser amplamente divulgado pela mídia, ocasionando um prejuízo à segurança da autoridade em detrimento

ao interesse político. Este fato proporciona a oportunidade para a preparação de atentados e manifestações contrárias.

O local do evento e a proximidade da população, que poderá vir ao encontro da autoridade ou vice-versa, acarretam procedimentos peculiares dos agentes de segurança no intuito de fortalecer as medidas de segurança.

À segurança da mais alta autoridade ou a quem ela delegar, cabe emitir as diretrizes e orientações sobre o esquema de segurança a adotar. É comum o estabelecimento de um coordenação única englobando as polícias, militares, agentes de segurança e outros elementos destacados.

O planejamento da segurança, para uma aparição em público da autoridade, é minuciosamente realizado levando-se em consideração, o público, o tipo, a formalidade, o tempo disponível, o local e o grau de sigilo, do evento.

8.2 FATORES CONSIDERADOS NOS PLANEJAMENTOS

8.2.1 Quanto ao Público

O público presente a uma aparição da autoridade é

sem dúvida fator fundamental para o planejamento.

Dois tipos de público são considerados: o público controlado e o não controlado.

8.2.1.1 Público Controlado

É aquele que foi selecionado previamente para a participação do evento. É considerado público controlado as pessoas credenciadas junto à organização do evento ou que passam pelo controle da segurança.

Este público normalmente se faz presente nas reuniões e apresentações, de caráter ostensivo, em recintos fechados.

8.2.1.2 Público Não Controlado

É aquele que não é selecionado ou previamente controlado. São as pessoas que afluem ao local do evento de maneira espontânea. Dependendo das circunstâncias, o comportamento desse público é previsível: amistoso ou contrário à autoridade.

O posicionamento do público não controlado é

sempre afastado da autoridade em razão da grande possibilidade da infiltração de elementos ou manifestantes contrários.

Este público é encontrado normalmente nos eventos de caráter ostensivo, em recintos abertos.

8.2.2 Quanto ao Tipo do Evento

Cada evento é único, no entanto eles se enquadram numa tipicidade de acordo com as suas características básicas e finalidades.

8.2.2.1 Comícios e Carreatas

Os comícios e as carreatas são eventos essencialmente políticos, em geral com a presença de um grande público e pouco controle. Não há a seleção das pessoas, credenciamento, etc, e normalmente são carregados de emoção, podendo alterar os ânimos dos participantes ou facções contrárias, gerando tumulto parcial ou generalizado.

Em razão da instabilidade do evento torna-se necessário a adoção de um esquema rígido de segurança. O policiamento ostensivo é reforçado e a segurança junto à

autoridade é intensificada. A integração entre a segurança pessoal e a segurança da área é fundamental. Condições especiais para abandono do local são previamente estabelecidas e preparadas.

Quando outras autoridades participantes contarem com agentes de segurança pessoal, a coordenação no local do evento, cabe à Segurança da mais alta autoridade. Neste caso os agentes de segurança pessoal são responsáveis somente pela autoridade que acompanha.

Nos comícios e carreatas as autoridades permanecem em local de destaque, normalmente em palanques fixos ou improvisados em caminhões, o que facilita a segurança quanto ao assédio do público; em contrapartida aumenta a exposição às ações de arremessos de objetos e disparos de armas de fogo.

8.2.2.2 Inaugurações, Aberturas e Encerramentos de Eventos

As cerimônias de inauguração, abertura e encerramento de eventos são organizadas e dirigidas pela entidade promotora. À equipe de segurança responsável pela autoridade convidada cabe verificar a programação e sugerir as, complementações, as alterações ou as modificações necessárias para uma maior proteção.

As interferências são realizadas de modo a preservar ao máximo a programação do evento.

8.2.2.3 Palestras e Reuniões

Nestes eventos é comum a colocação de uma mesa para as autoridades, à frente da platéia, em local de destaque.

É comum a realização do controle no ingresso das pessoas, mediante convite e relação nominal, e a colocação de dispositivos para detectar armas.

Os agentes de segurança são distribuídos em pontos estratégicos de modo a dificultar o acesso a locais predeterminados e facilitar a atuação junto à autoridade no caso de necessidade.

8.2.2.4 Apresentações Sociais

Enquadramos como apresentações sociais as participações em teatros, cinemas, salas especiais, etc, quando a autoridade faz parte do público como espectador.

A autoridade ocupa sempre um local de destaque, em camarote ou na platéia.

A segurança estabelece um sistema capaz de vigiar a autoridade e controlar os acessos a ela, assim como protegê-la de acordo com o nível de segurança fixado, colocando agentes próximos, de maneira discreta, em condições de neutralizar qualquer ameaça.

8.2.2.5 Grandes Cerimônias

São eventos que envolvem um número elevado de público e participantes. São programados e executados por uma direção centralizada.

Normalmente possuem um caráter popular. Podemos considerar entre outros, como uma grande cerimônia a Parada de Sete de Setembro, participação em festividade de cunho nacional e estadual, como show beneficente, feiras e conferências nacionais e internacionais, eventos desportivos.

Nestes eventos a segurança pessoal integra o sistema de segurança opinando naquilo que for de interesse da segurança pessoal da autoridade.

8.2.3 Quanto à Formalidade

Os eventos são classificados quanto a formalidade como formais ou oficiais e informais ou particulares.

8.2.3.1 Formais ou Oficiais

Se revestem de um protocolo, são relacionados ao exercício da função, sujeitos a uma série de imposições peculiares à atividade. Algumas com implicações diretas na segurança.

Nos eventos a preocupação com a privacidade da autoridade é reduzida aos limites que a segurança impõe. A proteção é ostensiva, com a discricção que a atividade exige.

8.2.3.2 Informais ou Particulares

São realizados sem protocolo, desvinculados do exercício da função, quase sempre com o grupo de relacionamento da autoridade (amigos e parentes), em local restrito e privado.

Mesmo considerando a natureza do grupo, as medidas de controle são executadas, pois a responsabilidade da

integridade da autoridade não cabe aos amigos e familiares e sim ao seu serviço de segurança. A segurança age nesses casos com a maior discrição possível procurando, quando oportuno, afastar-se do local e fazer o acompanhamento da autoridade pela vista ou pelo isolamento.

8.2.4 Quanto ao Tempo de Preparação

O tempo destinado à preparação deve ser condizente com o grau de risco existente para o evento. Os eventos são classificados, quanto ao tempo de preparação, como previstos e inopinados.

8.2.4.1 Eventos Previstos

São aquelas programados na agenda da autoridade com certa antecedência e que possibilitam o cumprimento de todas as fases do planejamento.

Sendo previstos são também do conhecimento público, ocasionando maiores riscos e favorecendo as ações adversas. Em contrapartida proporcionam o tempo necessário para obter-se um grau satisfatório de segurança pela implantação de medidas preventivas.

8.2.4.1 Eventos Inopinados

São aqueles cumpridos sem o conhecimento prévio da segurança e por conseguinte sem a devida preparação. Esses eventos não são raros e as vezes mesmo um evento previsto pode se transformar em inopinado pela iniciativa da autoridade, que muda o programado por sua vontade ou de outro acompanhante. São enquadrados neste tipo de evento os funerais e os realizados com a inobservância da falta de tempo para a preparação. Os riscos são minimizados antecipando-se uma equipe à frente para realizar os preparativos possíveis.

8.2.5 Quanto ao Local

O local onde se realiza a aparição da autoridade é o ponto fundamental a ser observado. O local poderá ser ambiente fechado ou ao ar livre, espaçoso ou restrito, dominante ou dominado, iluminado ou escuro, de fácil ou difícil acesso, público ou particular, etc, os quais se constituem fatores de interesse para a segurança.

8.2.5.1 Recinto Fechado

Há uma tendência generalizada na escolha preferencial de ambientes fechados para a aparição da autoridade.

Esta opção se baseia, com fundamento, na maior facilidade que eles oferecem à segurança da autoridade. O controle do público, a proteção física que as instalações proporcionam, a facilidade para as vistorias, a interdição antecipada, a ocupação de pontos estratégicos, as restrições de circulação, entre outros, são fatores favoráveis.

Ressalva-se que os ambientes fechados são os mais favoráveis aos atentados à bomba.

8.2.5.2 Recinto Aberto

Os ambientes abertos, ao ar livre, são, via de regra, os mais propícios a atentados e manifestações contrárias à autoridade. As praças, ruas e jardins públicos são os locais habituais de aparições.

É comum esses ambientes serem dominados por

elevações e construções que possibilitem boas posições para que atiradores realizem atentados com armas de fogo.

A impossibilidade de controle do público e a dificuldade para a ocupação de todos os pontos dominantes são razões de constante preocupação. Há ainda a viabilidade de atentados à bomba durante o trajeto e no local da permanência da autoridade.

8.2.6 Quanto ao Sigilo

O sigilo é um fator que depende exclusivamente do interesse da autoridade. A segurança pode influir no sentido de retardar ou alterar o horário e o local da aparição em razão da eminência de perigo.

Quanto ao sigilo a aparição é ostensiva ou reservada.

8.2.6.1 Ostensiva

É ostensiva quando a aparição é difundida, não há o objetivo de dificultar a identificação da autoridade, do horário e do local do evento. Neste caso as medidas de segurança ostensivas são maximizadas e a descrição dos agentes da

segurança pessoal não requer maiores cuidados do que os normais.

8.2.6.2 Reservada

É reservada quando a determinação da autoridade se faz no sentido de restringir a difusão do evento a um número limitado de pessoas. Neste caso a segurança ostensiva é mínima e a segurança pessoal se reveste de maiores cuidados para encobrir a aparição.

A transformação de um evento reservado em ostensivo é sempre prevista no planejamento de segurança, pois poderá ocorrer pela própria determinação da autoridade ou involuntariamente pela ação da mídia.

8.3 LOCAIS DE APARIÇÃO EM PÚBLICO

8.3.1 Os Locais de Aparição em Público Devem Atender às Seguintes Características

8.3.1.1 Amplitude

- Amplitude para atender ao número de convidados.
 - Área apropriada para estacionamento de viaturas.
-

- Área adequada para embarque/desembarque da autoridade.
- Área que permita pouso/decolagem de helicóptero.
- Área apropriada para seleção e triagem de convidados.
- Não estar próximo a postos de gasolina, depósitos de combustíveis ou de substância tóxicas.

8.3.1.2 Acessos

- Sempre que possível, deve existir mais de um, de modo que aquele utilizado seja diferente do destinado ao público e convidados.
- Caso o acesso da autoridade e do público sejam o mesmo, este deve ser interditado pelo menos 15 minutos antes da chegada do dignitário.
- Se o local do evento for acima do andar térreo, além de escadas e saídas de emergência deverá possuir mais de um elevador, sendo que um deles deverá ser interditado com antecedência.

8.3.1.3 População

- O ânimo do público em relação à autoridade pode significar maior ou menor risco.

8.3.1.4 Terreno Favorável

- Condições meteorológicas.
- Facilidade para deslocamento.
- Facilidade para acesso/evacuação do público.
- Evitar terrenos ou ruas enlameadas, matosos, alagadiços, íngremes ou próximos de despenhadeiros. As condições do solo influenciarão na escolha do meio de transporte a ser utilizado pela autoridade.

8.3.1.5 Meios de comunicação

- Disponibilidade de telefone, rádio, telex, etc, que permitam atender à qualquer emergência.

8.3.2 Localização da Autoridade

As Regras Básicas seguintes devem ser observadas:

- a) disfarçar a silhueta da autoridade;
- b) colocar a autoridade com as costas voltadas para a parede;

- c) colocar a autoridade afastada das principais entradas, saídas e janelas;
- d) não colocar a autoridade em plano superior;
- e) fazê-la desembarcar, sempre do lado em que é esperada.

8.3.3 Normas e Procedimentos em Locais Distintos

8.3.3.1 Coquetéis, Jantares, Almoços, Recepções

Evitar que o dignitário permaneça no mesmo local todo o tempo e que se formem filas de cumprimento.

Quanto o coquetel é seguido de almoço ou jantar, o local do coquetel deve ser próximo, porém separado.

Evitar pisos e escadas de acesso muito lisos, encerados e escorregadios.

Nos almoços e jantares, evitar a colocação do dignitário em mesas no centro do dispositivo.

Quanto as refeições forem em restaurantes abertos ao público:

- reservar, com antecedência, uma ou mais mesas para a autoridade e os agentes de segurança;
- escolher local que permita à autoridade ficar de costas para a parede e afastada de entradas, saídas e janelas;
- as mesas à frente e ao lado do dignitário devem ser ocupadas com antecedência (segurança velada);
- se a autoridade está acompanhada pela esposa, escolher mesas com cantos para as paredes, de modo que ambos fiquem com as costas protegidas;
- se o evento for à noite e faltar energia elétrica, os agentes de segurança devem "cerrar" sobre o dignitário e controlar as entradas e saídas;
- colocar um agente de segurança na cozinha.

8.3.3.2 Audiências

Acesso ao local deve possuir mais de uma porta, de modo a impedir a pessoa que entra de encontrar com quem sai.

Local anexo que permita aos agentes realizarem triagens, se necessárias.

Todos os acessos cobertos por agentes de segurança.

8.3.3.3 Entrevistas Coletivas

Amplitude.

Mesa ou púlpito.

Sistema de comunicações (que permita pergunta do local onde está ou de outro ponto no recinto).

Local para os fotógrafos (à frente).

8.3.3.4 Teatros - Tribunas de Honra - Cinemas

Se possível colocar o dignitário em frisa especial (cuidado com frisas frontais e público embaixo), reservada, vistoriada e ocupada antecipadamente com acessos controlados pelos agentes.

Quando a autoridade ocupar lugar na platéia:

- dignitário postado na primeira fila, próximo ao palco;
 - dignitário afastado dos corredores e portas;
 - os lugares laterais e na retaguarda da autoridade devem ser ocupados antecipadamente pela segurança;
 - vistoriar os lugares existentes num raio de 10 a 20 metros daquele que o dignitário ocupará (devem ser preservados até a chegada do mesmo);
-

- entrada de atores, funcionários, flores e outros materiais deve dar-se pela porta de serviço, sob o controle dos agentes de segurança;
- entrada e saída da autoridade por local diferente daquele destinado ao público. Se existir apenas um acesso, entrar e sair antes ou depois, nunca junto com o público.

8.3.3.5 Inaugurações

a) Recinto Aberto

- Evitar a colocação do dignitário de frente para o sol.
- Prever alternativa para mau-tempo (marquise, palanque, capas de chuva, guarda-chuva, etc.).
- Condições do local quanto à circulação e estacionamento de veículos.
- Desembarque do lado em que é esperado o dignitário.
- Utilização de palanques:
 - Amplitude (mínimo de 1m² por pessoa)
 - Acessos (mais de um acesso)
 - Resistência.

b) Recinto Fechado

- Dispensar funcionários desnecessários.
- Relacionar, para fins de controle e identificação, os funcionários que permanecerão no local.
- Se possível, providenciar entradas diferentes para autoridades e convidados.
- Realizar o evento com o mínimo de convidados.
- Liberar o público somente após a saída do dignitário.

8.3.3.6 Feiras - Exposições - Indústrias - Passeios Turísticos

Itinerário previamente estabelecido, não devendo ser longo.

Evitar retorno pelo mesmo trajeto.

Permitir embarque em automóvel ao final do percurso.

8.3.3.7 Assinatura de Atos, Convenções, Reuniões

Amplitude.

Acessos (Controle).

Mobiliário (retirar o excedente).

Palcos: se possível, a mesa principal deve ser formada

em semicírculo, ficando a autoridade com os flancos protegidos pelos demais componentes.

8.3.3.8 - Concentrações Populares (comícios, desfiles, etc).

Amplitude, acessos, estacionamento, inexistência de pontos dominantes, possibilidades de usar isolamentos.

Palanques: tamanho (1 m² por pessoas a ocupá-lo) e acessos (dois acessos, pela retaguarda).

8.3.3.9 Revista a Tropas - Filas de Cumprimento

Agentes postados atrás da tropa, no início e final.

Agentes acompanhando o deslocamento entre a autoridade e público e/ou entre tropa e público.

Agente acompanhando a autoridade (se possível).

Se possível, veículo acompanhado o deslocamento atrás da tropa.

8.3.3.10 Praias

Agentes devem ser bons nadadores.

Prever lanchas e salva-vidas para o local.

Área controlada.

8.3.3.11 "Cooper"

Agentes bons corredores.

Local adequado.

Se possível, viaturas acompanhando.

Reconhecimento da área.

Primeiros socorros.

8.4 ISOLAMENTOS

São barreiras humanas ou materiais colocadas entre o público e a autoridade, de modo a evitar ou dificultar o contato direto entre eles, bem como destinadas a criar uma área livre que permita o trabalho da própria segurança e da imprensa, se for o caso.

- Emprego dos Isolamentos: a regra básica determina que o isolamento deve ser sempre mobilizado por policiamento ostensivo.
- Formas:
 - Isolamento externo - cordas, grades, telas, homens braço a braço;
 - Isolamento interno - pequenos suportes com altura máxima de 90 cm, sustentando cordões ou correntes finas. Vasos com flores, etc.

- Distâncias:
 - Isolamento externo - superior a 5 metros (se possível, que impeça o arremedo direto de objetos).
 - Isolamento interno - de 3 a 5 metros

8.4.1 Isolamentos Externos

8.4.1.1 Cordas

- Emprego: tensas, altura aproximada de 90cm, preferencialmente confeccionadas em "nylon".
- Vantagens: facilidade para, obtenção, transporte, fáceis colocação e retirada, boa flexibilidade e mobilidade.
- Desvantagens: perde a tensão facilmente: precisa maior número de homens para mobilizá-las; oferece menor segurança.

8.4.1.2 Grades e Telas

- Emprego: em seções, umas presas às outras, com altura aproximada de 1,30m.
 - Vantagens: maior segurança, boa flexibilidade, menor
-

número de homens para mobilizá-la.

- Desvantagens: pouca mobilidade, difícil obtenção, difícil transporte, maior tempo para instalar e retirar, e exigem grande quantidade.

8.4.1.3 Homens Braço-a-braço

- Emprego: homens de forte compleição física formando um cordão de isolamento em torno da autoridade.
- Vantagens: maior segurança, grande flexibilidade, grande mobilidade e emprego imediato.
- Desvantagens: o grande número de homens necessário e só pode ser empregado em áreas pequenas e limitadas.

8.4.2 Isolamentos Internos

Vantagens: permite organizar a distribuição do público interno, fácil controle do mesmo.

Desvantagens: a estética deve prevalecer, em detrimento da eficiência.

8.5 CONTROLE DO PÚBLICO - ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS

A multidão deve ser mantida afastada a uma distância que permite a atuação da Segurança.

Qualquer pessoa que for falar com a autoridade deve ir só e voltar ao seu lugar antes que outro se desloque.

A Segurança deve receber e controlar quaisquer presentes e correspondência destinados à autoridade.

Se a autoridade entregar um presente que implique deslocamento, deve ser acompanhado pela Segurança.

No caso de a autoridade cumprimentar pessoas do público presente, o que deve ser desestimulado, deve ser protegido ao máximo, com agentes a sua volta.

Se algo acontecer à autoridade, deve ser logo retirada para outro local mais seguro, previsto antecipadamente.

8.6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os agentes de Segurança devem manter sob as

vistas a autoridade e observar constantemente o local em sua volta a fim de descobrir comportamentos que destoam do meio-ambiente. Exemplo: pessoas usando capa de chuva em dia de sol, abrigos não condizentes com o clima, pessoas com as mãos nos bolsos constantemente, etc.

Os agentes devem também manter contato visual entre si.

Qualquer pessoa suspeita deve ser retirada do local o mais rapidamente possível, procurando não chamar a atenção do público.

Os agentes devem memorizar rostos, através de fotografias de elementos perigosos ou suspeitos que possam atuar na área do evento.

Trajes e comportamentos dos agentes de Segurança devem ser discretos, com vistas a passarem despercebidos.

A maneira mais eficaz de proteger uma autoridade nas aparições em público é manter agentes próximo à mesma (proteção defensiva).

Os deslocamentos a serem realizados pela

autoridade não devem ser divulgados.

O sucesso da Segurança, muitas vezes, depende do comportamento da autoridade protegida. As autoridades públicas devem, em certas ocasiões, refrear sua inclinação para entrar no meio dos espectadores a fim de realizar um contato pessoal.

É necessário ter sempre em mente que o esquema de segurança visa impedir ou dificultar a realização de atentados, como também acidente ou incidentes que possam causar danos físicos e morais à autoridade.

9. A EVACUAÇÃO E O ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA

9.1 CONSIDERAÇÕES

Dentro do sistema da segurança de autoridades, merecem destaques os aspectos relativos à evacuação e ao atendimento médico de urgência. Com efeito a garantia da integridade física da autoridade torna essenciais os cuidados necessários à sua remoção do local onde a mesma corre perigo e ao posterior atendimento médico, quando for o caso.

Os procedimentos relativos à evacuação e ao atendimento médico de urgência devem ser alvo de cuidadosa coordenação entre os integrantes da equipe de segurança e o pessoal de saúde em apoio, setores diretamente interessados nas atividades.

Devido à sua importância, os procedimentos relativos

à evacuação e ao atendimento médico de urgência devem ser normatizados, com responsabilidades definidas para os integrantes da estrutura da segurança. A especificação dos procedimentos a serem adotados em casos de emergência e a definição dos responsáveis é a garantia da rápida evacuação da autoridade e do seu pronto atendimento médico.

9.2 CONCEITOS

9.2.1 Evacuação

É a retirada ou a remoção de uma pessoa de um local para outro a fim de resguardar ou preservar a sua integridade física.

9.2.2 Urgência

É a situação de surgimento imprevisto, com manifestação de enfermidade ou traumatismo, sem risco de vida eminente, que obriga ao tratamento a curto prazo, não imediato.

9.2.3 Emergência

É a situação crítica ou perigosa, de surgimento

imprevisto e súbito, como manifestação de enfermidade ou traumatismo, com risco eminente de vida, que obriga ao tratamento imediato.

9.3 CONDIÇÕES PARA A EVACUAÇÃO

A evacuação da autoridade de um determinado local dar-se-á diante de ameaça, realização de atentado ou problema de saúde.

No caso de atentado, cabe ao Serviço de Segurança Pessoal decidir sobre a evacuação, enquanto que no caso de mal súbito da autoridade, a decisão cabe ao pessoal de saúde que a acompanha. Neste último caso, a segurança, pessoal é quem deve decidir sobre a conveniência da evacuação, na ausência do pessoal de saúde.

A evacuação deve ser rápida, mas realizada sob controle, a fim de que a proteção da autoridade seja mantida.

9.4 PREPARATIVOS PARA A EVACUAÇÃO

Para cada itinerário, local de hospedagem e local de evento a serem freqüentados pela autoridade devem ser

verificadas as saídas de emergência, o local de estacionamento do comboio de viaturas, a localização da equipe médica de apoio e ambulância e os itinerários para o hospital de sobreaviso. Esses dados devem ser do conhecimento da equipe de segurança pessoal que o estiver acompanhando.

9.5 A EVACUAÇÃO

O desencadeamento da evacuação é um momento crítico, que exige frieza por parte dos agentes de segurança. Entretanto, as diferentes causas para a evacuação permitem graduar a dificuldade dessa ação. Enquanto a ocorrência de um problema de saúde com a autoridade permite a avaliação da conduta a tomar, um caso de atentado exige ações reflexas.

No caso de um atentado, a conduta dos agentes de segurança pessoal é a de proteger a autoridade e retirá-la imediatamente do local. Os integrantes da equipe que estiverem juntos da autoridade usam seus corpos para proteger, enquanto que os demais agentes reagem contra os atacantes com o objetivo de permitir a evacuação. Após essa ação inicial, a equipe de segurança pessoal retira-se do local, enquanto o pessoal de segurança de área neutraliza e prende os autores do atentado.

A evacuação da autoridade, qualquer que seja a causa, poderá ser por via terrestre, aérea ou aquática.

A evacuação por via terrestre se dará em veículo oficial ou na ambulância de apoio caso a autoridade esteja ferida. Entretanto, para preservar a rapidez de ação, em caso emergencial a evacuação pode se dar em outro veículo. Os motociclistas do dispositivo de segurança de área acompanharão a evacuação, incorporando-se ao comboio tão logo quanto possível.

A evacuação aérea, pela rapidez e segurança que proporciona, é sempre considerada. Quando a autoridade estiver em visita a localidades que ofereçam poucos recursos hospitalares ou durante longos deslocamentos rodoviários, é imprescindível o planejamento de meios aéreos. Nesses casos, um helicóptero de sobreaviso atenderá de forma adequada a uma eventual necessidades de evacuação.

A evacuação por via aquática é prevista em situações especiais, em que o meio aquático for aquele que ofereça melhores condições de rapidez e segurança.

O hospital de sobreaviso é imediatamente informado,

caso seja necessário o atendimento a autoridade. Após a comunicação, é acionado um plano para o atendimento de emergência.

9.6 CONDIÇÕES PARA O ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA

O atendimento médico de urgência poderá ser necessário em Goiânia ou em qualquer outro local onde estiver a autoridade. Por isso, um Plano de Atendimento Médico de Urgência é elaborado para regular emergências médicas envolvendo a autoridade na Capital e em cada local de destino das viagens. Este plano tem um caráter temporário para atender às primeiras necessidades de atendimento médico.

9.7 PLANO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA

O Plano de Atendimento Médico de Urgência é desencadeado em situações que exijam atenção médica imediata.

O plano é acionado pelo médico pessoal da autoridade, médico ou enfermeira de serviço e na ausência desses pela segurança pessoal.

A partir do desencadeamento do plano, o sistema de comunicações existente é considerado, mantendo-se um canal aberto entre o elemento acionador, o hospital de sobreaviso e outros órgãos ou autoridades imprescindíveis para o atendimento emergencial.

No hospital de sobreaviso, as seguintes medidas são necessárias:

- a) manter um telefone exclusivo para emergência envolvendo autoridade considerada;
- b) manter uma equipe médica de emergência de sobreaviso;
- c) designar equipes para recepção e acompanhamento da autoridade;
- d) designar itinerários a serem seguidos no interior do hospital, a partir da entrada, conforme o tipo de emergência;
- e) manter um quarto reservado;
- f) manter o Plano de Segurança do hospital, em condições de ser acionado;
- g) assegurar que os diversos setores do hospital tenham condições de atender a uma eventual hospitalização

de uma autoridade, a qualquer hora, no mais curto prazo;

h) prever o transporte para eventuais necessidades de transferência.

10. ESCOLHA DE ITINERÁRIOS

10.1 CONSIDERAÇÕES

De acordo com os dados estatísticos a maioria dos atentados às autoridades são cometidos durante o deslocamento para o cumprimento de um compromisso.

A principal razão disto é a divulgação antecipada do evento e do itinerário a ser seguido pela autoridade, possibilitando o tempo necessário para a preparação da ação agressora.

Por este motivo os itinerários são metodicamente escolhidos e preparados, assegurando a proteção adequada à autoridade.

10.2 CONCEITOS

10.2.1 Itinerário

É o caminho pelo qual se desloca uma autoridade, a

pé ou com utilização de um meio de transporte.

10.2.2 Escolha

É a definição de uma prioridade após um processo analítico dos fatores determinantes da segurança.

10.2.3 Deslocamento

É o movimento, em velocidade variável, de uma autoridade, de um local para outro.

10.2.4 Itinerário Principal

É o itinerário escolhido prioritariamente para o deslocamento da autoridade.

10.2.5 Itinerário Alternativo ou Secundário

É o itinerário escolhido, para o deslocamento da autoridade, no caso de alteração ou modificação, dos fatores condicionantes iniciais, que inviabiliza ou desaconselha a utilização do itinerário principal.

10.2.6 Itinerário Eventual

É a ramificação de um itinerário principal ou alternativo, utilizado no caso de abandono do itinerário usado, por motivo de perigo ou emergência.

10.2.7 Ponto Crítico

É todo o local que, por suas características, dificulta o deslocamento da autoridade ou oferece melhores condições para uma ação adversa.

10.2.8 Ponto de Apoio

É todo o local que por sua característica serve para o acolhimento e proteção da autoridade no caso de perigo ou emergência, ou para a colocação de meios auxiliares ao deslocamento.

10.3 CARACTERÍSTICAS DOS ITINERÁRIOS

As características dos itinerários são objetos para a análise, a escolha, a preparação e os procedimentos a serem

realizados pela segurança.

Os itinerários se caracterizam basicamente quanto ao meio físico do percurso, ao grau de proteção oferecido, a luminosidade, a extensão, ao sigilo, a missão e a flexibilidade.

10.3.1 Quanto ao Meio Físico

10.3.1.1 Terrestres

São os de uso mais freqüentes. Eles são cumpridos a pé ou utilizando um meio de locomoção como: o cavalo, a charrete, o veículo automotor, o trem.

Os deslocamentos a pé são os mais vulneráveis. Eles são realizados em vias públicas, no interior de hotéis, pavilhões, auditórios e outros lugares, quase sempre na presença do público e na campanha da comitiva oficial.

10.3.1.2 Aquáticos

São aqueles previstos para o deslocamento em rios, lagos e mares.

São raros. Exigem uma preparação especial. São

realizados em embarcações e eventualmente a nado.

Em casos especiais a Marinha de Guerra ou o Corpo de Bombeiros presta, quando solicitado, o apoio com suas embarcações à segurança do itinerário.

10.3.1.3 Aéreos

São comuns, pois a aeronave é um meio de locomoção bastante utilizado por uma alta autoridade.

10.3.2 Quanto à Proteção

10.3.2.1 Cobertos e Abrigados

São os itinerários mais seguros, pois a vegetação e construções impossibilitam a visão sobre a autoridade (cobertos) e dão a proteção necessária ao deslocamento (abrigados).

Os itinerários poderão ser ainda cobertos mais não abrigados ou vice-versa.

10.3.2.2 Descobertos e Desabrigados

São os itinerários de maior vulnerabilidade. São aqueles dominados por pontos localizados ao longo do seu trajeto possibilitando a observação e qualquer ação agressiva sobre a autoridade.

10.3.3 Quanto à Luminosidade

10.3.3.1 Diurnos

Os deslocamentos durante a luz do dia são preferíveis por serem favoráveis à segurança.

A claridade natural favorece o reconhecimento das pessoas, a observação dos locais e o acompanhamento da autoridade, dificultando a ação agressora e beneficiando a atuação dos agentes de segurança.

10.3.3.2 Noturnos

A noite as precauções são redobradas. A iluminação, artificial do itinerário embora favoreça o deslocamento da autoridade

e da comitiva deve ser estendida as adjacências do itinerários, pois caso contrário dificulta a visualização da aproximação de qualquer agente adverso, beneficiando a sua ação e a sua fuga.

No deslocamentos noturnos os agentes de segurança estão sempre munidos de lanternas para o uso em caso da falta de energia elétrica ou para as inspeções de lugares ermos e escuros.

10.3.4 Quanto à Extensão

A extensão do itinerário por si só, não é fator importante para a segurança, mas o é quando associado ao grau de ameaça existente. Logicamente quando o grau de ameaça é grande a extensão do percurso é mais considerada, pois implica num maior ou menor tempo de exposição da autoridade.

10.3.4.1 Curtos

São os itinerários realizados em distâncias pequenas, considerando-se o meio de transporte.

Os itinerários curtos são freqüentes nos compromissos urbano.

10.3.4.2 Longos

São os itinerários realizados entre pontos situados a distância consideráveis.

Os itinerários longos são mais frequentes nos casos de deslocamentos para fora do perímetro urbano e em viagens.

É comum, neste deslocamento, o emprego de várias Forças no sistema de segurança, a fim de “cobrir” todo o itinerário e proporcionar a segurança condizente com o grau de importância da autoridade.

10.3.5 Quanto ao Sigilo

10.3.5.1 Ostensivos

São os itinerários do conhecimento público. O percurso é divulgado pela imprensa e as providências quanto a segurança são externadas, de modo a orientar as pessoas quanto ao seu posicionamento e localização. São de fácil identificação. Eles são usados, por exemplo, nos eventos cívicos, e nas ocasiões festivas.

Os meios utilizados para mobiliar o itinerário

normalmente são numerosos e ostensivos.

10.3.5.2 Reservados

São os itinerários preparados para um deslocamento velado, de conhecimento restrito.

Os meios empregados são mínimos e os preparativos para o deslocamento são realizados com a máxima discrição.

10.3.6 Quanto à Missão

10.3.6.1 De Rotina

São os itinerários utilizados habitualmente pela autoridade. Por essa razão de alto risco. Podem ser levantados os dados, as informações e os pontos vulneráveis com facilidade, possibilitando aos atentados uma maior obtenção de sucesso.

Esta categoria deve ser evitada. Quando impositivo, vários itinerários alternativos são estabelecidos e a escolha, daquele a ser utilizado é determinada pela segurança momentos antes de iniciar o deslocamento. Enquadram-se nos itinerários

de rotina os percursos utilizados constantemente entre a residência e o local de trabalho, a residência e o terminal de embarque, e outros, de acordo com os hábitos da autoridade.

10.3.6.2 Eventuais

São os itinerários utilizados por ocasião do cumprimento de um compromisso oficial ou particular, como: inaugurações, reuniões, datas cívicas, recepções, etc.

Eles são levantados e analisados de acordo com a situação existente e a possibilidade de atentados. O itinerário a ser utilizado é definido pela segurança.

10.3.6.3 Inopinados

São os itinerários utilizados sem um prévio reconhecimento e preparação. Se estabelece de uma necessidade momentânea.

Eles são balizados por um elemento ou equipe guia que conheça o local, deslocando-se imediatamente à frente da autoridade. Por isso aconselhável existir sempre, junto ao grupo

de serviço, um agente de segurança que conheça a localidade ou região onde estiver se realizando o evento.

10.3.7 Quanto à Flexibilidade

10.3.7.1 Flexíveis

São os itinerários que oferecem opções para a mudança do deslocamento da autoridade no caso de necessidade ou perigo.

Os itinerários flexíveis são sempre preferíveis.

10.3.7.2 Inflexíveis

São os itinerários que não oferecem uma opção para a mudança do deslocamento da autoridade no caso de perigo ou necessidade.

A escolha de um itinerário inflexível somente deve ter prioridade na falta de alternativa ou por obrigatoriedade.

10.4 SELEÇÃO DO ITINERÁRIO

10.4.1 Planejamento Inicial

De posse dos dados sobre o deslocamento a ser

realizado pela autoridade, a segurança pessoal passa a analisar a carta, mapa ou esboço do local, fazendo os primeiros levantamentos e avaliações dos itinerários possíveis de serem utilizados.

Já nesta fase os tópicos referentes às características dos itinerários são considerados e estabelecida uma prioridade dos itinerários.

10.4.2 Reconhecimento

É a segunda fase do processo de seleção do itinerário.

Ele é realizado considerando-se a programação da autoridade, o tipo de deslocamento e os dados obtidos na fase do planejamento, retificando ou ratificando a prioridade inicial.

Os itinerários são reconhecidos observando-se os aspectos da segurança, da comodidade e do interesse político, quando for o caso.

Eles são percorridos sempre no mesmo sentido, previsto para o deslocamento da autoridade e no mesmo horário da programação.

As condições climáticas e a posição do sol são fatores que podem implicar na modificação das condições do itinerário e na segurança, respectivamente.

Quando o deslocamento for noturno há a necessidade de realizar dois reconhecimentos; um diurno para se obter o conhecimento detalhado do percurso e outro à noite, no mesmo horário previsto na programação oficial, para se adaptar principalmente às condicionantes da luminosidade.

São reconhecidos também os itinerários alternativos ou secundários e os eventuais que conduzem aos hospitais de sobreaviso e os que permitem a fuga.

O percurso e os pontos críticos são verificados minuciosamente e levantadas as possibilidades de uma ação adversa, a quantidade e o tipo de pessoal e de material necessário para mobiliar o itinerário.

Os agentes de segurança que possuem responsabilidade junto à autoridade, como: os agentes de segurança pessoal, motoristas dos veículos da autoridade e dos de proteção, coordenador de segurança de área, médico, etc, reconhecem os itinerários previstos, para que fiquem cientes dos

trajetos e dos procedimentos a serem adotados em caso de emergência e perigo.

10.4.3 A Escolha

Após o reconhecimento e avaliada todas as componentes é feita a escolha dos itinerários principal, alternativos ou secundários e eventuais. A escolha deve recair, sob o ponto de vista da segurança, sobre o itinerário mais protegido e seguro, ainda que não seja o mais curto.

É revisto o planejamento inicial e elaborado um plano para a segurança dos itinerários.

Este plano esquematiza as medidas de segurança e administrativas a serem empregadas. Ele é o mais detalhado possível, emitindo as missões de todos os elementos empenhados de forma simples e clara, facilitando a coordenação e o entrosamento de todos os setores envolvidos, assegurando a proteção e a continuidade desejada para o deslocamento da autoridade.

10.5 EXECUÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA DO ITINERÁRIO

10.5.1 Ensaio

O Plano de Segurança do Itinerário é colocado em execução com um ensaio, no caso de necessidade e disponibilidade de tempo. Na oportunidade é verificado o dispositivo adotado, a compreensão das missões distribuídas, as providências para as emergências e os perigos e as possíveis falhas de planejamento.

O ensaio se avulta de importância quanto maior for a possibilidade de uma ação adversa.

10.5.2 Inspeção Final

No dia do evento, após a montagem do dispositivo, antes do deslocamento da autoridade, com antecedência, é realizada uma inspeção final, por uma equipe precursora, com o intuito de vistoriar o itinerário e detectar alguma incorreção do dispositivo, falha administrativa ou uma evidência de perigo. Esta equipe precursora mantém o contato permanente com o responsável pela segurança pessoal, para informá-lo das condições e sugerir mudança do itinerário, no caso de uma avaliação que a recomende.

10.6 REGRAS BÁSICAS DE SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO DE ITINERÁRIOS

- Evitar a rotina.
- Manter o sigilo sobre datas e horários.
- Obedecer ao máximo os horários.
- Utilizar, com segurança, a maior velocidade possível.
- Redobrar os cuidados nos pontos crítico.
- Usar o veículo adequado à área ou terreno.
- Usar o caminho mais seguro (nem sempre é o mais curto).
- Ter uma força reserva à disposição.

10.7 MEDIDAS DE SEGURANÇA NOS ITINERÁRIOS

10.7.1 Rotineiras

- Trocar os horários.
- Trocar o carro da autoridade.
- Mudar os itinerários.
- Fazer o carro sair sem a autoridade em horário diverso.
- Utilizar outra pessoa, fazendo-se passar pela autoridade.
- Usar o carro de Segurança (1 ou 2).
- Usar helicóptero (se possível).

10.7.2 Especiais

- Reconhecer os itinerários principal e alternativos com motoristas e elementos da Segurança do comboio.
- Usar helicóptero.
- Dependendo da grandeza do evento, empregar todo o efeito de Segurança.
- Aconselhar a autoridade a não comparecer ao evento, em caso de área crítica ou informe de perigo.

10.7.3 Inopinadas

- Tentar fazer a autoridade mudar de idéia.
- Caso não seja possível, tentar ganhar tempo para modificar o planejamento e transmitir a nova missão ao pessoal da Segurança e em apoio.
- Empregar todo o efeito da Segurança e a Reserva, se forem necessários.
- É muito importante, nesses casos, o pleno funcionamento das comunicações.

11. ESCOLTA A PÉ

11.1 CONCEITOS

11.1.1 Escolta a pé

É a segurança proporcionada a autoridade quando se desloca a pé.

11.1.2 Formação

É o dispositivo adotado pelo posicionamento dos agentes de segurança a fim de proporcionar uma proteção durante o deslocamento da autoridade.

11.2 CARACTERÍSTICAS DA ESCOLTA

11.2.1 Considerações

Os tipos de formação das escoltas a pé visam atender à determinado quadro, no entanto elas são facilmente

adaptáveis à novas situações, proporcionando, à autoridade uma continuidade da segurança.

A escolta é integrada pela segurança pessoal da autoridade podendo, no entanto, se a situação exigir ter um acréscimo de outros agentes de segurança.

A distância e o espaço entre os agentes são determinados pela necessidade da proteção à autoridade, da localização do público e imprensa, do local do evento e do grau de risco ou ameaça.

As escoltas atendem, fundamentalmente, às determinantes da proteção e da discricção.

11.2.2 Proteção e Discricção

11.2.2.1 Determinantes da Proteção

A proteção visa impedir as agressões físicas e morais e a discricção de preservar a imagem da autoridade.

A proteção da autoridade exige dos agentes de

segurança procedimentos próprios para o cumprimento da sua missão.

A estrutura de proteção apoia-se em formações flexíveis e ágeis, capazes de possibilitar a mudança de frente, a proteção e observação em todas as direções e a pronta reação.

Os agentes atuam com seus sentidos voltados permanentemente às situações e pessoas circunvizinhas, observando com atenção o seu setor de vigilância e procurando perceber qualquer ato ou pessoa suspeita.

O sistema de proteção é estabelecido de modo que haja entre os seus integrantes uma cobertura sobre a observação do local e que possibilite um apoio mútuo entre os agentes de segurança.

O posicionamento e a distância dos agentes em relação a autoridade é determinado pelo local e o público presente. Eles se colocam a uma distância tal que possam atuar junto à autoridade no caso de necessidade. A manutenção do livre acesso à autoridade é uma preocupação permanente do agente de segurança pessoal.

No caso de atentado, os agentes de segurança

peçoal realizam um dos dois procedimentos: ou protegem a autoridade usando o seu próprio corpo ou reagem contra o agressor. A prioridade do procedimento é determinada pelas circunstâncias do momento. O agente deve ter sempre em mente que o seu principal objetivo é o de preservar a integridade da autoridade. Normalmente aquelas que estão mais próximos da autoridade a protegem e os outros agem contra o agressor.

Um agente, previamente escalado, tem a função específica de dar a proteção aproximada e imediata e de orientar a autoridade para os procedimentos e conduta a adotar no caso de uma evacuação do local por motivo de eminente perigo ou necessidade.

11.2.2.2 Determinantes da Discrção

A discrção dos agentes de segurana pessoal é um fator importante para a participao da segurana junto à autoridade, à populao e à imprensa. Os seus procedimentos são realizados no sentido de proteger a autoridade e nunca o de prejudicar a sua imagem junto a opinio pública ou aumentar a antipatia que é peculiar à atividade. Os procedimentos básicos, seguidos pelos agentes de segurana pessoal são:

Evitar o posicionamento que o enquadre no foco das

teleobjetivas dos fotógrafos e filmadores, de modo que sua imagem não seja veiculada pela imprensa.

Permanecer tranqüilo e calado, agindo sem rigidez mas com firmeza, evitando qualquer tipo de atrito com a população, imprensa e autoridade visitante ao local.

Ter um comportamento social condizente com a função, portando-se educadamente e atendendo às solicitações com deferência, objetivamente, sem delongas.

Recatar-se nas recepções e outros ambientes sociais. Não fumar ou ingerir bebidas alcoólicas quando em serviço. Alimentar-se em local apropriado, discretamente, sempre que for possível, fora do ambiente em que estiver a autoridade.

Trajar-se de acordo com o local e a natureza do evento, com vestimentas sóbrias, de modo a não chamar a atenção sobre a sua pessoa.

Cuidar da sua aparência pessoal mantendo um aspecto asseado.

Conduzir o seu equipamento e armamento

veladamente. Próximo a autoridade utilizar o rádio somente com o “egoísta”, caso contrário mantê-lo desligado.

Não discutir, falar alto, gesticular ou provocar ruídos de maneira a chamar atenção sobre sua pessoa ou de um companheiro.

11.3 FORMAÇÕES E MANEABILIDADE

As formações das escoltas visam atender às peculiaridades do evento. A adoção de um tipo de formação é previamente estabelecida em razão da análise do local, da falta de informações, do apoio fornecido, da extensão do deslocamento, da população ou assistência presente, da imprensa e do nível de segurança exigido.

As distâncias entre os agentes e à autoridade e os intervalos entre eles é consequência da avaliação do momento. As distâncias e intervalos tendem a aumentar quanto menor o risco para a autoridade. O dispositivo da formação funciona como uma sanfona, abrindo ou fechando, com rapidez, de modo a facilitar o deslocamento da autoridade ou de resguardá-la de perigo ou de pessoas que tentam assediá-la.

Em deslocamento ou paradas os agentes de

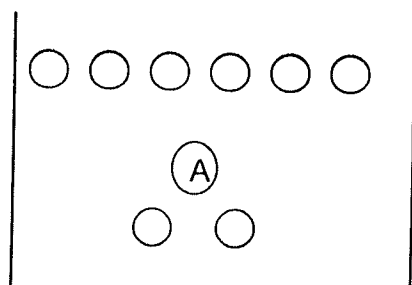
segurança permanecem atentos na autoridade e no seu setor de vigilância. Os setores de vigilância devem cobrir toda as direções.

No deslocamento, devido à aglomeração de pessoas, quando oportuno, um ou mais agentes da segurança pessoal são destacados para observar os arredores (fora do anel de segurança), para detectar possíveis ameaças à autoridade e alertar ou orientar à segurança pessoal sobre o deslocamento, incidentes e suspeitas, além de bloquear ou impedir qualquer ação.

Os agentes de segurança que estão mais próximos, normalmente à retaguarda da autoridade, são os principais responsáveis pela sua proteção física e pela sua retirada do local, em caso de perigo ou emergência, aos demais cabe neutralizar a ação adversa e proteger a retirada da autoridade.

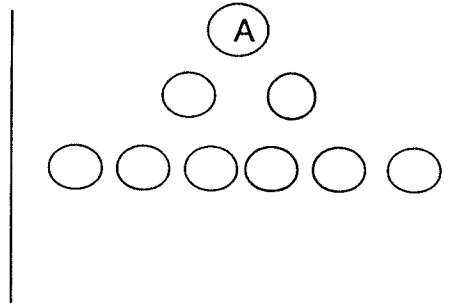
As formações mais freqüentes são: em linha, em coluna, em cunha, em "V", em losango, em círculo e em "L".

11.3.1 Em Linha Frontal



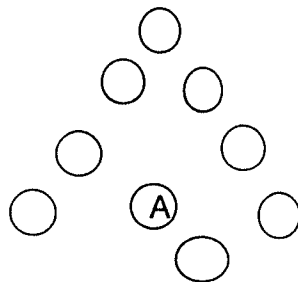
Esta formação é utilizada quando o deslocamento for em via protegida nos flancos e havendo a necessidade de uma maior abertura da frente, no sentido do deslocamento.

11.3.2 Em Linha a Retaguarda



É a formação utilizada quando os flancos estão protegidos, a frente está livre e há a necessidade de resguardar a retaguarda da autoridade.

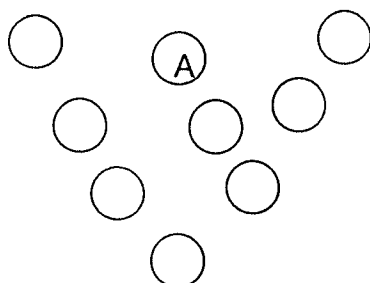
11.3.3 Em Cunha



É utilizada quando há necessidade de romper a frente protegendo a autoridade nos flancos. Esta formação é usada para abrir espaço entre a multidão quando a retaguarda

estiver coberta por outras autoridades e acompanhante do dignitário.

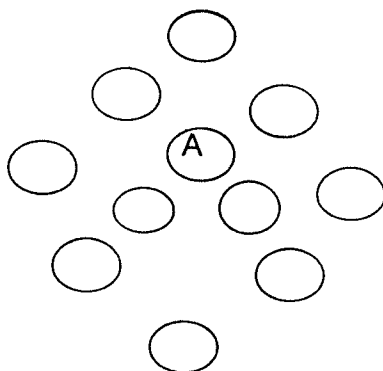
11.3.4 Em "V" - Cunha Invertida



A formação em "V" é utilizada quando for necessário cobrir a retaguarda e os flancos, estando a frente livre.

É a formação que favorece a imagem da autoridade. É a ideal para a autoridade chegar a um local onde estiver sendo aguardada por outra autoridade.

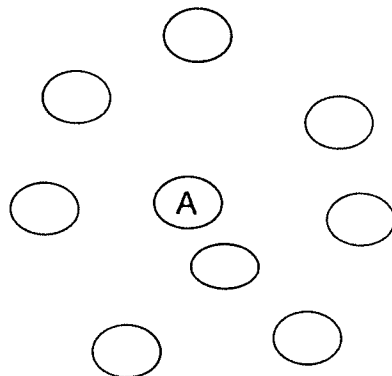
11.3.5 Em Losango



A formação em losango é a mais utilizada, pois permite a proteção em 360° e tem grande flexibilidade para a troca da frente de deslocamento.

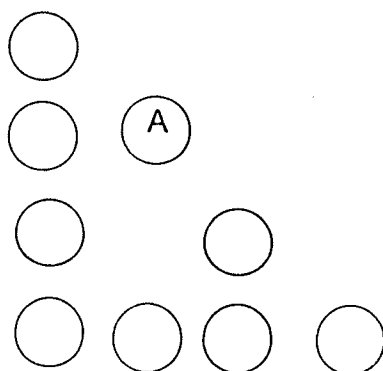
O posicionamento de dois agentes na formação é determinada pela necessidade de maior reforço na sua estrutura.

11.3.6 Em Círculo



É uma variante da formação em losango, onde todos os agente de segurança afastam-se da autoridade. Há proteção em 360°. É a formação utilizada quando a autoridade encontra-se estática e tem necessidade de espaço.

11.3.7 Formação em "L"



ACADEMIA DE CIÊNCIAS MILITARES
BIBLIOTECA

É a formação utilizada quando há necessidade de proteção da retaguarda e de um dos flancos (pode-se inverter o “L”), deixando a frente livre para o deslocamento da autoridade.

11.3.8 Especiais

As formações especiais dizem respeito a situações especiais. Nestas oportunidades os dispositivos adotados são peculiares, visam atender ao nível de segurança estabelecido e as características do evento.

Entre outras, podemos definir como situações especiais: o embarque e desembarque de aeronaves, revista à tropa, passeios públicos, visitas e atividades desportivas.

11.4 EQUIPAMENTO E MATERIAL

O equipamento e o material utilizado no deslocamento dependem das condições em que eles são realizados.

Os deslocamentos a pé são por natureza perigosos, pois expõe a autoridade a riscos de abordagem, agressões, etc. É prudente, por parte dos agentes, o transporte de equipamentos

especiais e de efeito moral para facilitar imobilizações e neutralizar ações, bem como para a proteção física da autoridade, tais como: algemas, bastonete de choque, espargidor de gás lacrimogêneo, colete ou capa à prova de bala etc.

No caso de mau tempo, o material a ser utilizado na proteção contra a intempérie (guarda-chuva, capa, óculos, etc) é conduzido por pessoal de apoio, próximo à autoridade, de modo que possa ser utilizado com oportunidade.

Todos os integrantes da escolta conduzem rádio e integram uma rede. O uso do "egotista" é obrigatório, pois facilita o trabalho e proporciona a descrição desejada.

11.5 ARMAMENTO E MUNIÇÃO

O armamento dos agentes que participam da proteção junto da autoridade deve ser de saque rápido e de fácil ocultação, bem como oferecer possibilidade de recarga rápida.

De acordo com as condições do deslocamento, agentes fora da formação, podem portar um armamento mais potente, neste caso eles deverão ter a observação sobre a autoridade e o público em condições especiais.

11.6 APOIO À ESCOLTA A PÉ

A escolta a pé necessita, durante toda a sua atuação, de um apoio que possa orientar os seus procedimentos ou mesmo que possibilite informar a outros sobre ações futuras já planejadas (suprimidas ou modificadas) ou acrescentadas.

11.6.1 Comunicações

A rede rádio da Segurança Pessoal deve contar com uma central que possa interligar outras redes para repassar e receber informações.

Um sistema de comunicações é essencial para o bom desempenho da segurança, dando a ele condições de obter dados capazes de alterar o plano estabelecido por condicionantes da própria segurança ou por determinação da autoridade.

11.6.2 Saúde e Evacuação

Um eficiente sistema de saúde que possibilite um pronto atendimento e uma rápida evacuação é imprescindível. O

acompanhamento do médico nos deslocamentos a pé deve ser a uma distância razoável da autoridade para que não seja envolvido em qualquer ação adversa e possa atender prontamente. No caso de maior perigo, o elemento encarregado do apoio médico poderá integrar a rede rádio de segurança pessoa.

11.6.3 Cerimonial

Um elemento do cerimonial acompanha e assiste a autoridade permanentemente.

Nas formações o elemento do cerimonial normalmente se desloca à frente e ao lado da autoridade, facilitando com isso o trabalho da segurança nos lados e à retaguarda.

Uma coordenação antecipada entre o cerimonial e a segurança é importante para a definição de cuidados a serem adotados, tanto nos deslocamentos quando nos locais dos eventos.

11.6.4 Imprensa

A imprensa é uma presença constante nos eventos

com a participação do Governador, seja de caráter oficial ou privado.

A coordenação da segurança com a assessoria de imprensa, no intuito de estabelecer medidas de controle é fundamental.

O conhecimento prévio dos jornalistas credenciados, a localização destinada à imprensa e a intenção de atendimento por parte da autoridade são algumas medidas a serem definidas.

A atuação da imprensa, junto à autoridade, é sempre um motivo de preocupação, pois facilita a aproximação de agentes adversos e possibilita a veiculação de imagem ou o conhecimento de um ato que prejudique a imagem da autoridade.

O bom relacionamento entre a imprensa e a segurança é aconselhável.

11.7 DESLOCAMENTOS

Os deslocamentos a pé são situações de risco e apresentam muitas vulnerabilidade, razão pela qual deve ser dada uma grande importância na fase do planejamento.

Os deslocamentos devem ser planejados de modo simples, em itinerários que possibilitem uma boa coordenação e controle, flexibilidade, e o máximo de segurança.

Para os deslocamentos a pé se dá a preferência aos itinerários de curtas distâncias e duração, cobertos e abrigados, de fácil localização e sem obstáculos, a fim de evitar a exposição da autoridade.

O estudo de situação sobre qualquer deslocamento a pé inclui os seguintes itens:

11.7.1 Data/Hora do Deslocamento

A data diz mais respeito à época do ano, para possibilitar uma previsão das condições atmosféricas a serem encontrados por ocasião do evento.

A hora se refere, principalmente, sobre as condições de luminosidade e temperatura. A hora também define a posição do sol, o que poderá implicar em fator que favoreça ou desfavoreça a segurança e a ação adversa.

11.7.2 Local de Origem e Destino

Os locais de origem e destino definem o trajeto de deslocamento. Normalmente os trajetos a pé são curtos e de curta duração. Se houver possibilidade de levantar itinerários alternativos isto deve ser feito, pois favorece a segurança.

11.7.3 Meios de Transporte Utilizados, Antes e Depois do Deslocamento

O meio de transporte utilizado pode restringir o deslocamento do número de agentes de segurança, o que obriga, em alguns casos, o deslocamento antecipado para os locais de saída e destino do autoridade.

11.7.4 Acompanhantes

A autoridade normalmente é acompanhada por outras autoridades, público em geral, imprensa e pessoal de apoio.

Os acompanhantes, de certa forma, favorecem a segurança, tendo em vista que dificultam a observação e o acesso à autoridade por parte de qualquer agente adverso.

A quantidade de acompanhantes deve ser levantada para efeito de planejamento. Estreitamentos de vias, corredores, escadas, obstáculos naturais, canteiros, etc, são fatores a serem considerados nas avaliações, pois dificultam o movimento e a circulação, inclusive da própria segurança.

11.7.5 Procedimento de Emergência

No planejamento é verificado as rotas de fuga para atender à qualquer emergência ou situação de perigo. Para tanto, itinerários de emergência são reconhecidos tendo por base o itinerário principal e os alternativos.

11.7.6 Reconhecimentos

Todo o deslocamento a pé deve ter o itinerário reconhecido pela segurança pessoal, levantando todos os dados de interesse que possam influir de maneira positiva ou negativa no fluxo da autoridade e acompanhantes.

Se as condições possibilitarem são reconhecidos itinerários e alternativos, alternativas de mudança do itinerário principal e itinerários de emergência, possibilitando flexibilidade para o deslocamento.

11.7.7 Coordenação e Controle

A segurança de área participa dos reconhecimentos e sugere qual o itinerário mais seguro sobre o ponto de vista da segurança local, justificando as razões da conveniência e inconveniência da escolha.

Após a escolha dos itinerários (principal e alternativos), as atividades de credenciamento, inspeção, verificação, comunicações, saúde, evacuação, etc, são levantadas, analisadas e coordenadas entre a segurança da autoridade, a segurança local, e o setor interessado.

11.7.8 Ensaios

Sempre que possível, o deslocamento é ensaiado. Quanto maiores as dificuldades e riscos, mais importante se torna o ensaio.

As medidas de coordenação e controle são testadas para que não haja contratempos nos procedimentos e execução do deslocamento.

11.7.9 Execução

O êxito dos deslocamentos a pé está diretamente ligado ao reconhecimento, à implantação das medidas de coordenação e controle e ao adestramento da segurança.

A execução é conduzida em coordenação com a equipe do cerimonial, a qual tem a missão de orientar a autoridade sobre a seqüência do evento. Caso a autoridade interfira no deslocamento, tomando uma iniciativa imprevista, ela deve ser desestimulada. Mantida a alteração, a segurança é reforçada e, se for o caso, acionado meios em reforço. A informação, a todos os interessados da alteração, é fundamental para que o dispositivo seja reajustado.

11.7.10 Conduitas de Emergência

O planejamento dos deslocamentos a pé conta, sempre, com um plano de atuação em casos de emergências.

As situações de emergência causam inicialmente perplexidade e tumulto nos acompanhantes e público, daí a necessidade de uma preparação especial dos agentes incumbidos dessa tarefa, de modo a atuarem pronta e eficientemente.

12. ESCOLTA MOTORIZADA

12.1 GENERALIDADES

Para obtenção de resultados eficientes, a escolta motorizada deve ser executada com o emprego de duas viaturas a pelo menos cinco agentes. Os veículos são chamados de carro-piloto e carro-comando. O primeiro desloca-se à frente e o carro-comando imediatamente atrás do veículo-executivo que conduz a autoridade.

Em situações de excepcionalidade, o carro-piloto pode ser retirado ficando apenas o carro-comando, que, neste caso, obrigatoriamente deverá deslocar-se atrás da viatura da autoridade.

Se por alguma razão, os dois são suprimidos, os agentes ocuparão os lugares disponíveis no próprio veículo da

autoridade, e um deles substituirá o motorista.

É de vital importância que todos os membros da equipe conheçam os itinerários dos deslocamentos, identificando os pontos críticos e as linhas de ação para cada um deles.

As estatísticas confirmam que 80% das ações de seqüestro são efetuadas em deslocamentos motorizados. É recomendado que, em caso de ataque, o comboio procure permanecer em movimento, pois um alvo imóvel é mais fácil de ser atingido. A maioria dos atentados ocorre sempre com os veículos em primeiro marcha, nos cruzamentos com semáforos ou obstáculos na pista.

A equipe deve estar sempre pronta para ação imediata, não se descuidando um só instante e mantendo-se vigilante e atenta ao que acontece à sua volta.

As comunicações entre o carro-comando, o executivo e o carro-piloto são permanentes e realizadas através de rádio ou sinais convencionados - luz de freio, pisca alerta, etc. No caso de deslocamento apenas com o carro-comando, se o motorista do executivo nota algum sinal de perigo à frente à direita, toma imediatamente o lado esquerdo da pista e sinaliza

ao carro-comando com a sinaleira, para que se coloque a direita do executivo formando uma barreira entre ele e a ameaça.

A distância entre o carro-comando e o carro-executivo será mantida em torno de três metros, para que veículos suspeitos não se coloquem entre os dois.

Voltando às estatísticas, são nos deslocamentos que ocorrem 90% dos atentados, especialmente nos momentos de embarque e desembarque.

12.2 RECOMENDAÇÕES

Atenção redobrada nas entradas e saídas dos locais de eventos, principalmente aqueles de difícil acesso. É neste momento que a autoridade fica exposta à abordagem.

O veículo-executivo, quando estacionado, deve ficar em condições de saída rápida, seja em locais fechados ou na rua. Caso haja algum obstáculo que impeça ou dificulte tal procedimento, será imediatamente removido pela equipe de apoio.

Em caso de "prego de pneu" em local crítico - escuro e perigoso - é aconselhável continuar rodando até um lugar seguro. A autoridade será de imediato transferida para um carro-reserva e prosseguirá em frente. Em hipótese alguma permanecerá no local enquanto o problema é solucionado.

Nos semáforos, os vidros do carro-executivo devem estar fechados, evitando a abordagem de vendedores ou pedintes.

O carro-executivo jamais pode ficar sob a guarda de terceiros, isto é, de pessoas estranhas à equipe.

Especial atenção com motocicletas, principalmente aquelas com dois ocupantes. É importante também suspeitar de qualquer veículo que pareça estar seguindo o comboio.

Incidentes na pista de rolamento: colisões, incêndios, obstáculos de qualquer natureza, é de vital importância observá-los ainda com um bom espaço livre à frente, cerca de 200 a 300 metros, o suficiente para manobras defensivas.

Evitar deslocamentos atrás de veículos lentos -

ônibus, caminhões ou mesmo caminhonetes - capazes de dificultar a visão e impedir manobras rápidas de escape.

O motorista capacitado em direção ofensiva e defensiva conduzirá o veículo junto à linha divisória do centro da pista, o que o deixa em vantagem e com opção da escolha do lado por onde fugir.

Ao aproximar-se de cruzamentos com semáforos, e na ausência de batedores ou guardas de trânsito (equipe de apoio) no local, controlar a velocidade de modo a evitar a parada, isto é, chegar no semáforo com sinal verde para prosseguir. Caso contrário, permanecer com o veículo em condições de fuga rápida e a equipe de segurança pronta para ações de defesa.

A velocidade de deslocamento deve ser normal nas pistas de rolamento. Devagar demais, facilita o ataque; alta velocidade, cria chance de envolvimento em acidentes graves. Um acidente de trânsito, por menor que seja, expõe a autoridade e põe em risco sua vida.

O cinto de segurança deve estar afivelado, pois ele protege em casos de impactos violentos.

12.3 NORMAS PARA O MOTORISTA

Dirigir com todo cuidado, defensiva e agressivamente.

Familiarizar-se com o veículo no qual vai trabalhar.

Veja se tudo funciona bem no carro.

Faça testes e corrija os eventuais defeitos.

Não dê atenção ao que se conversa no interior do veículo.

Não fale com ninguém, esteja sempre atento ao serviço.

Procure sentar-se confortavelmente ao volante.

Ajuste o acento de modo que possa melhor manejar os comandos.

Examine os retrovisores - internos e externos.

Não dê a partida antes que as portas sejam devidamente fechadas.

Lembre-se: pouca velocidade é convite a um ataque. e o excesso de velocidade pode causar acidentes.

Mantenha marcha normal.

Não pare bruscamente e nem faça reduções violentas de marcha.

Não entre em curvas com velocidade excessiva.

Investir o veículos contra outros só em casos extremos. Mas nunca o faça com a frente do carro, use sempre a ponta do pára-choques. Em seguida, sair do local à toda velocidade.

12.4 EQUIPAMENTO DA VIATURA

Estojo de primeiros socorros.

Armas longas (fuzis, metralhadoras, carabinas).

2 (dois) estepes.

Material para vistorias.

Ferramentas e lanterna.

Sirene e giroflex (rotolight) removíveis.

Equipamento de comunicações.

Máscara contra gás.

Cabos para "chupeta".

Guarda-chuva

12.5 SEGURANÇA NO DESEMBARQUE

O pisca alerta poderá ser acionado como senha para avisar a equipe de segurança que haverá uma parada inesperada.

A autoridade só desembarcará na certeza de que não

há qualquer tipo de ameaça.

O motorista do carro-executivo permanecerá com o motor ligado para uma evasiva rápida.

O desembarque pode ser realizado de duas formas:

- a) ortodoxo: quando a autoridade desembarca ou embarca no veículo pelo lado direito do mesmo.
- b) não ortodoxo: quando a autoridade desembarca ou embarca no veículo pela lado esquerdo do mesmo.

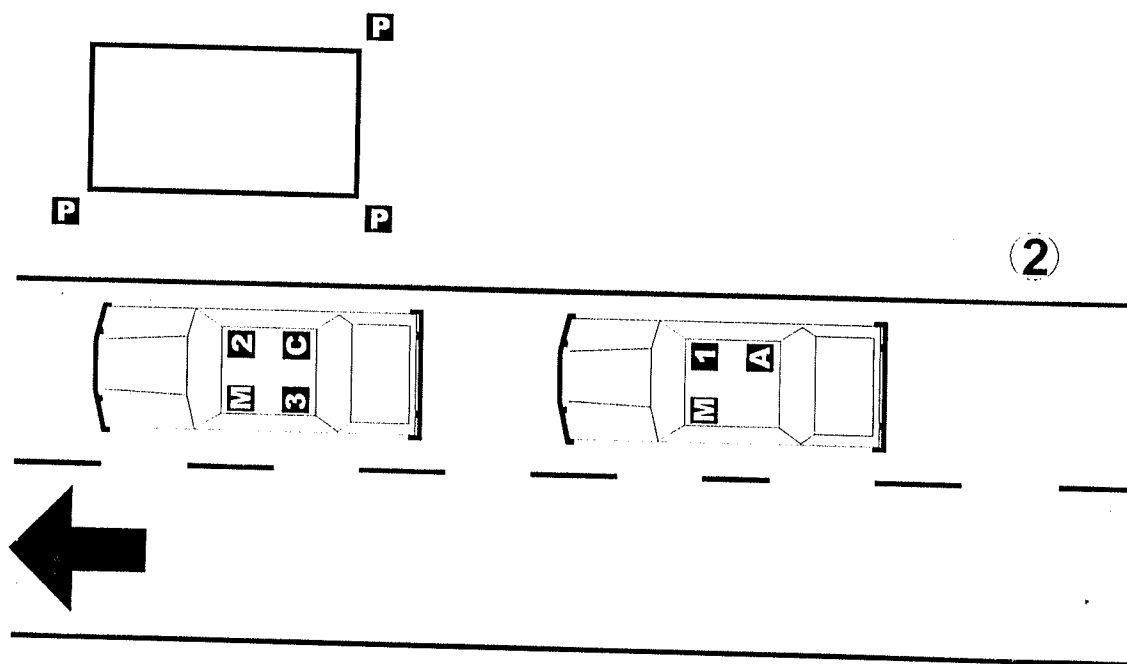
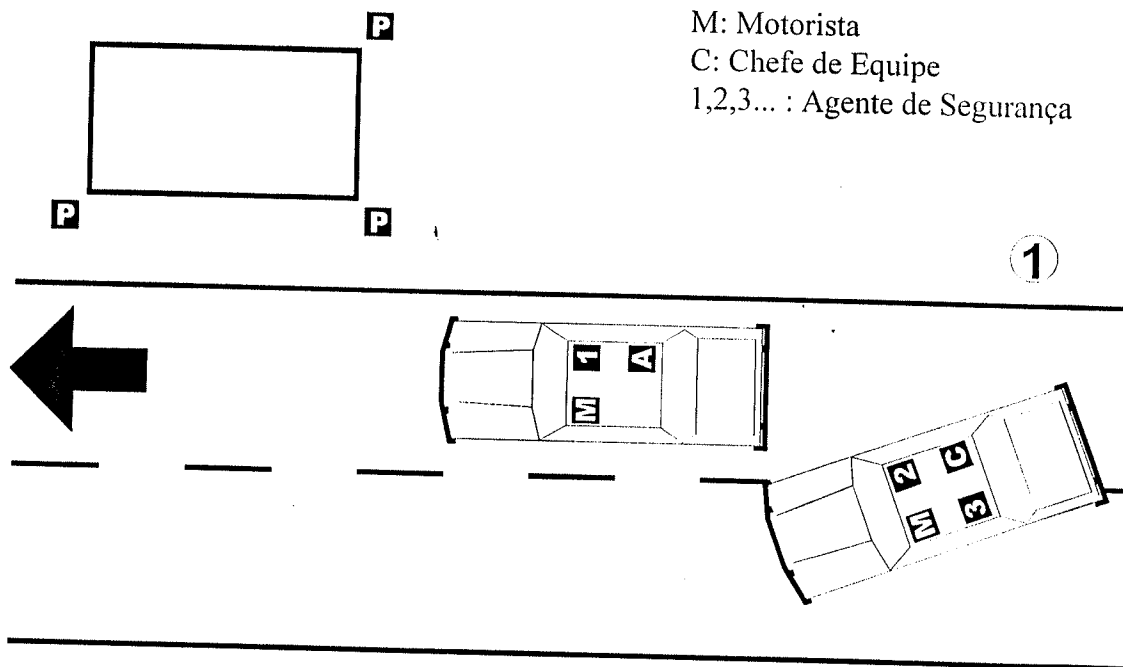
12.6 TIPOS DE ESCOLTA MOTORIZADA

A escolta poderá ser realizada com dois ou três veículos, não se computando nesse número os demais veículos, como por exemplo os utilizados pelas equipes de vistoria, precursora, apoio médico, reserva, etc.

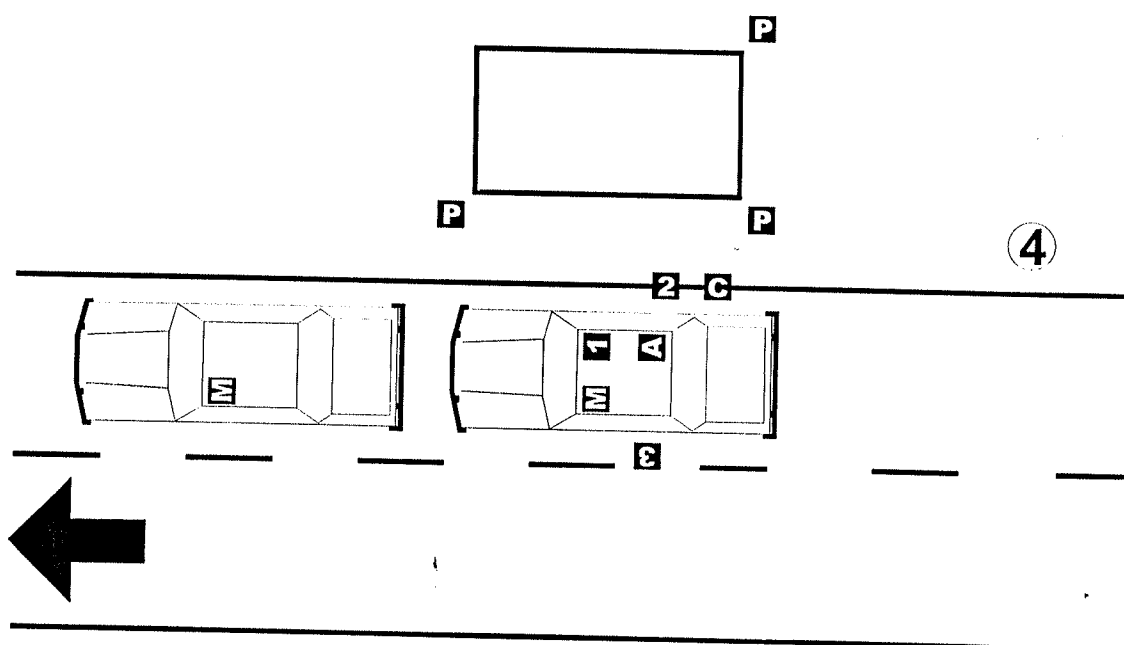
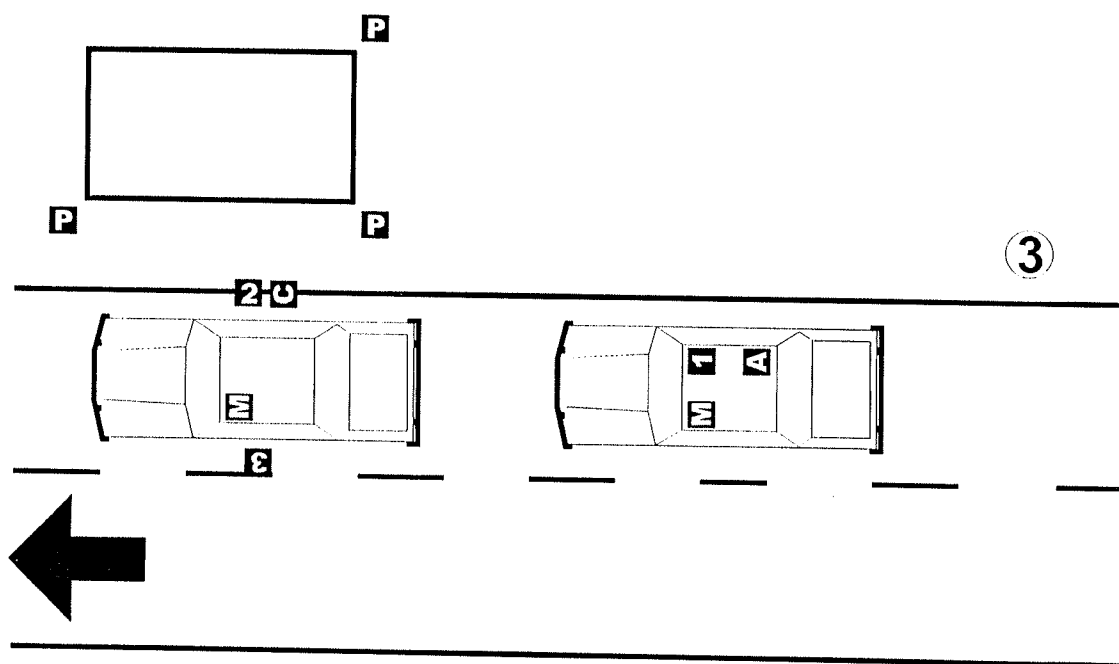
a) Escolta com 2 (dois) veículos
 (1) Desembarque na ortodoxa

Legenda:

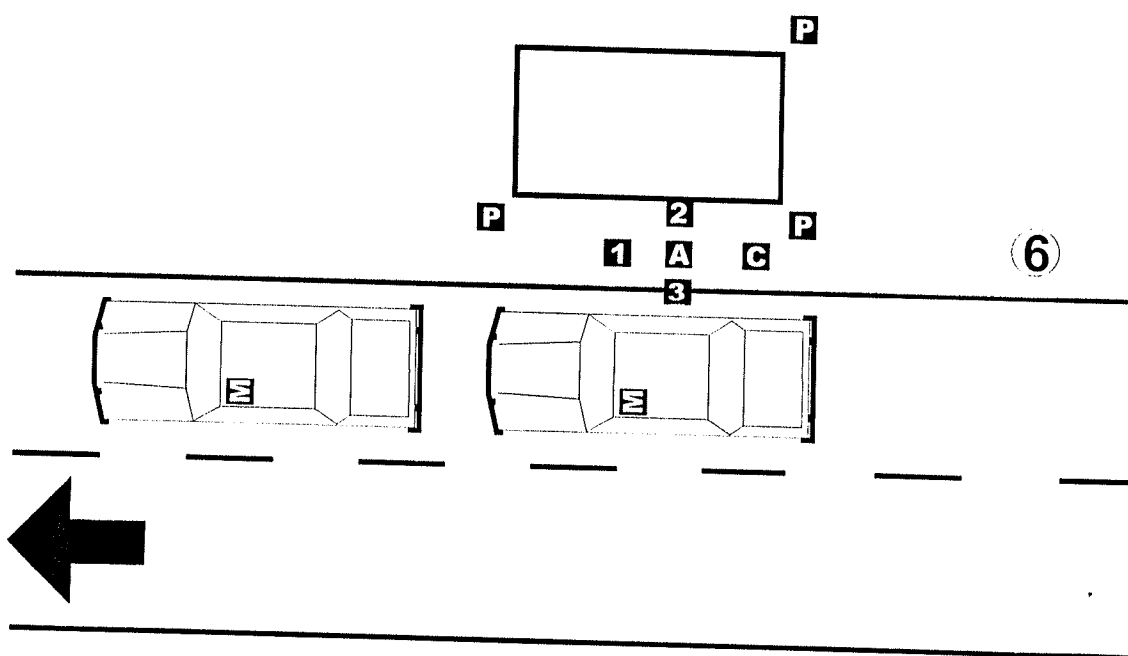
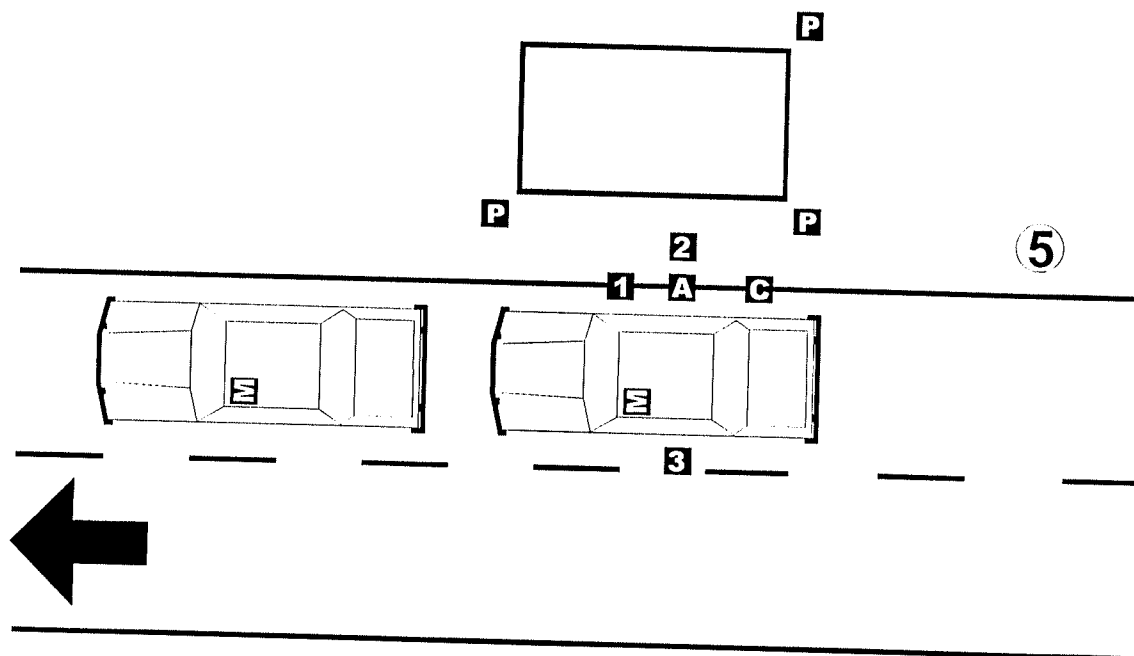
- P: Precursor
- A: Autoridade
- M: Motorista
- C: Chefe de Equipe
- 1,2,3... : Agente de Segurança



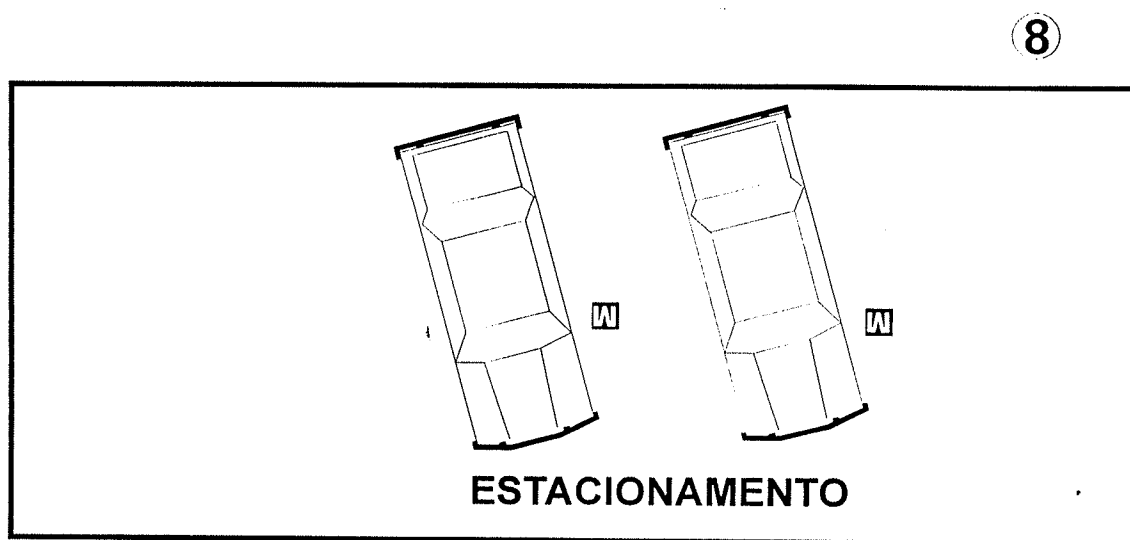
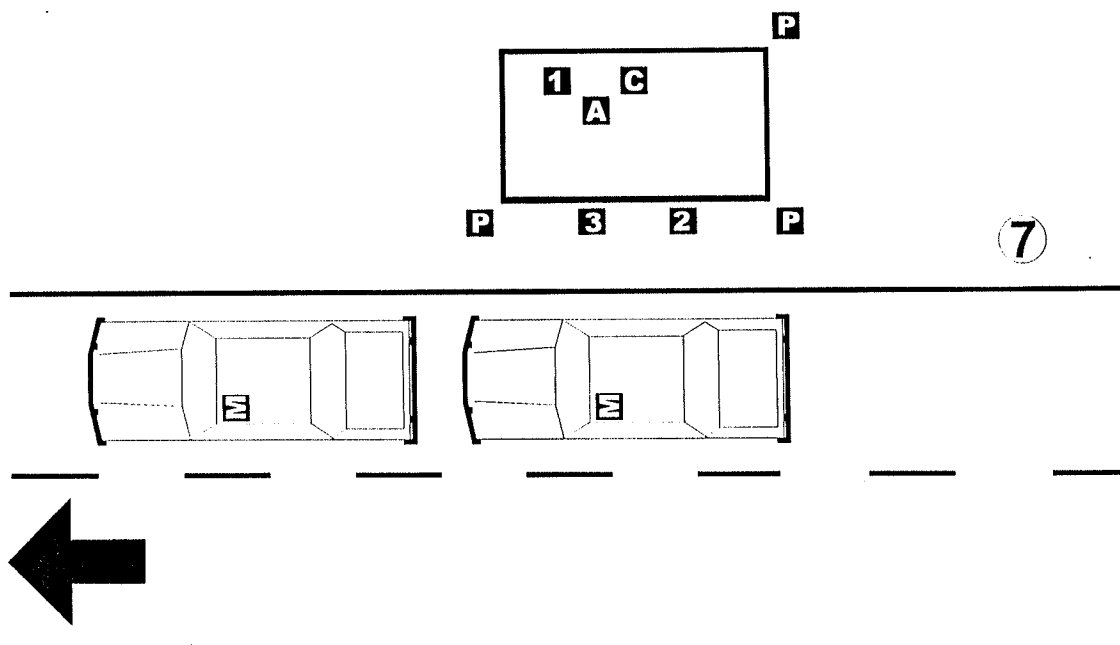
Embarque na ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação



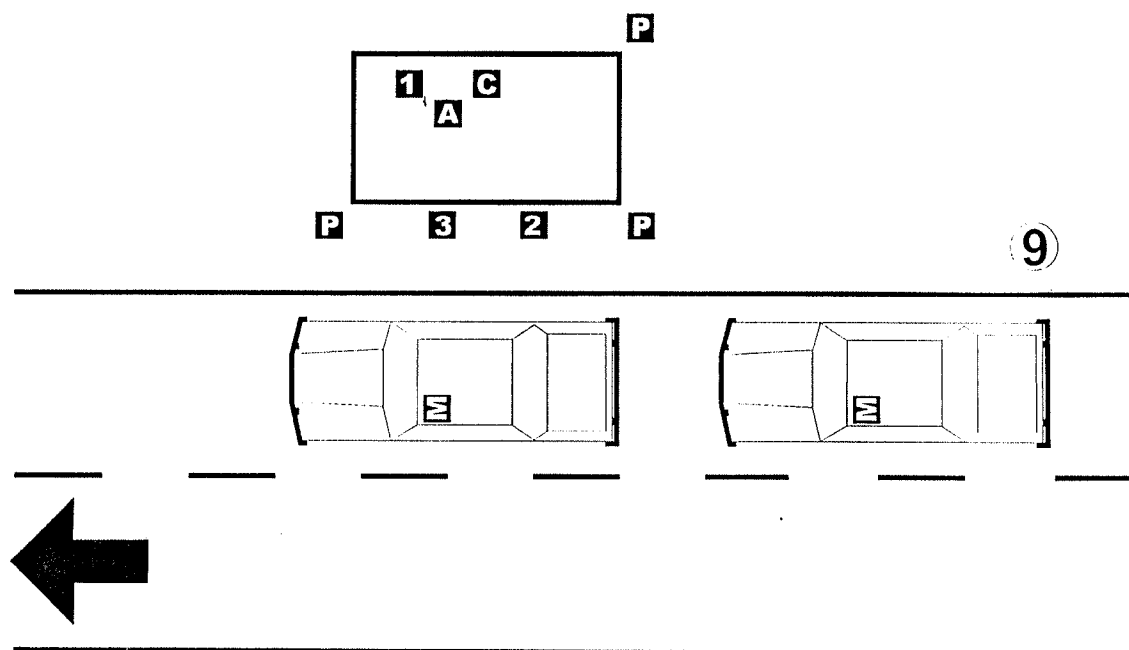
Embarque na ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação



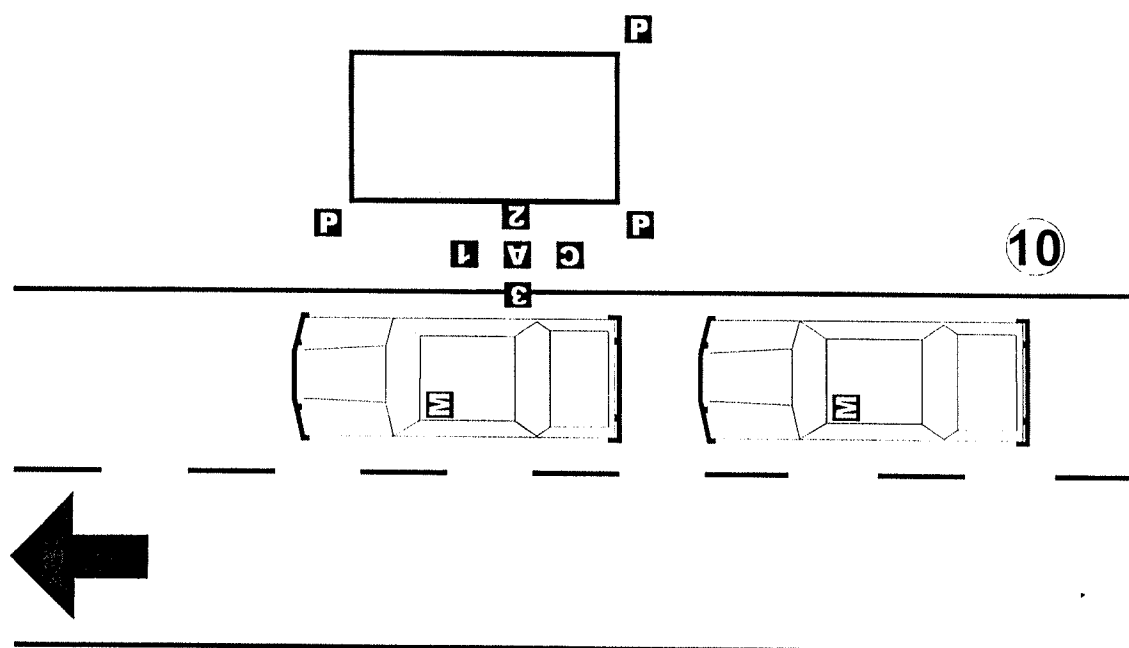
Embarque na ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação



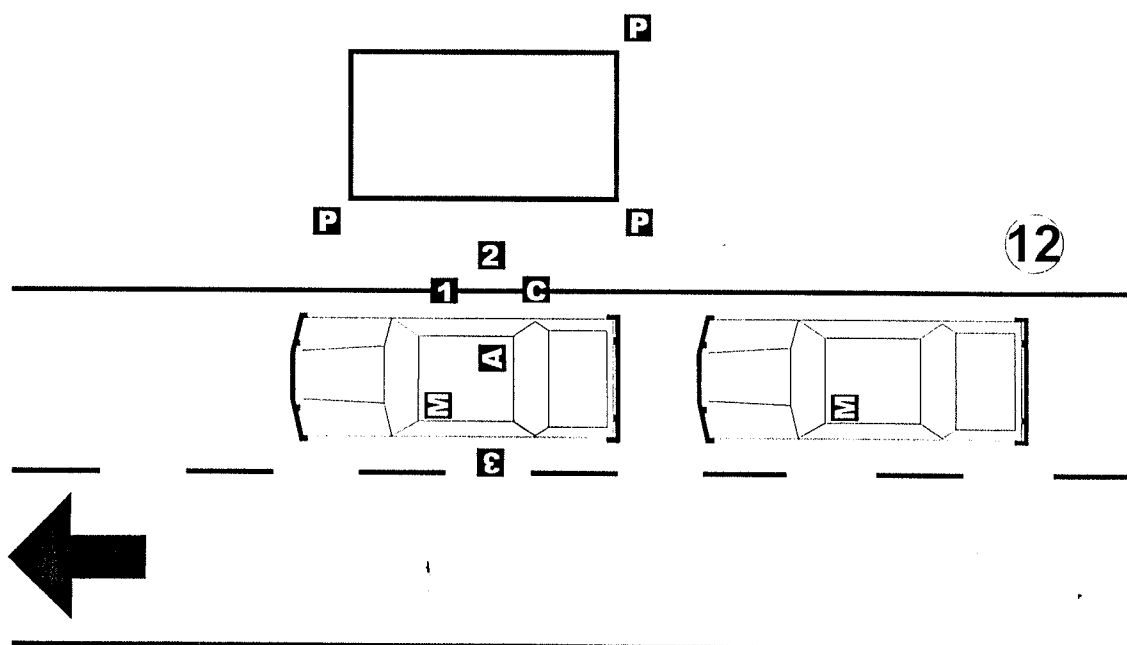
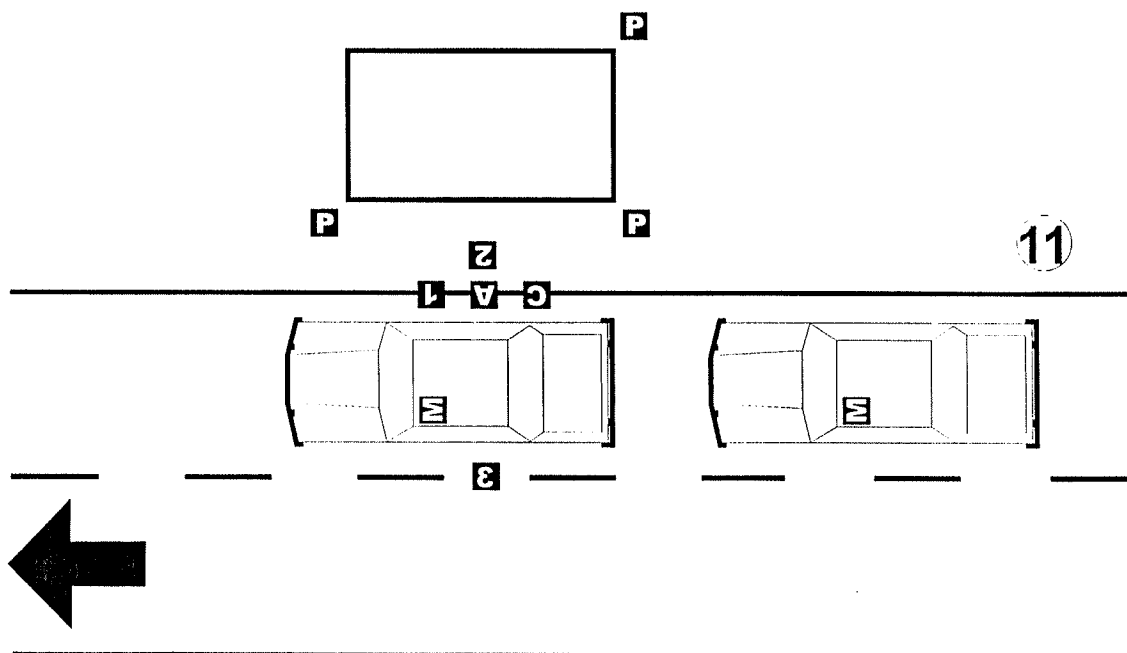
(2) Embarque na ortodoxa



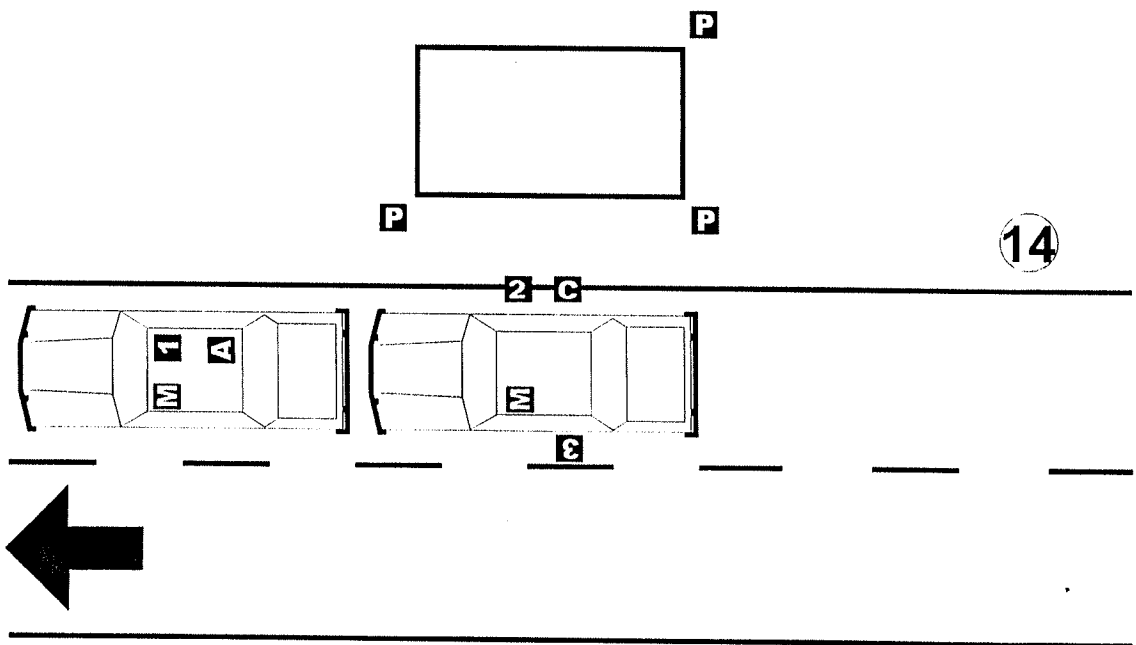
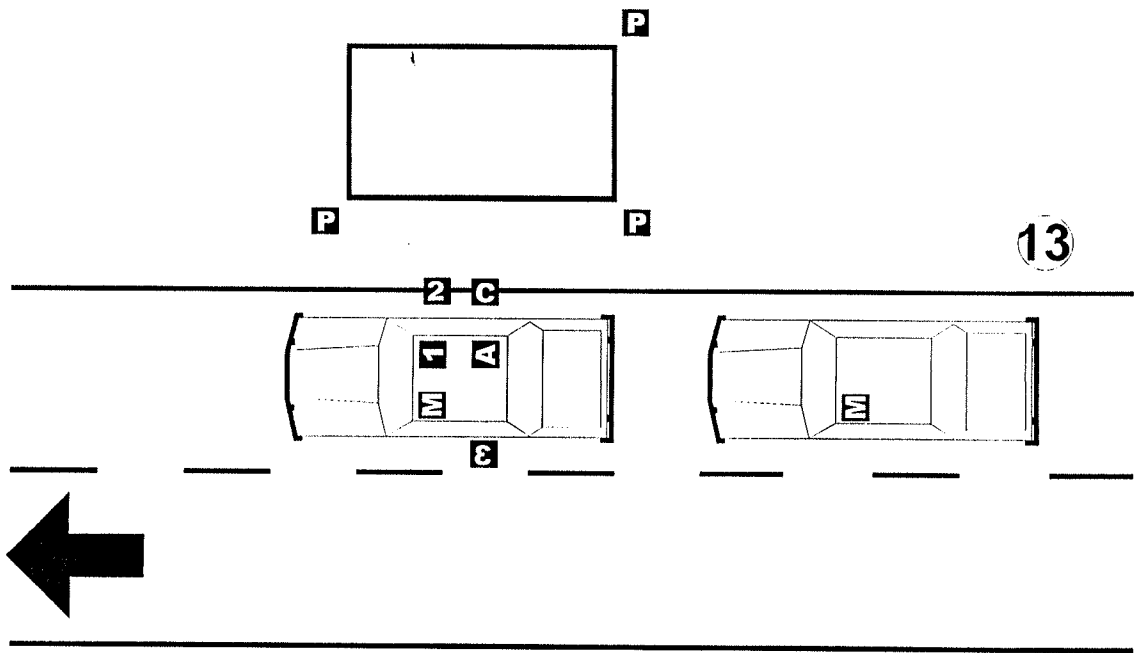
9



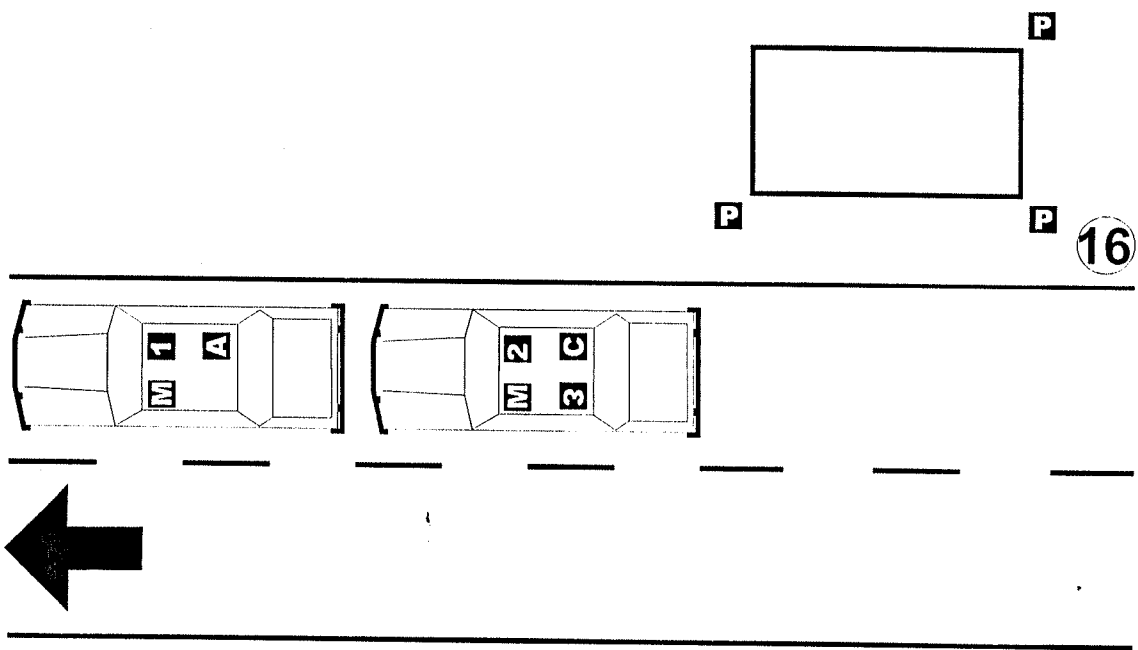
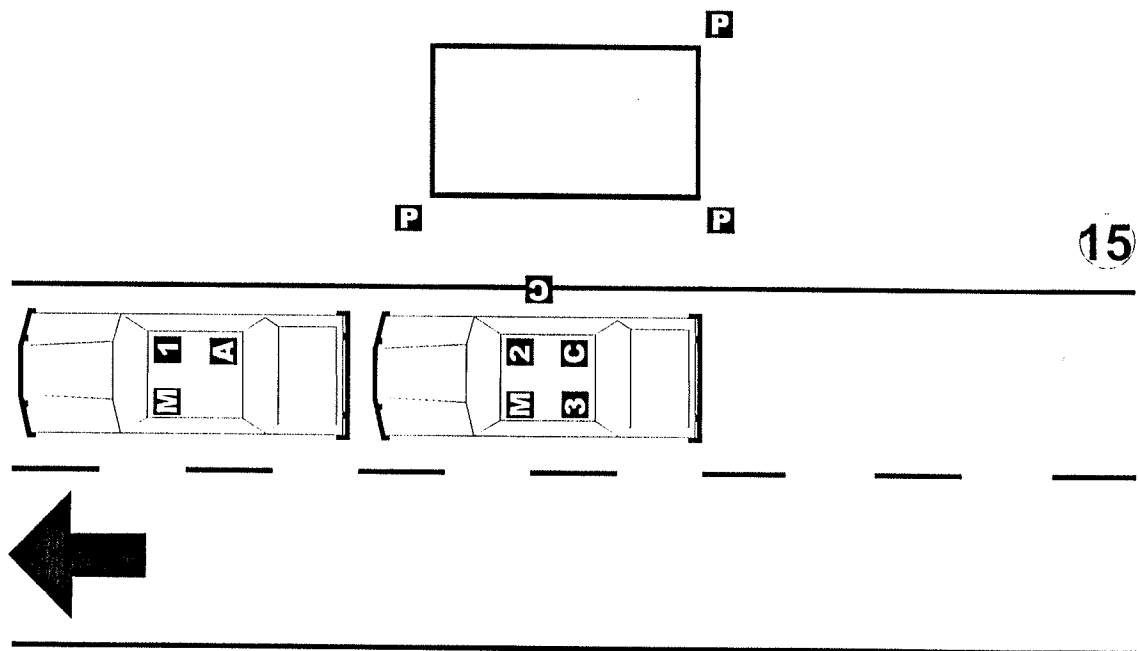
10

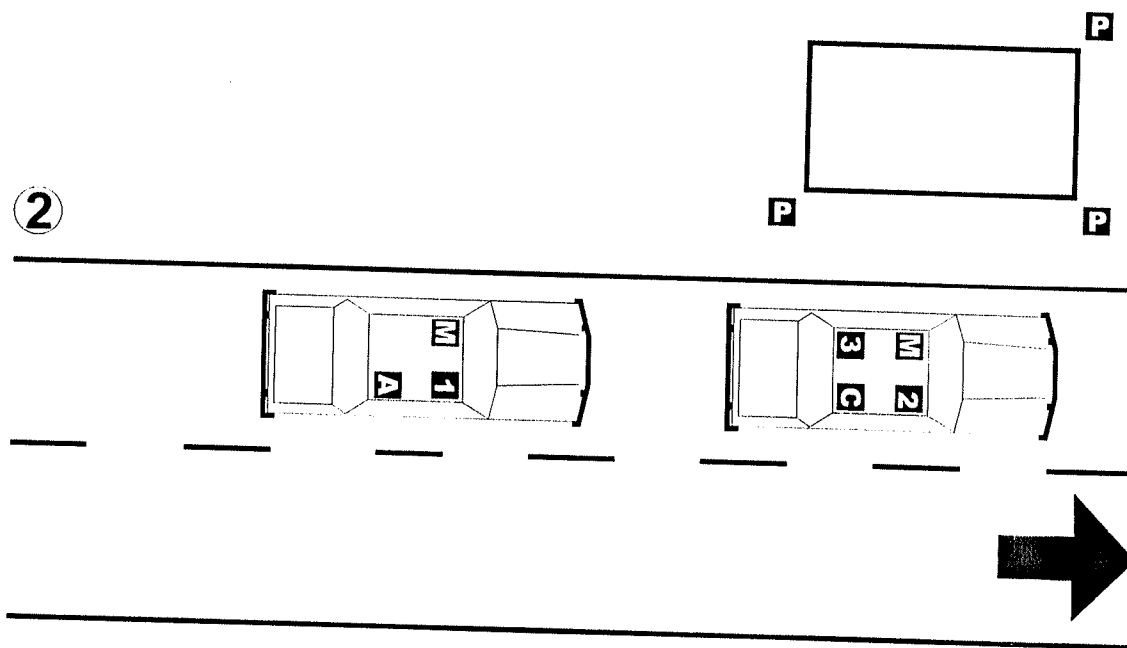
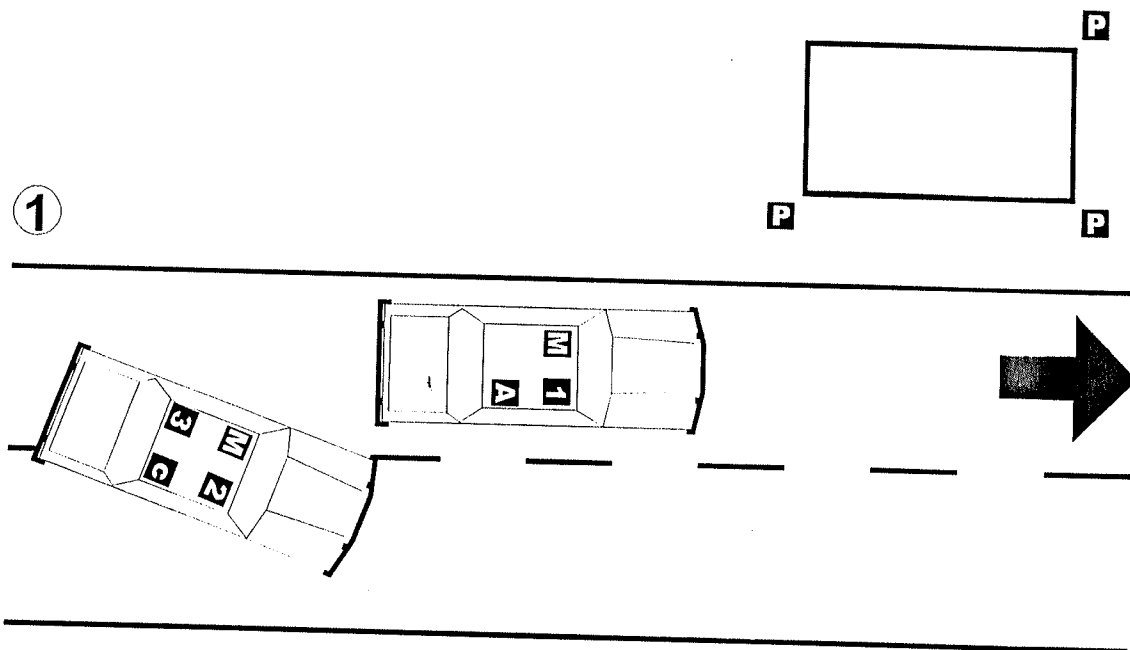
Embarque na ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação

Embarque na ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação

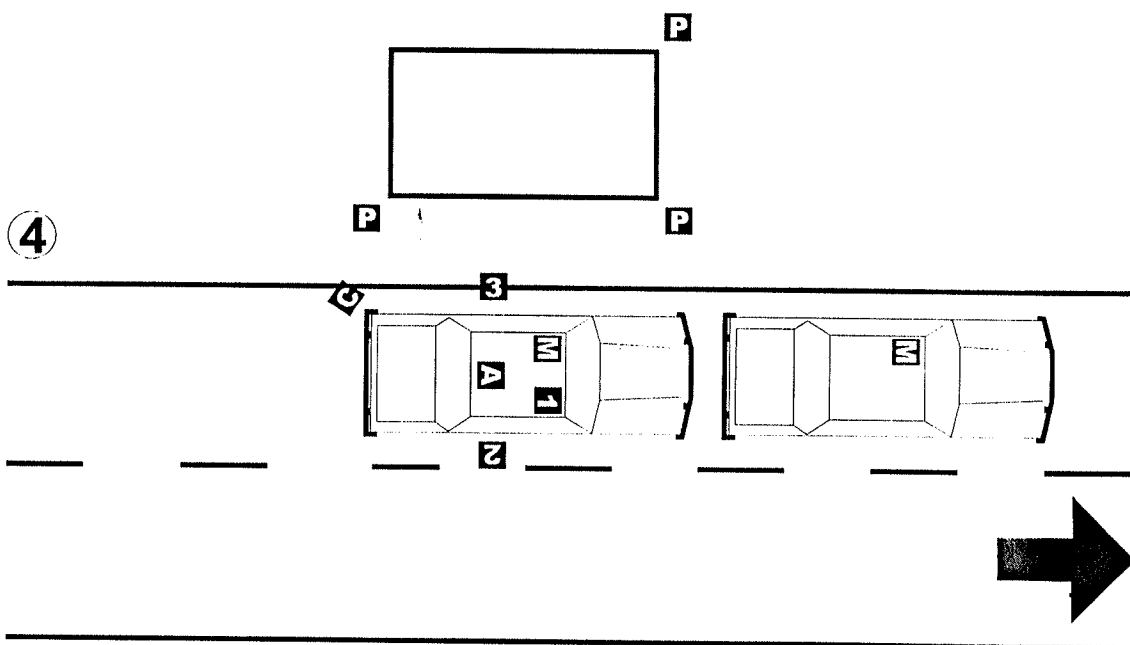
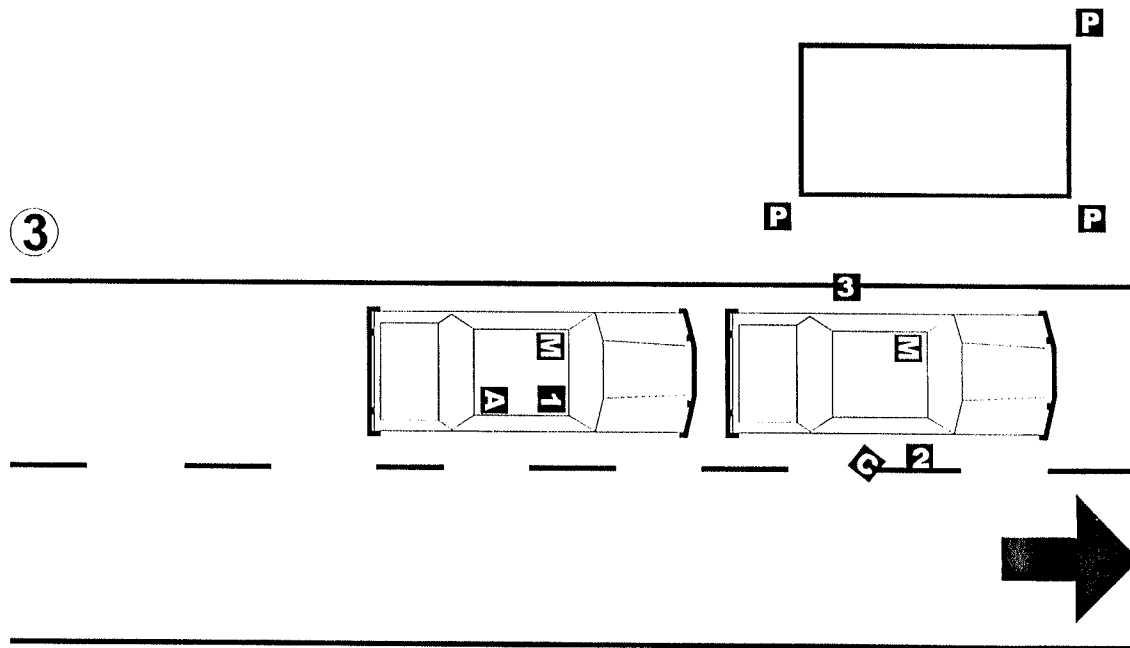


Embarque na ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação

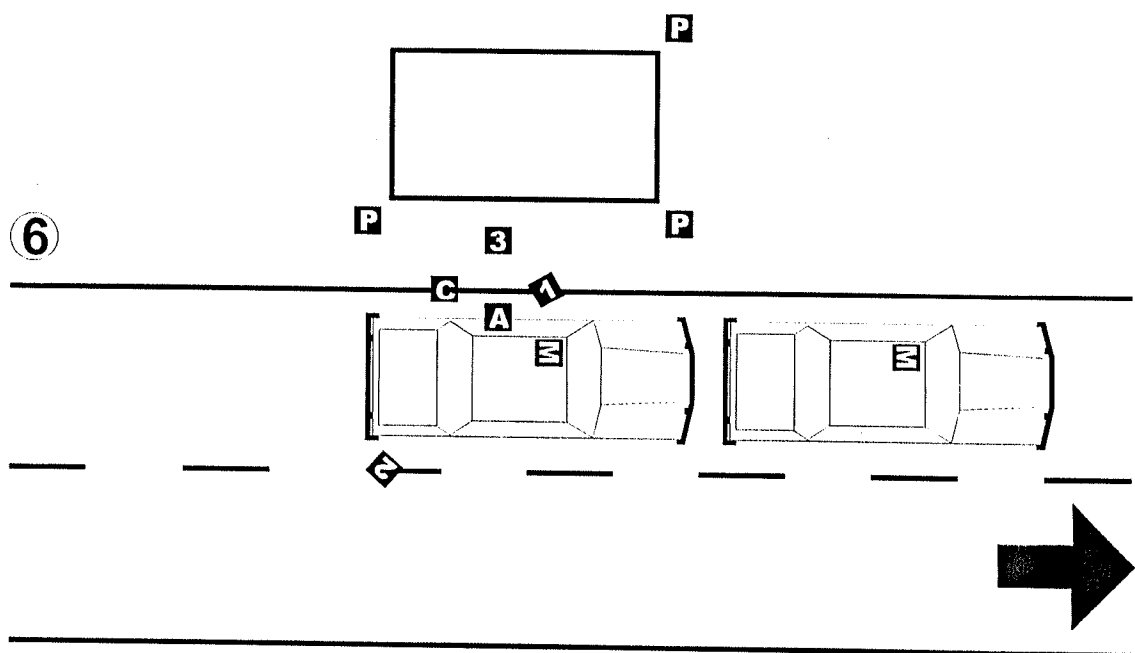
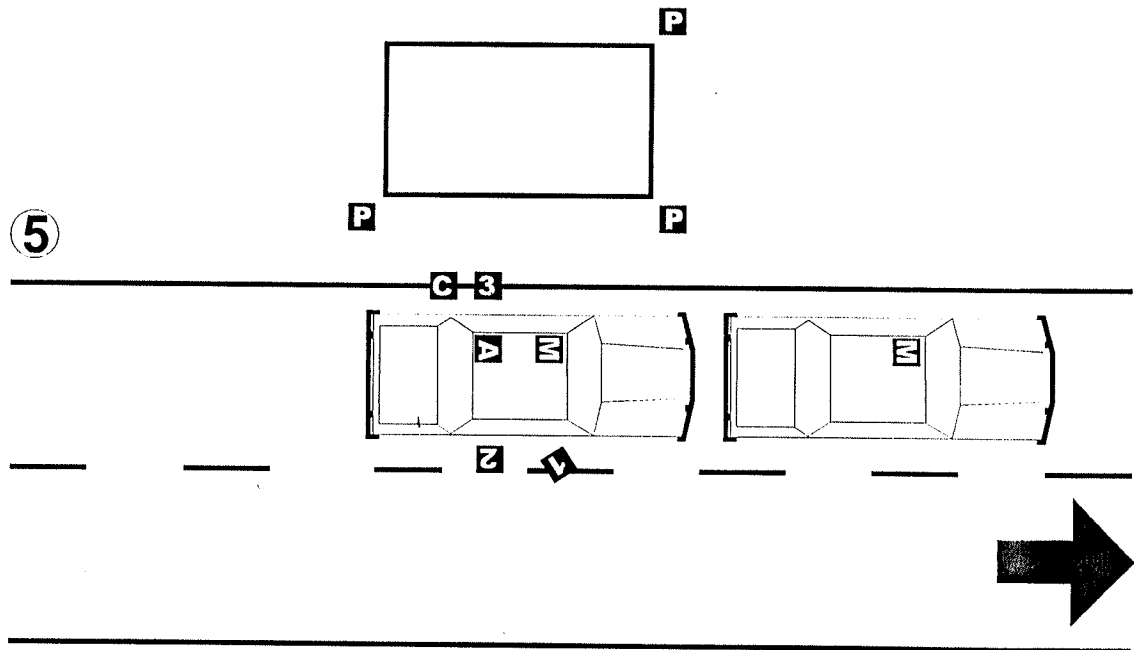


(3) Desembarque na não ortodoxa

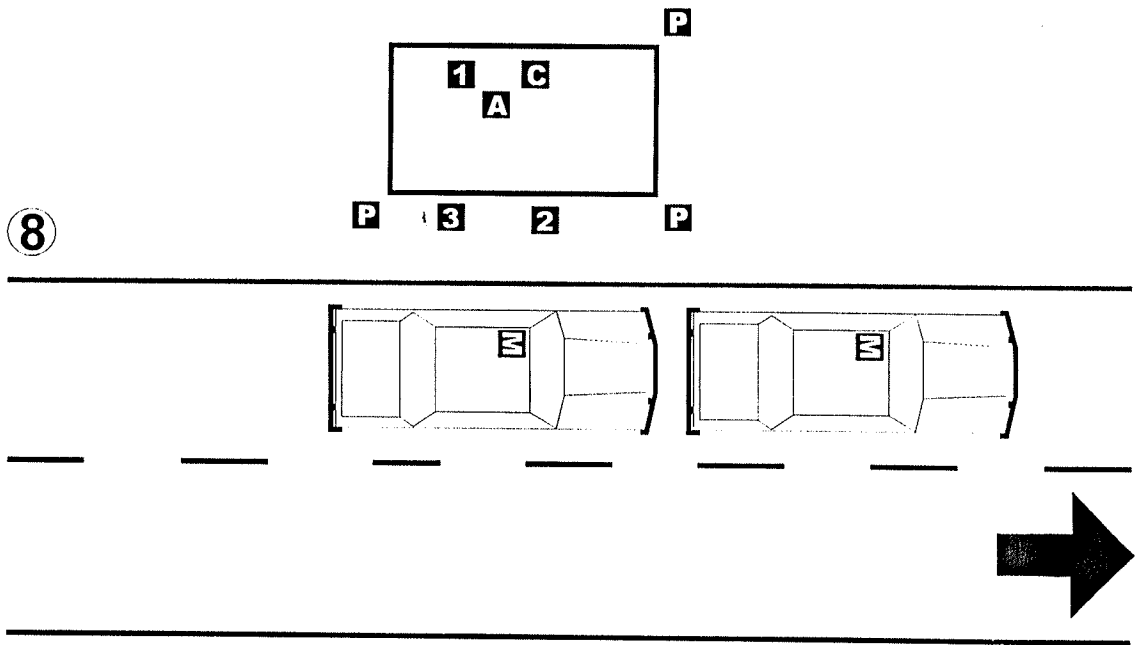
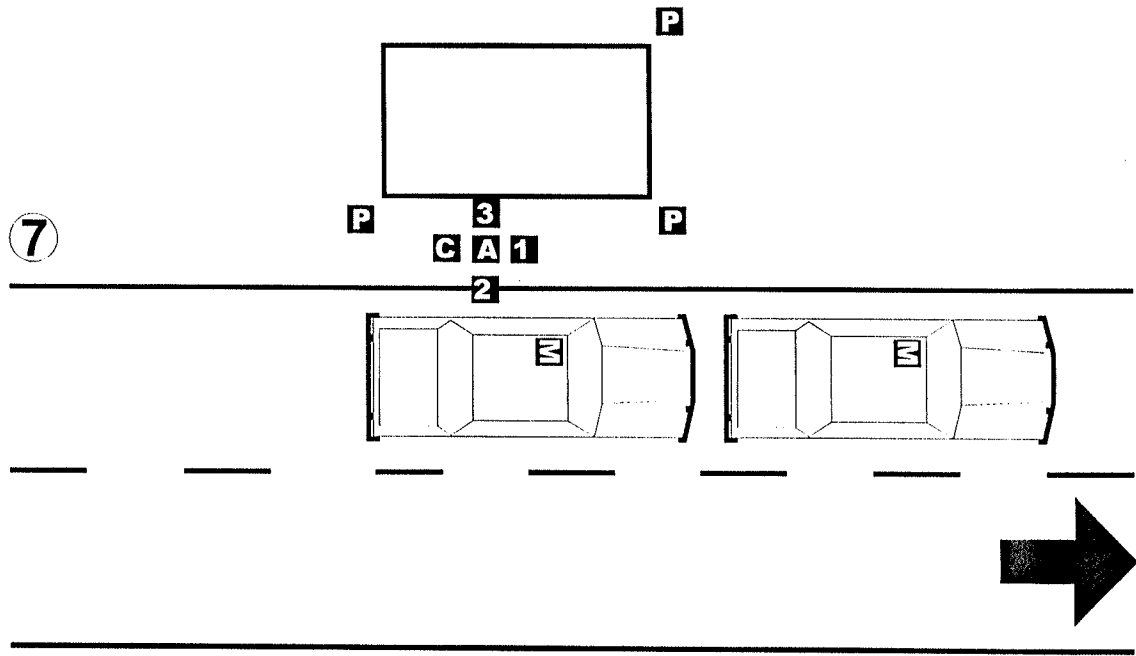
Embarque na não ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação



Embarque na não ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação

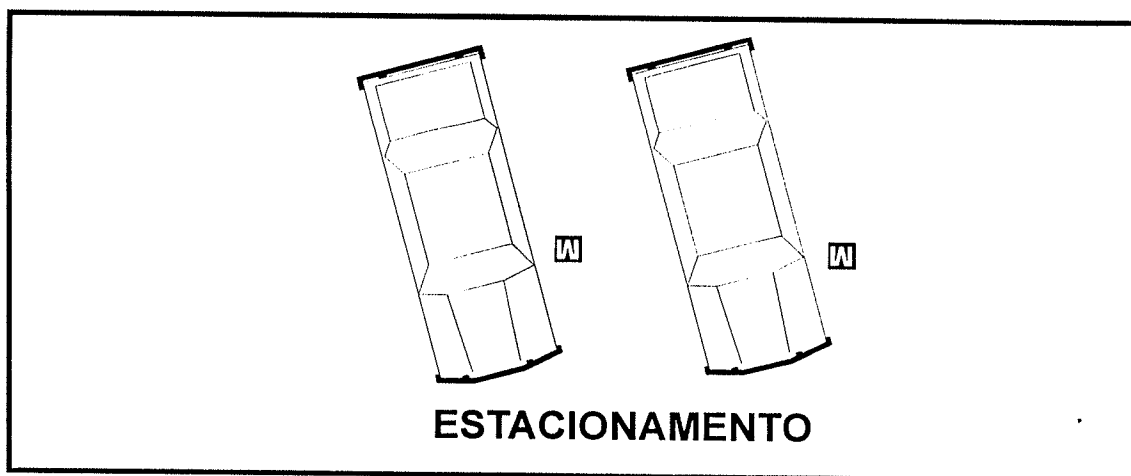


Embarque na não ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação

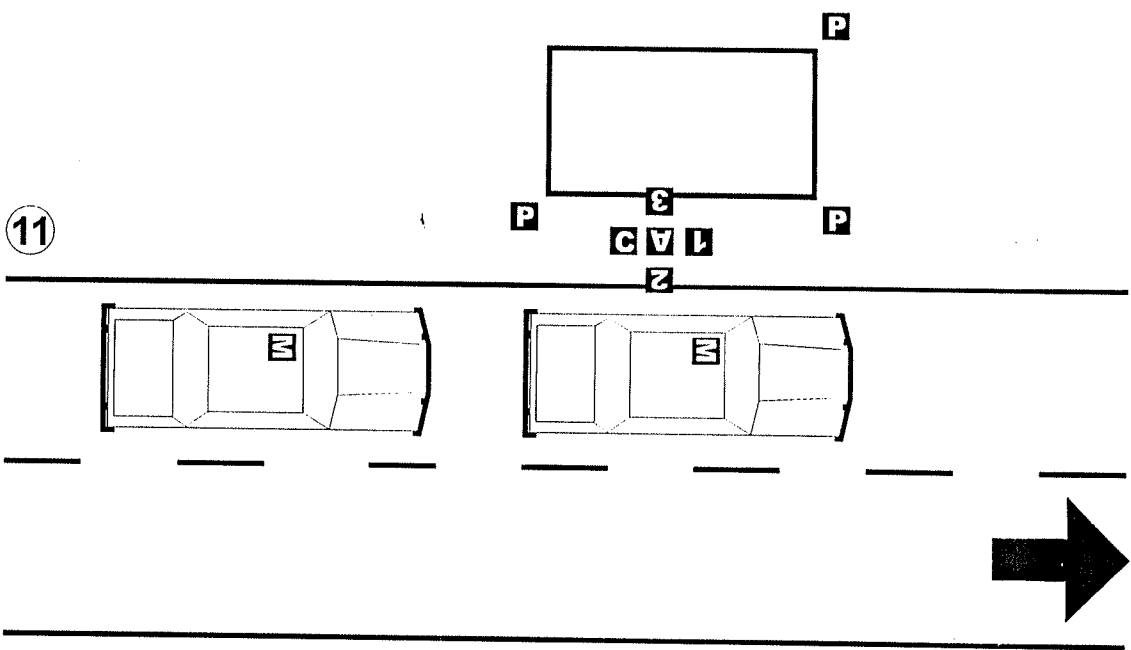
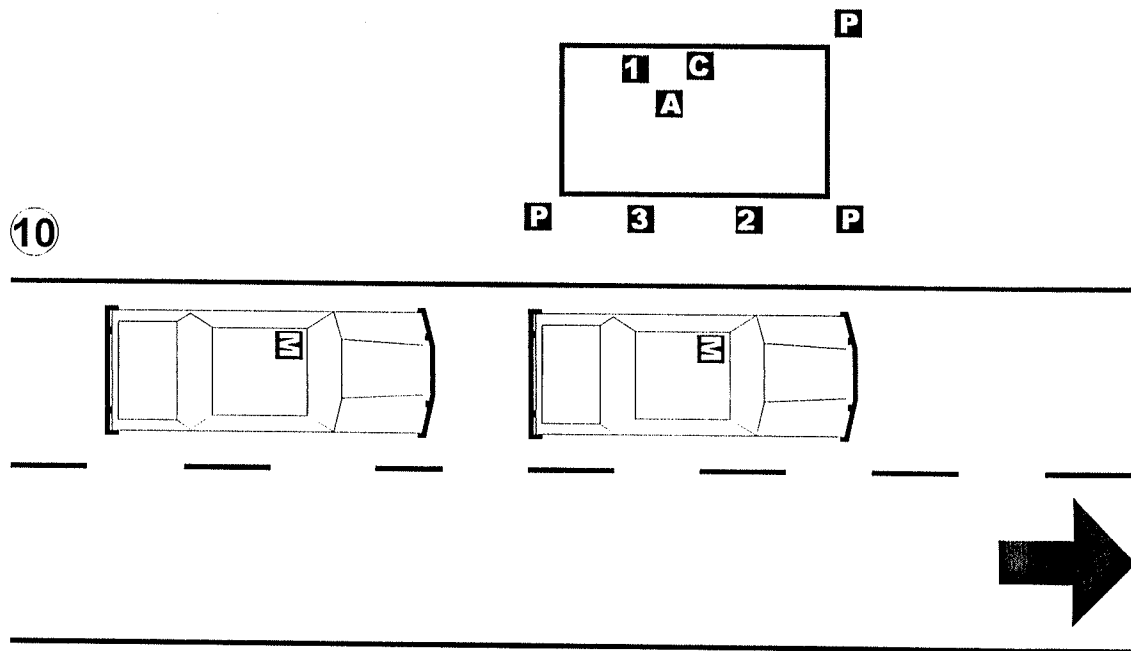


Embarque na não ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação

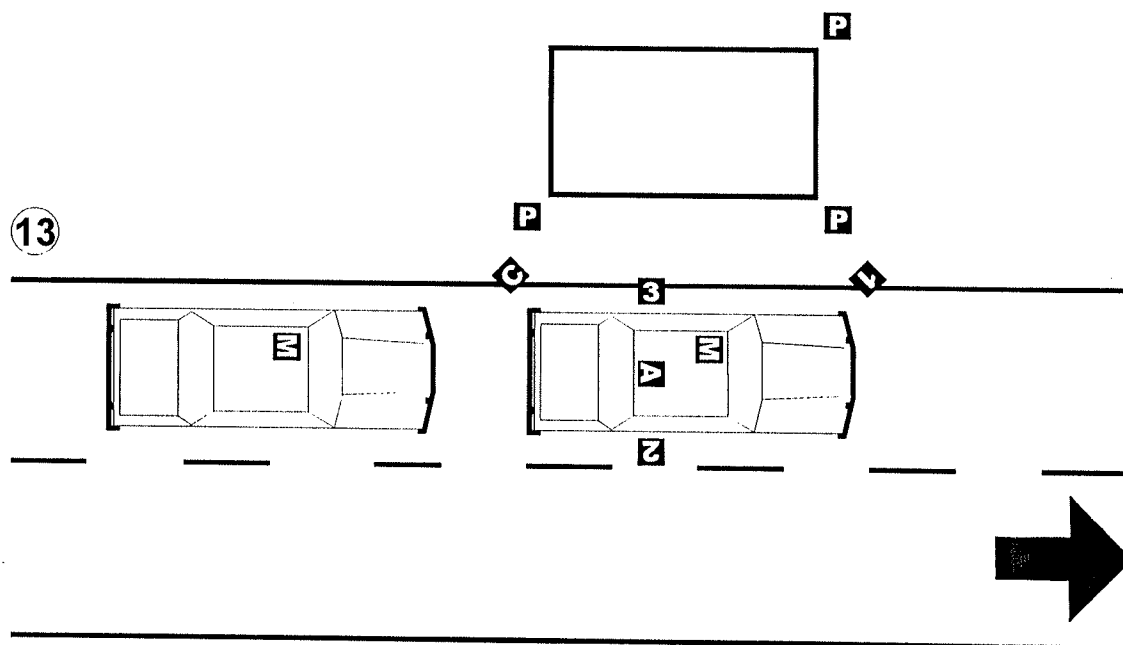
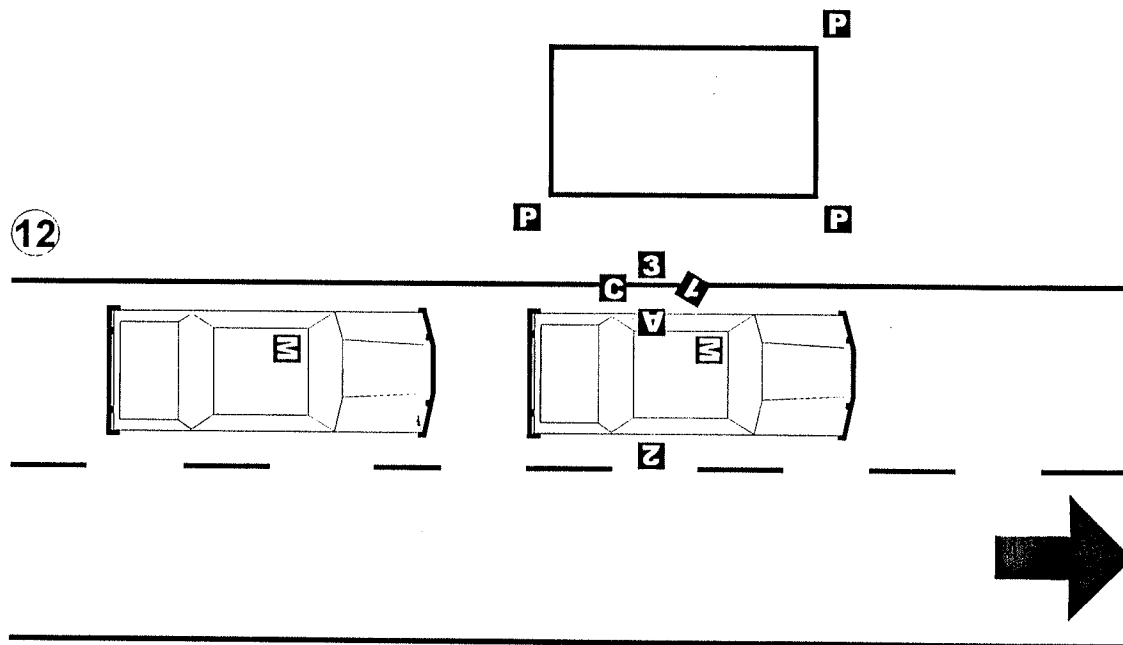
9

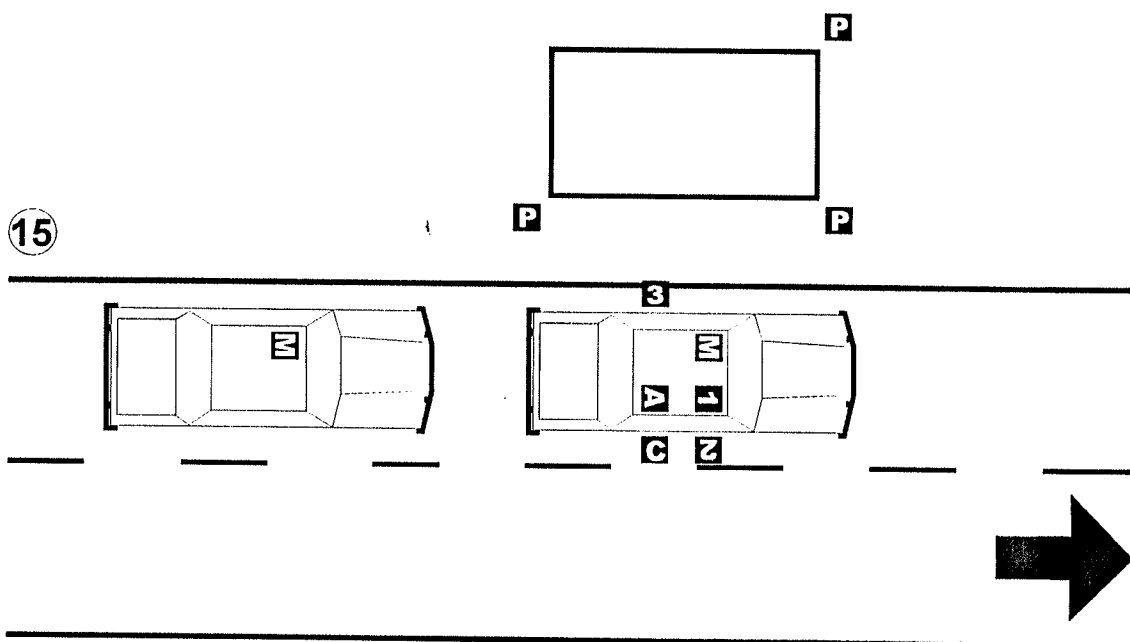
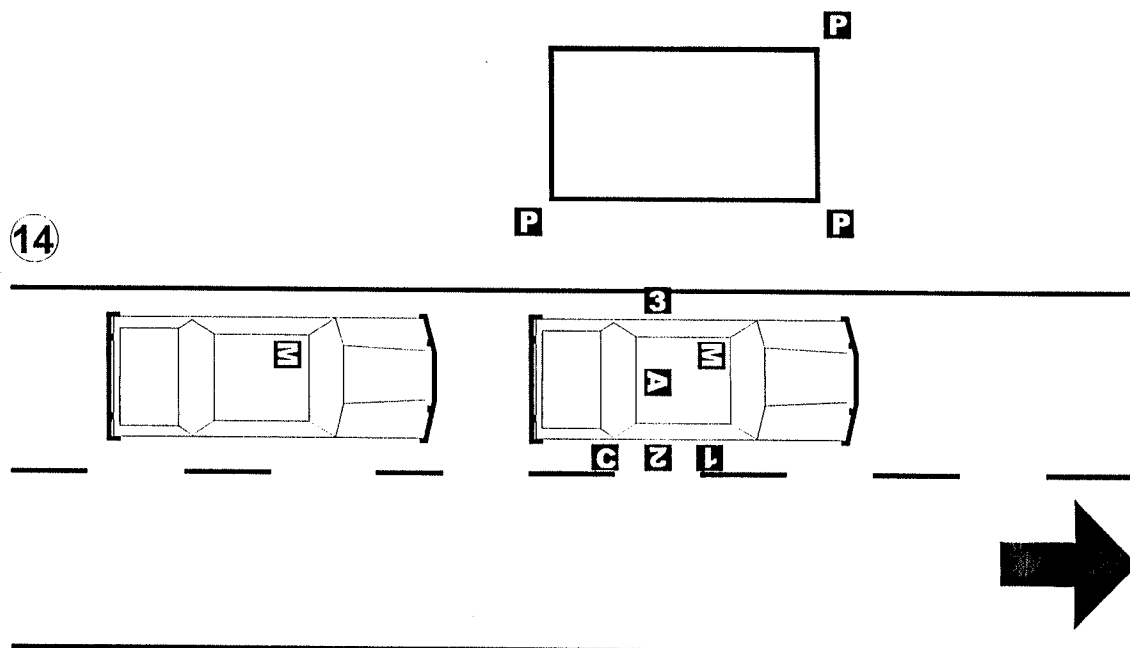


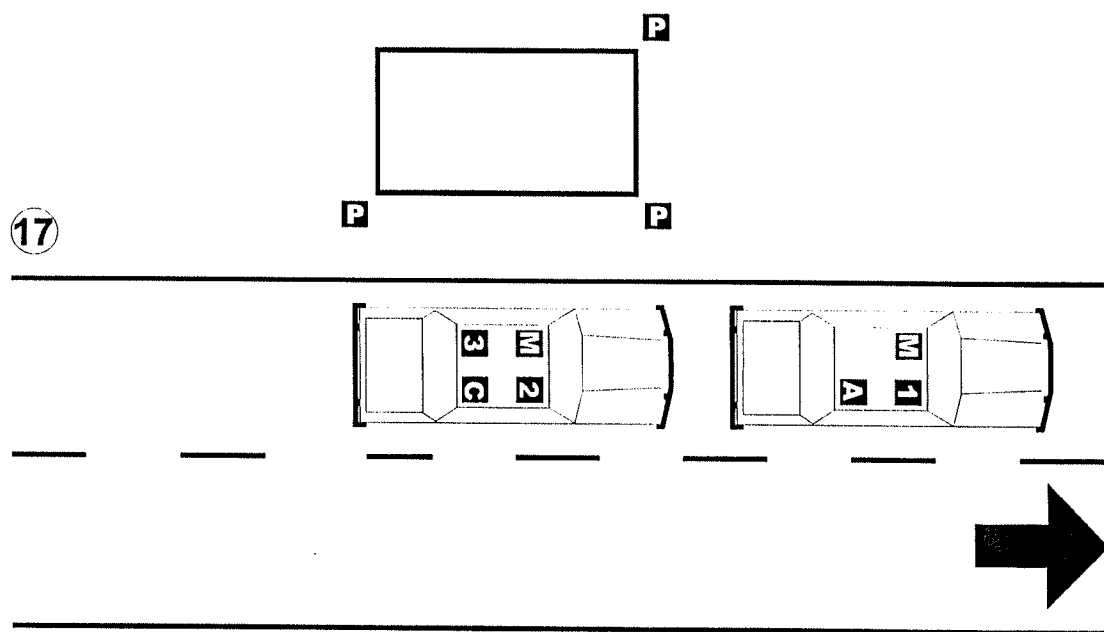
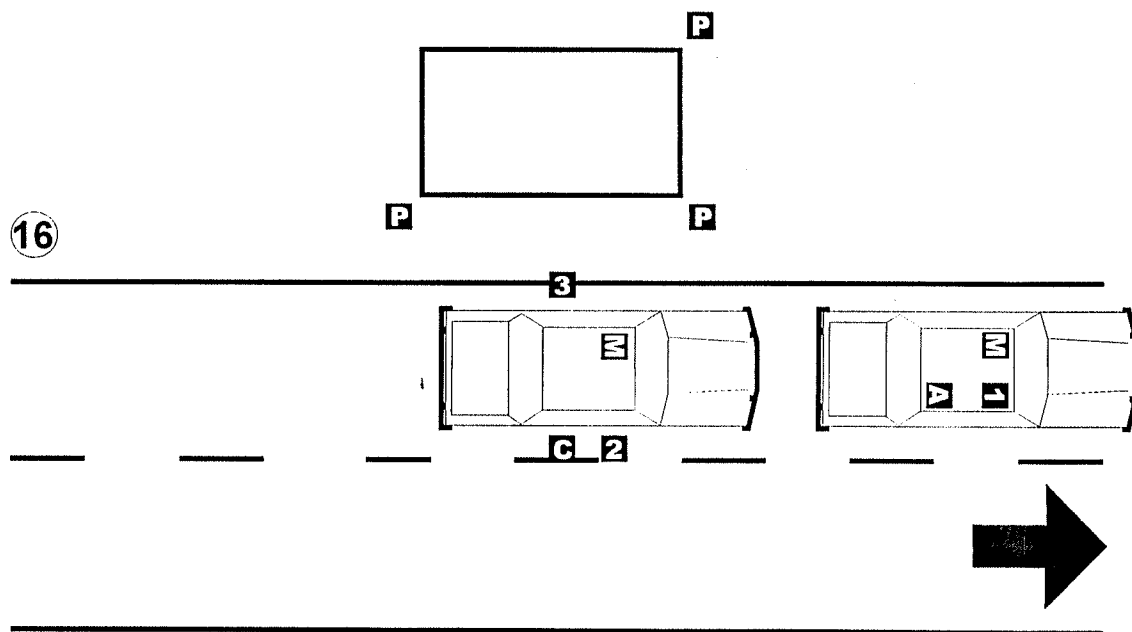
(4) Embarque na não ortodoxa



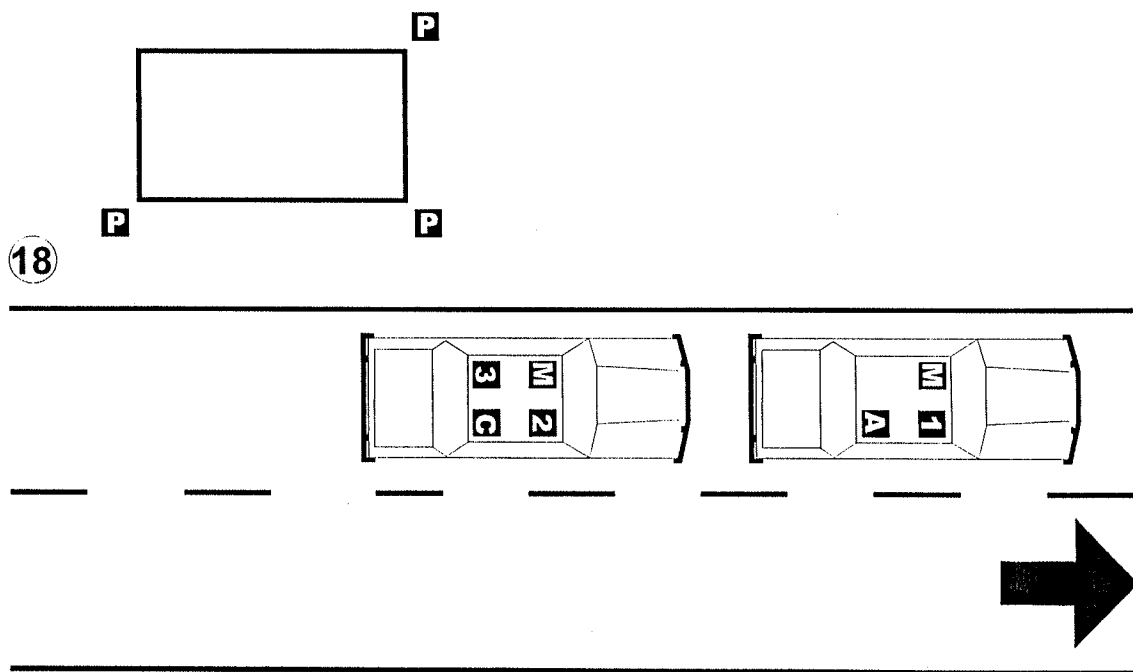
Embarque na não ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação



Embarque na não ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação

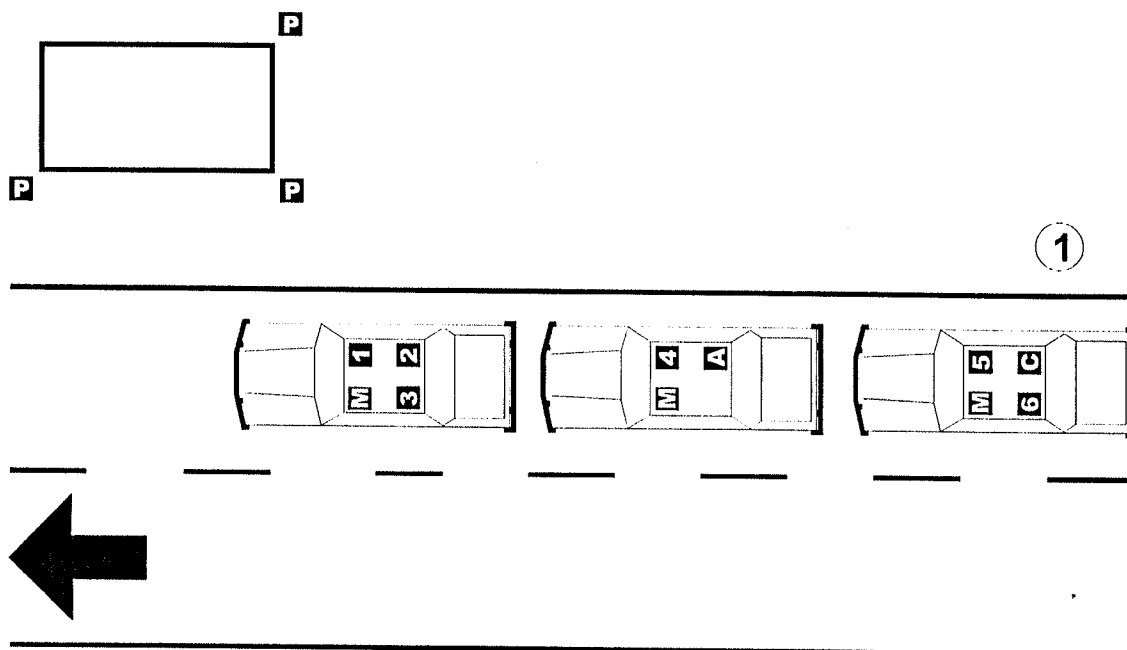
Embarque na não ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação

Embarque na não ortodoxa com 2 (dois) veículos - Continuação

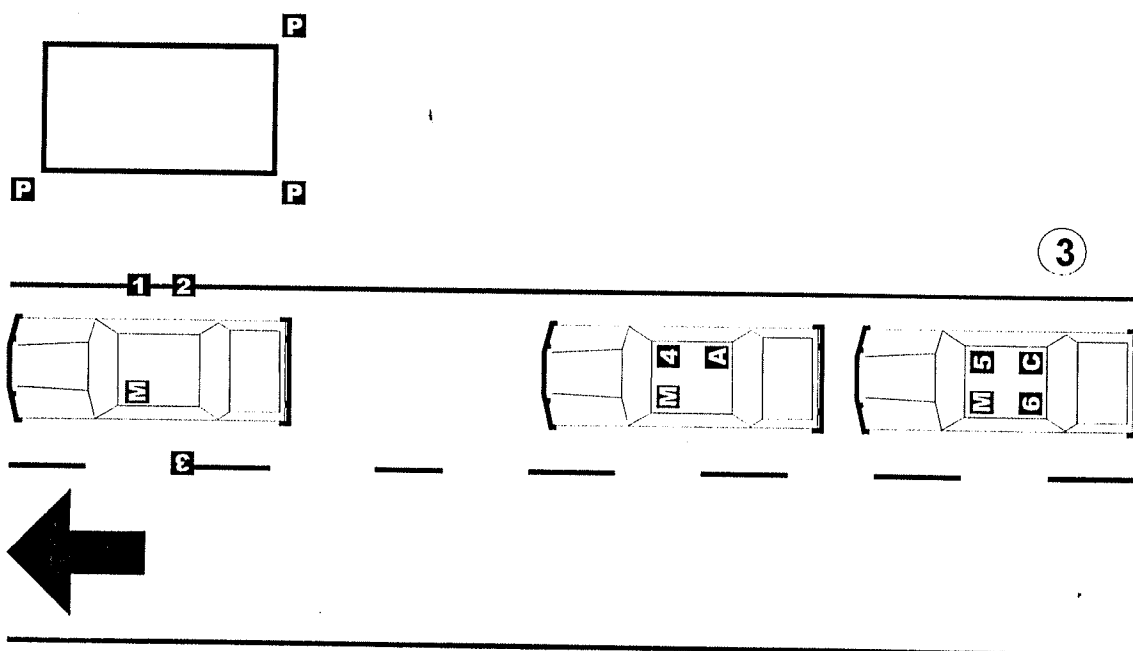
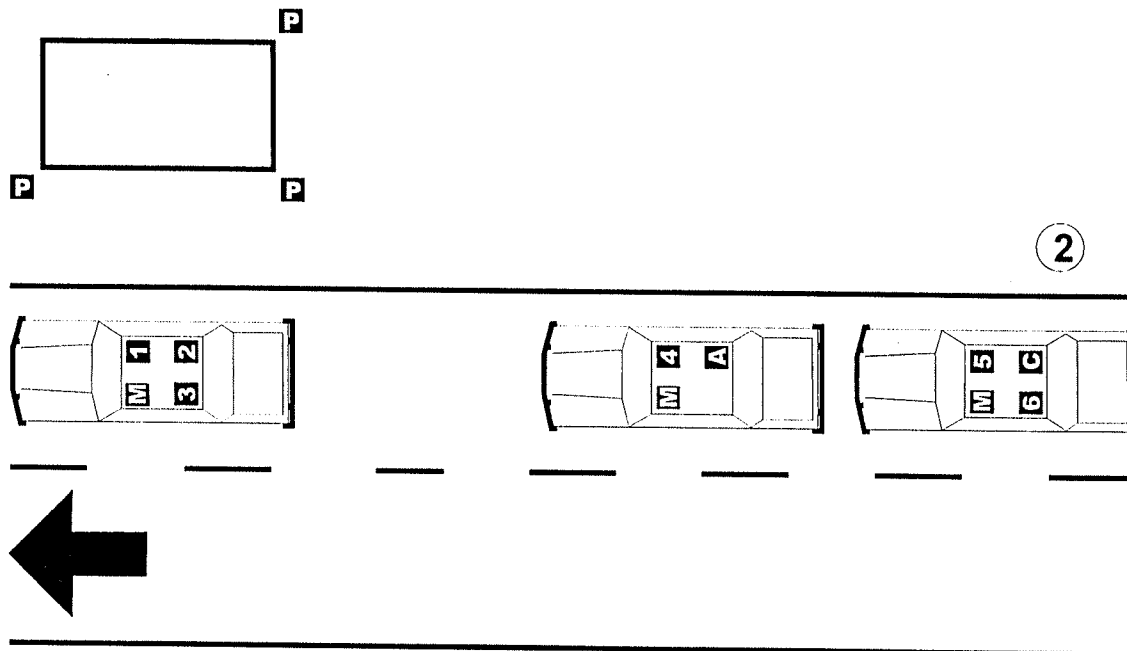


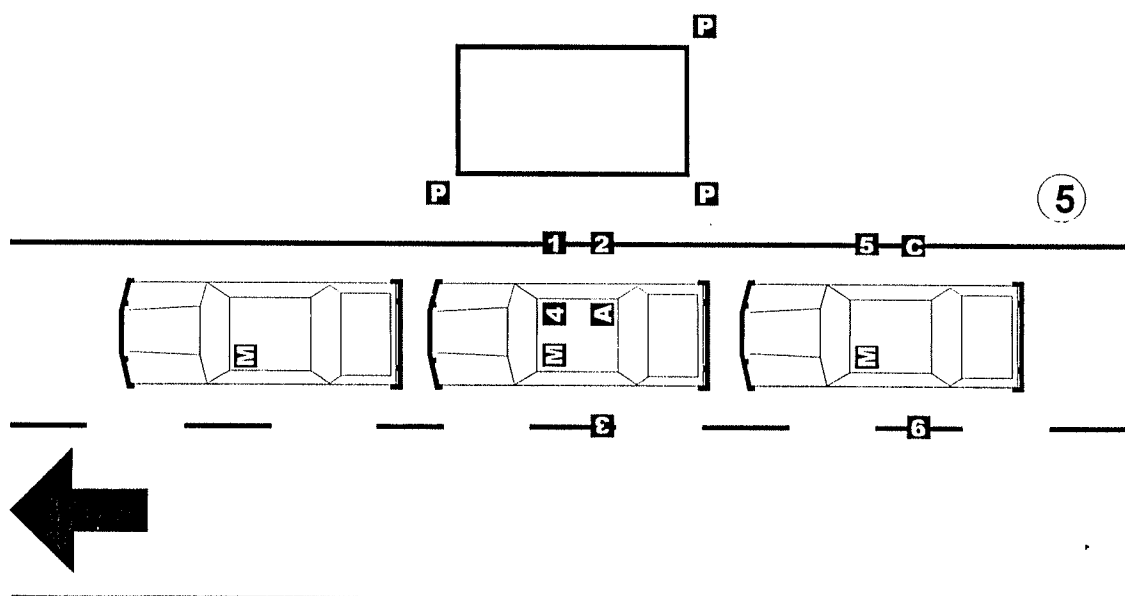
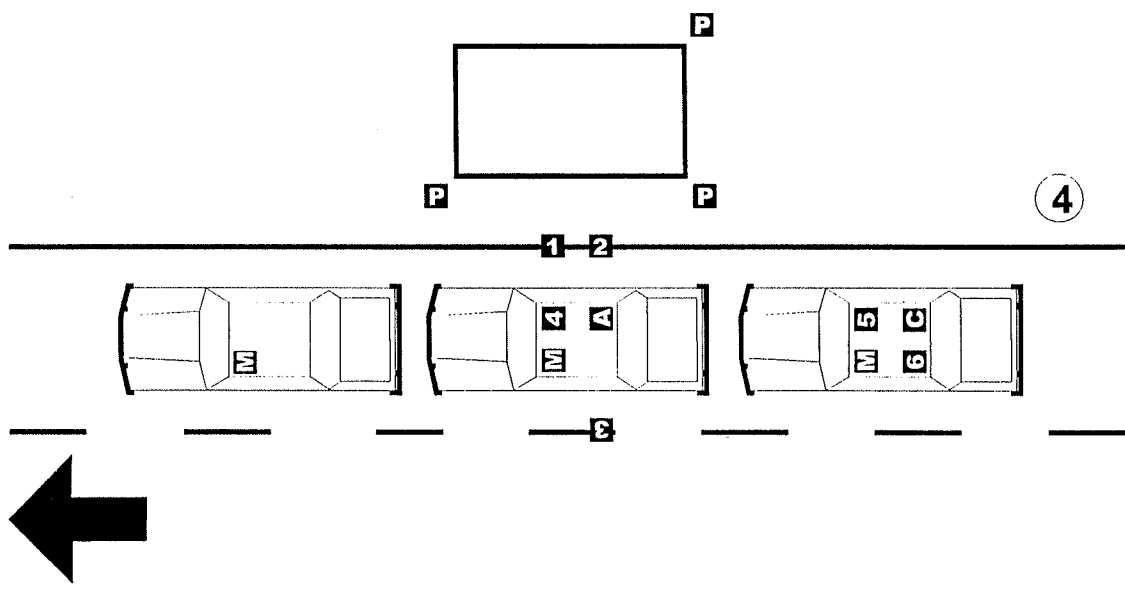
b) Escolta motorizada a 3 (três) veículos

- PRA - 1º carro da segurança
- PR - carro da autoridade
- PRB - 2º da segurança

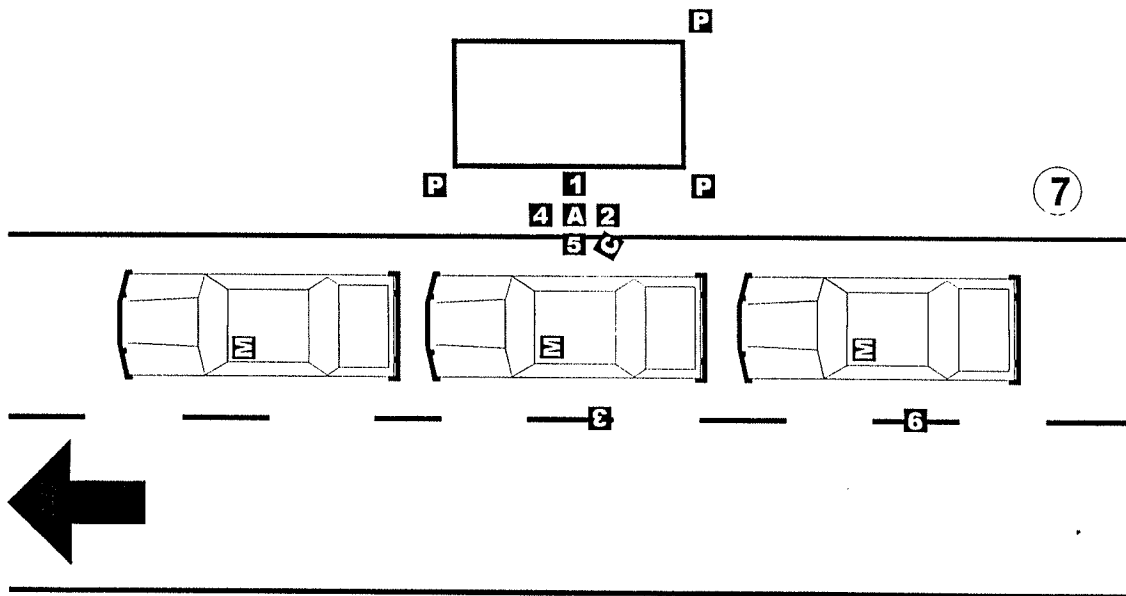
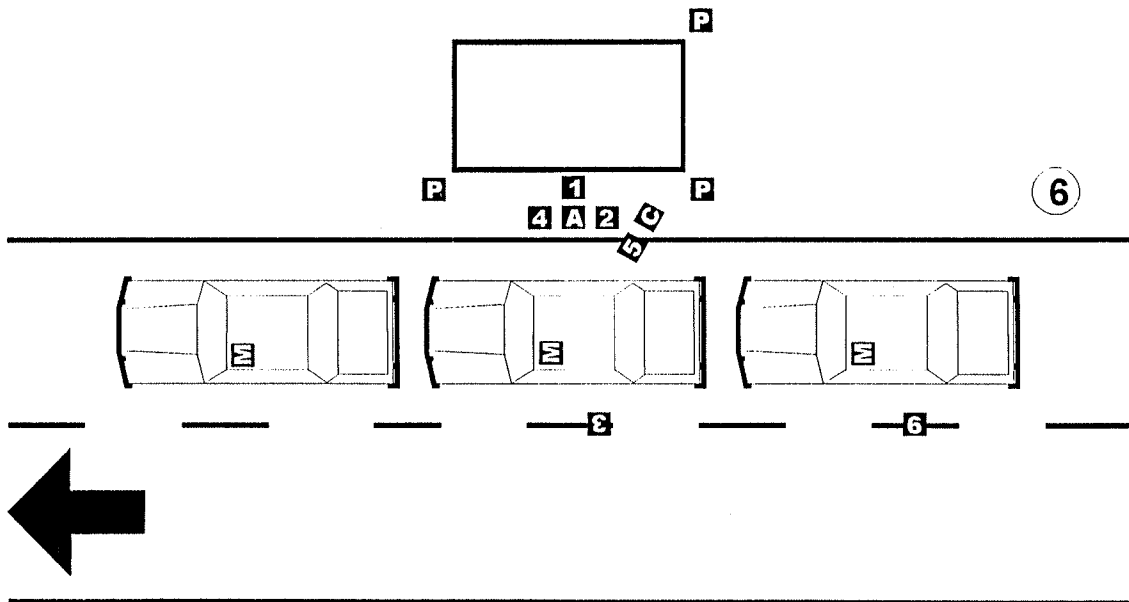
(1) Desembarque na ortodoxa

Embarque na ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação

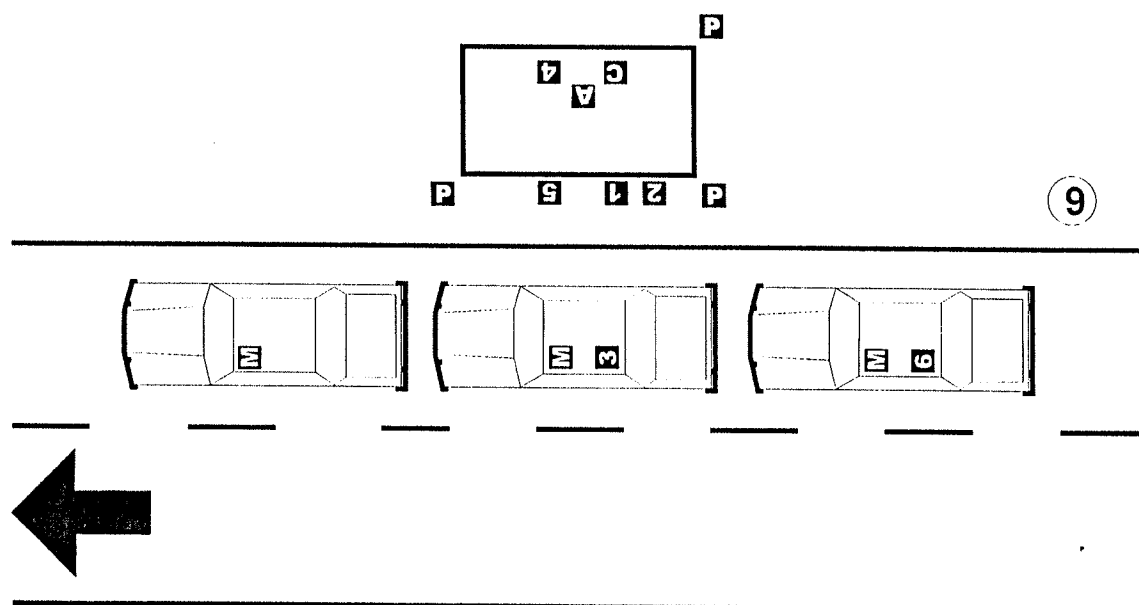
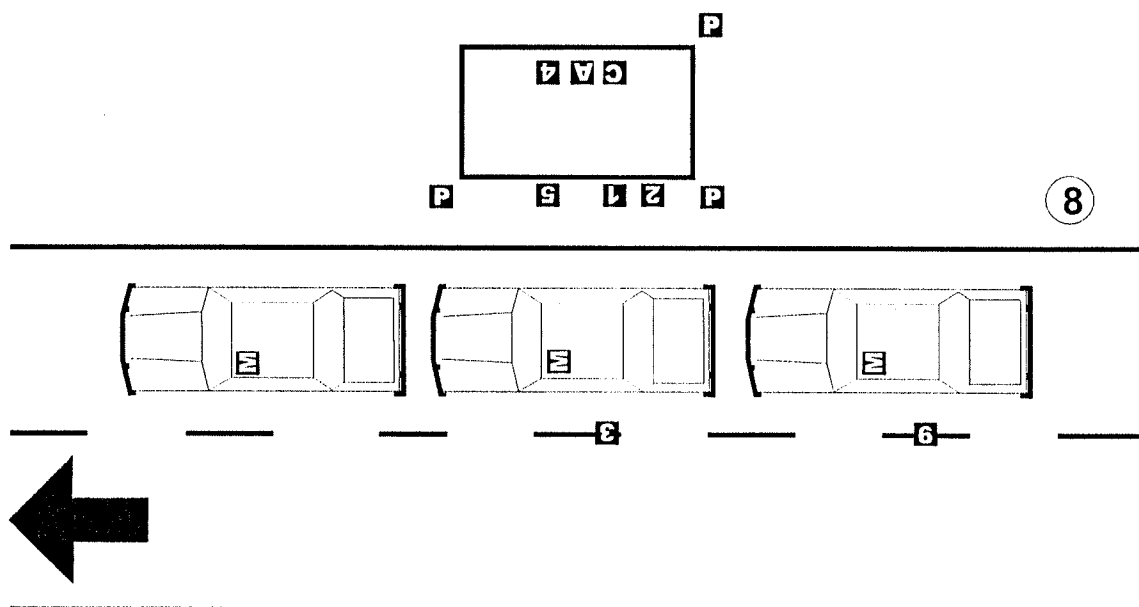


Embarque na ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação

Embarque na ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação

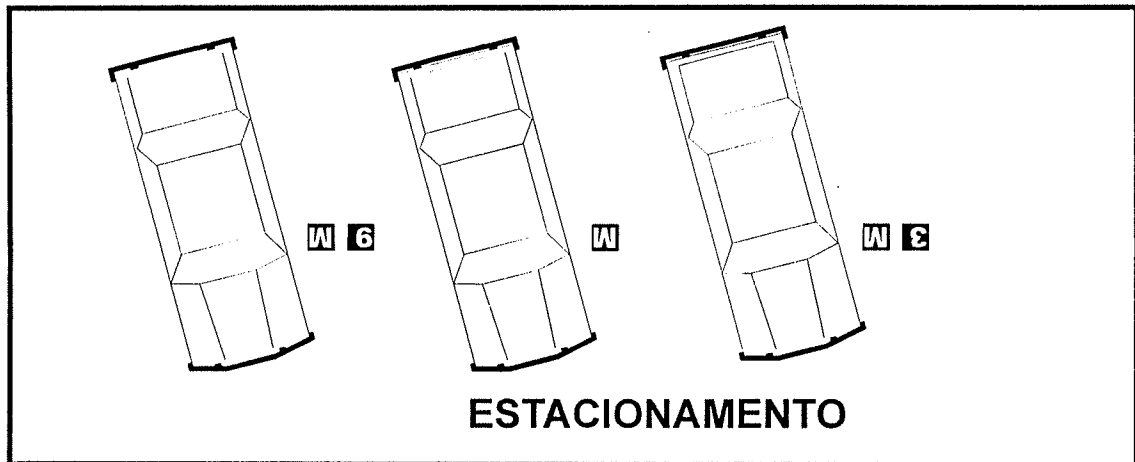


Embarque na ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação

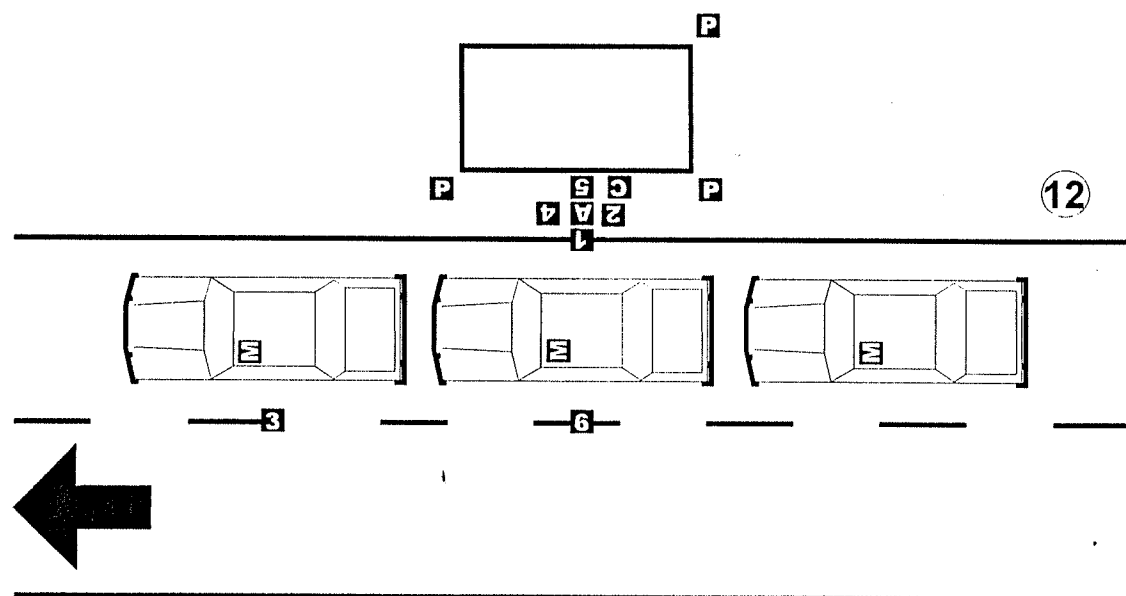
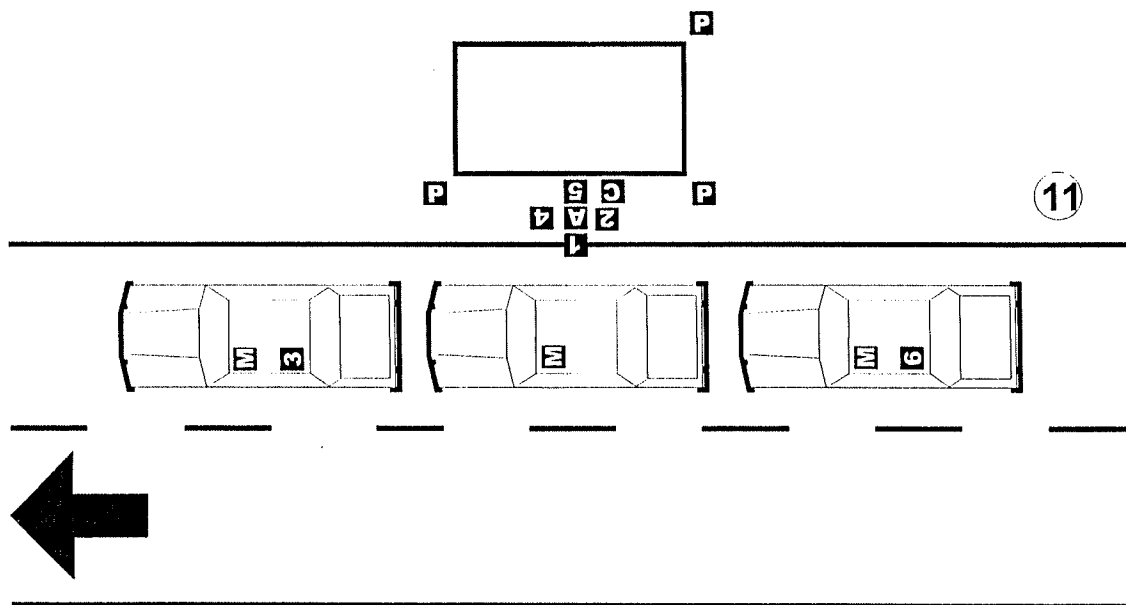


Embarque na ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação

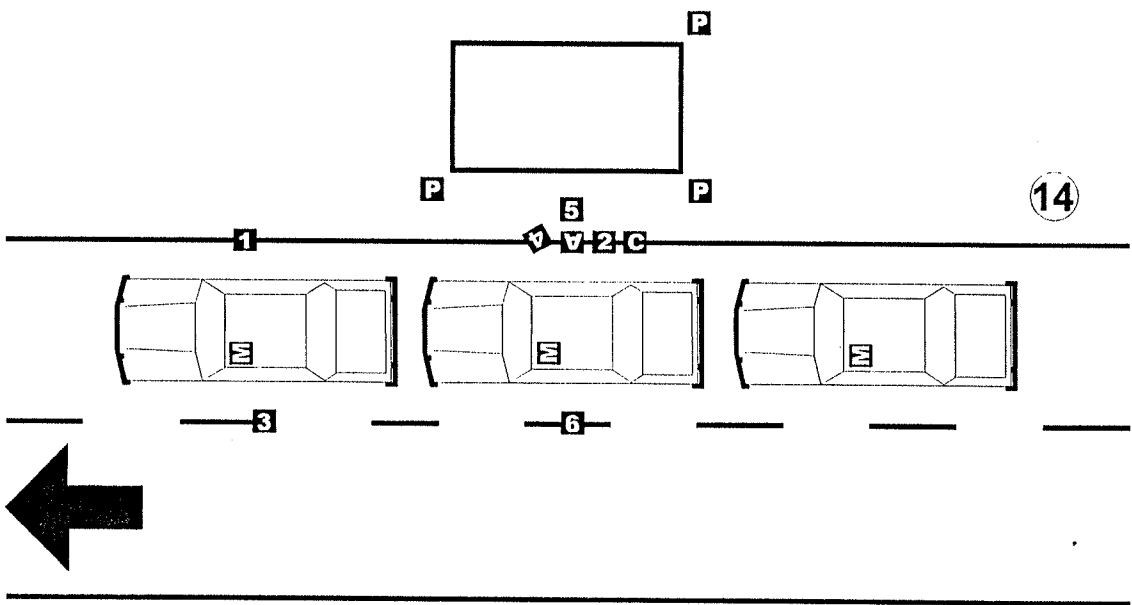
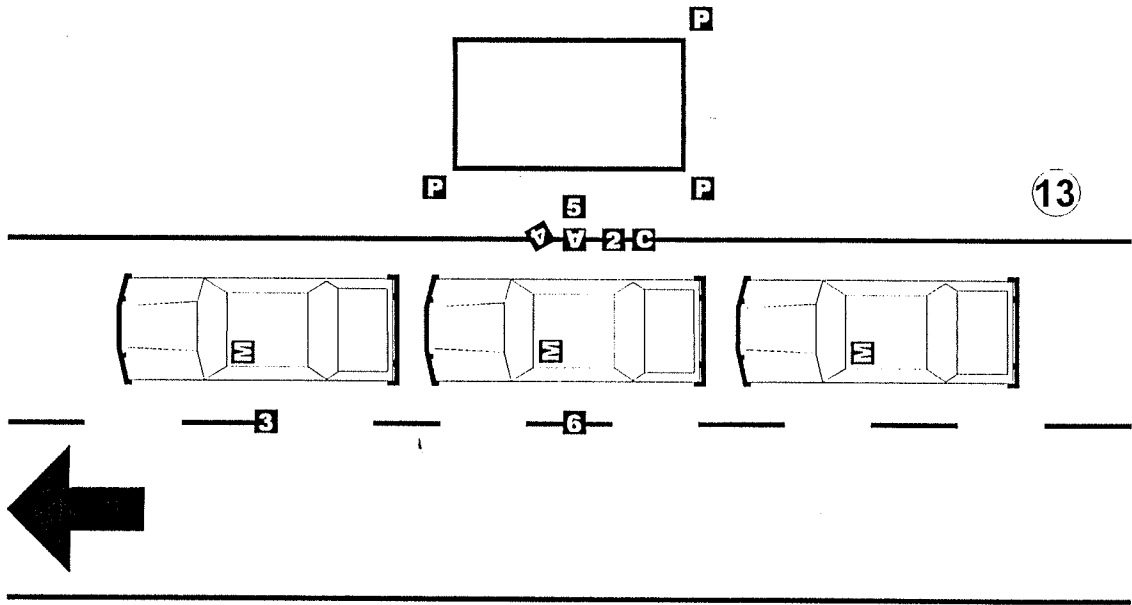
10



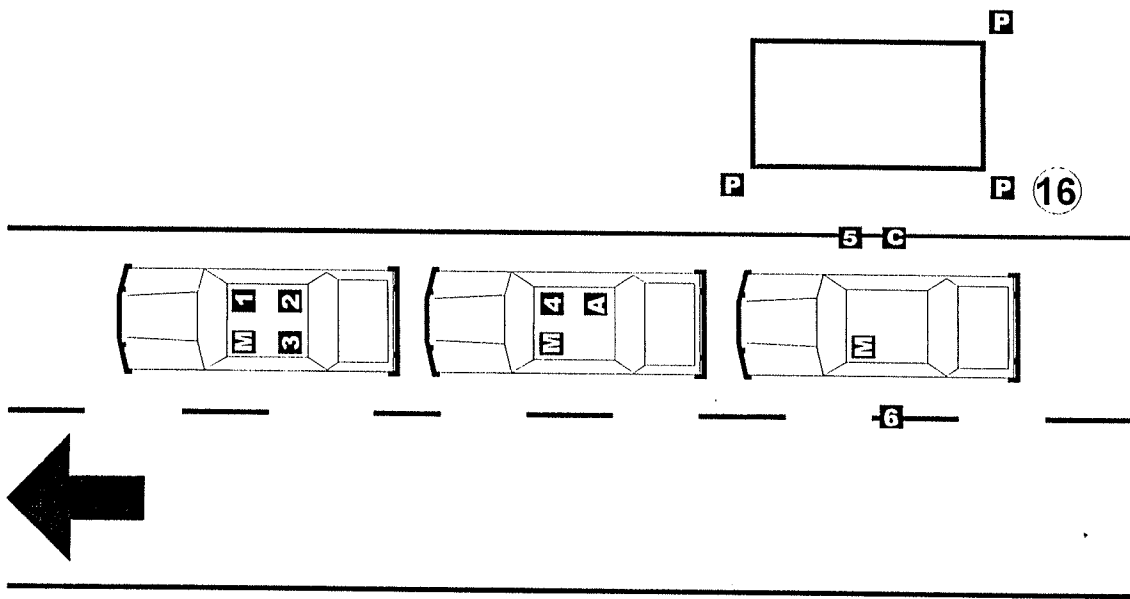
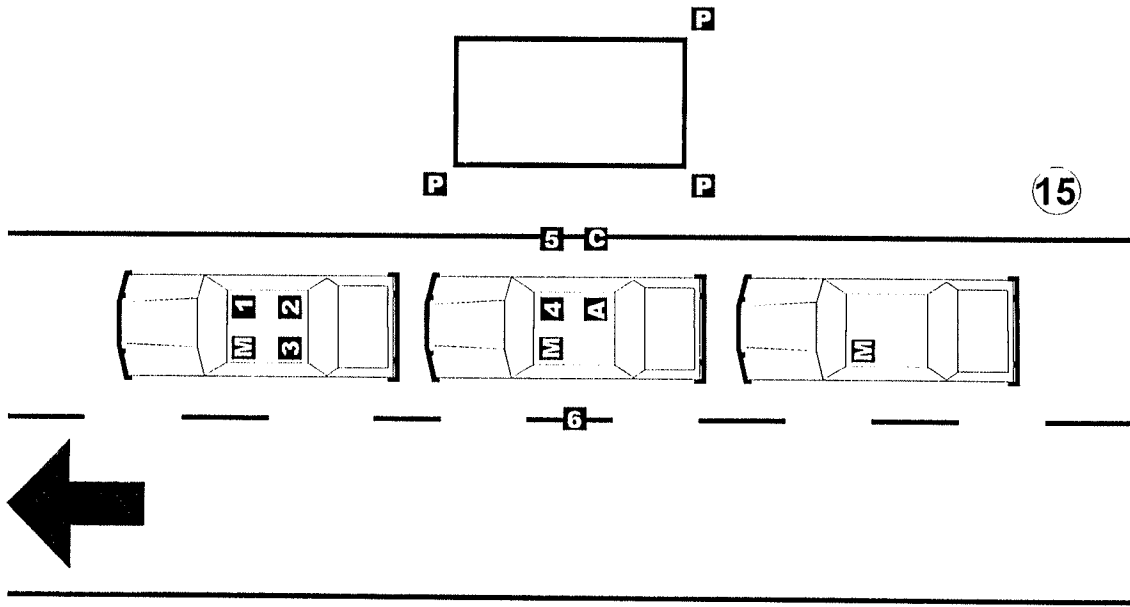
(2) Embarque na ortodoxa



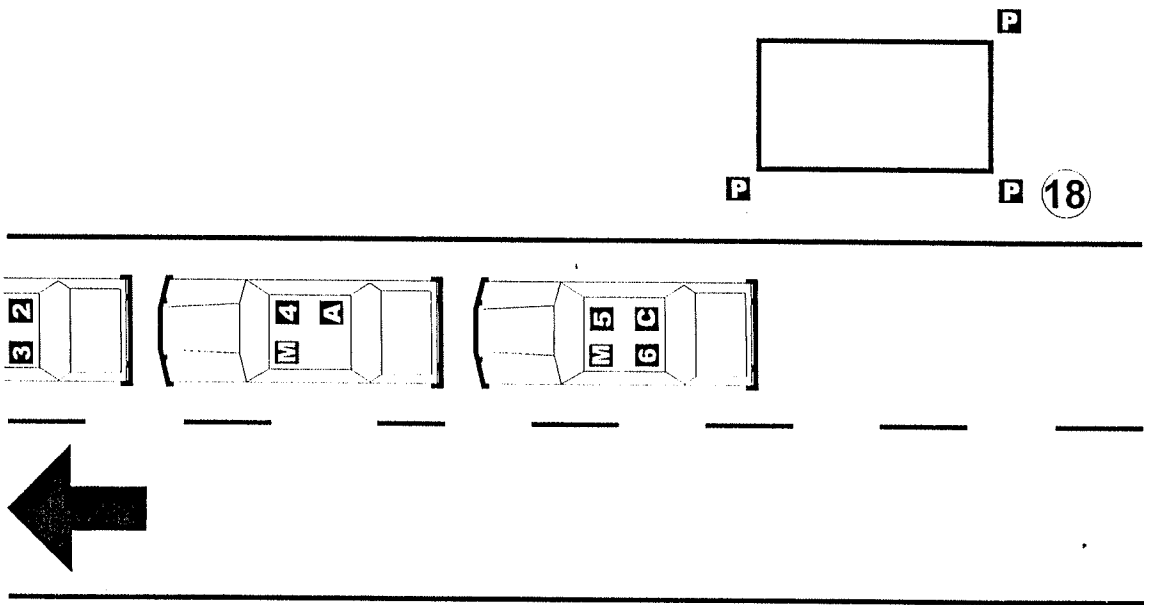
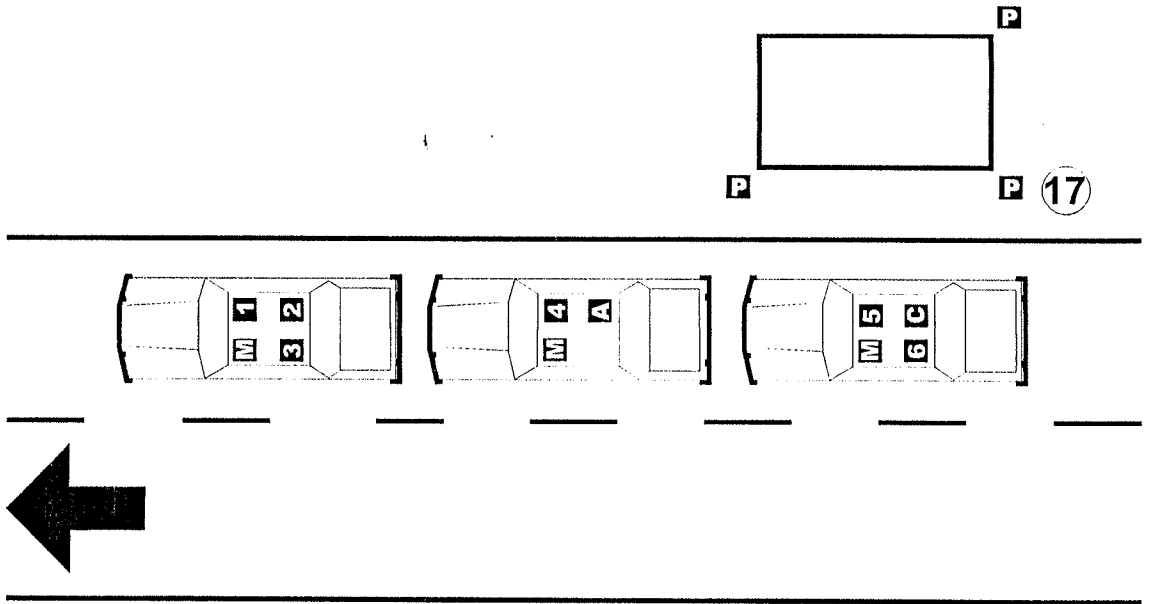
Embarque na ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação

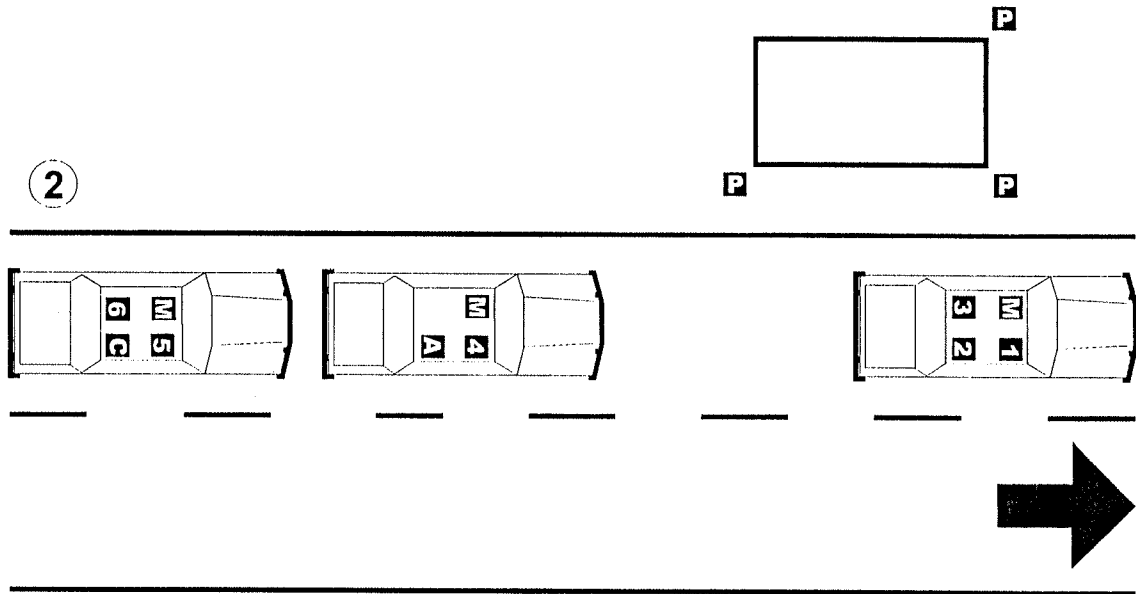
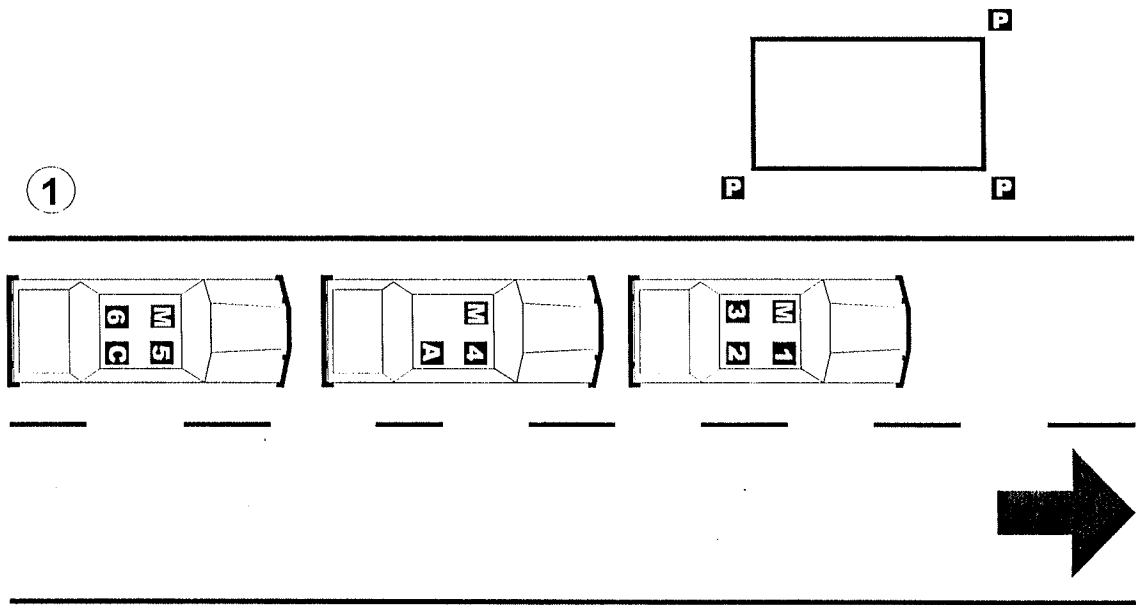


Embarque na ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação

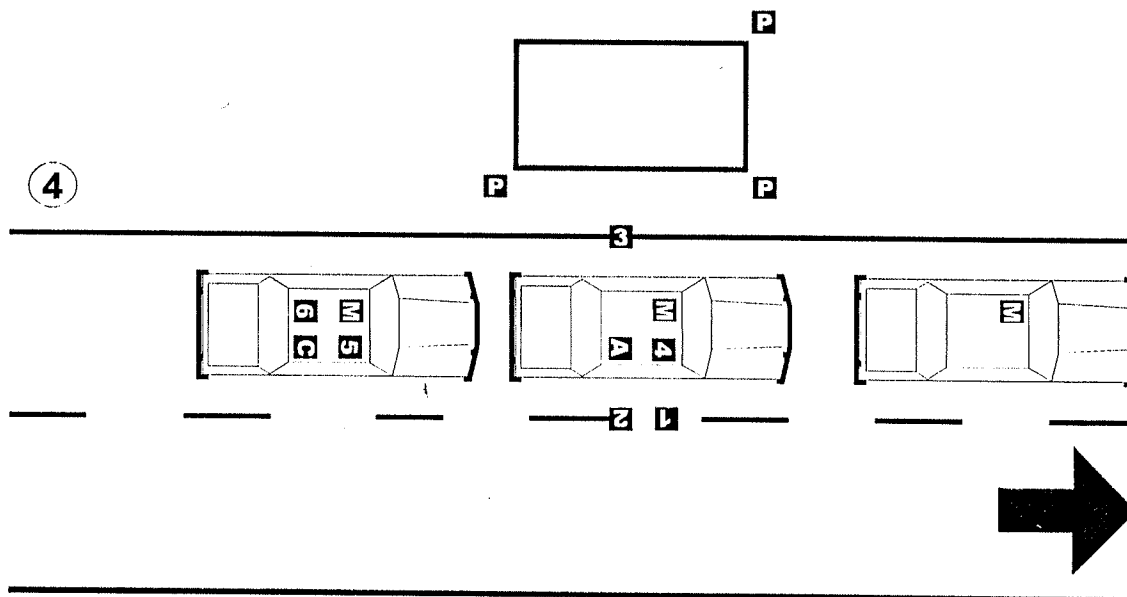
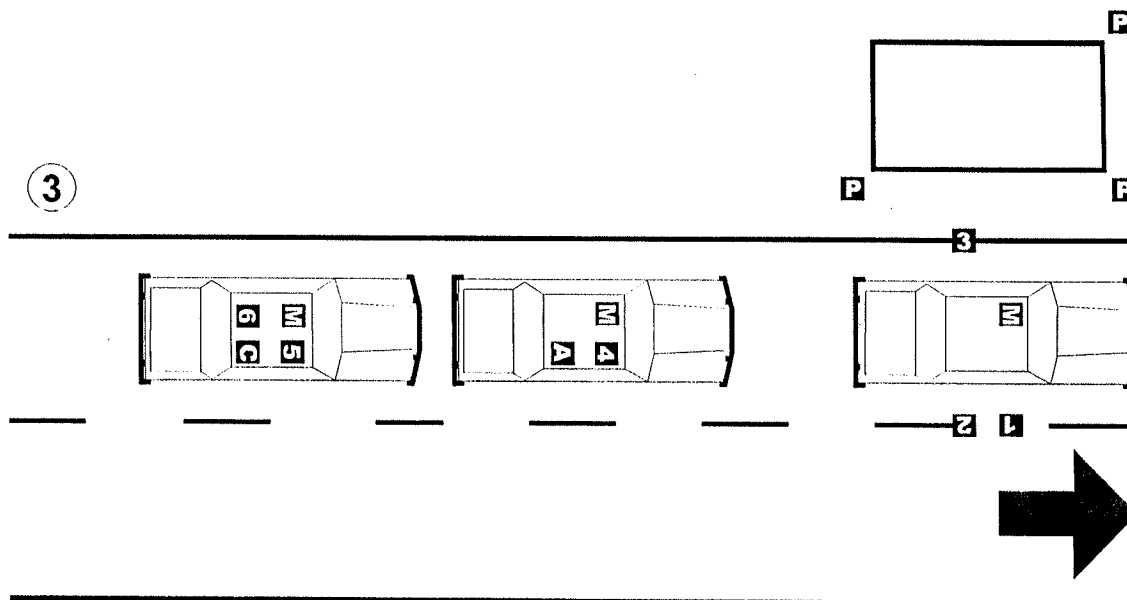


Embarque na ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação

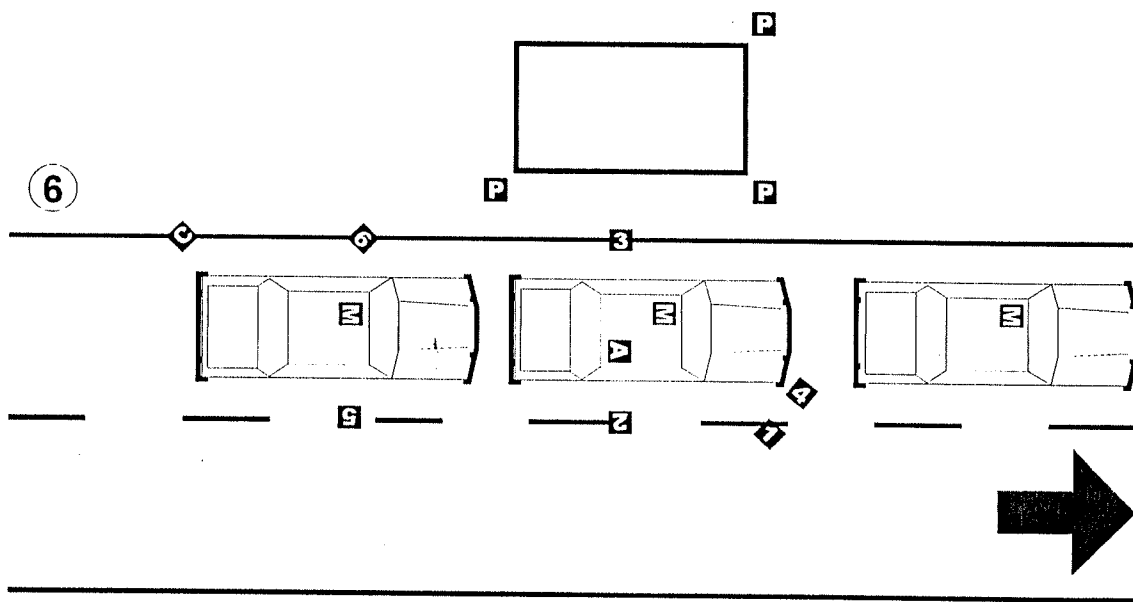
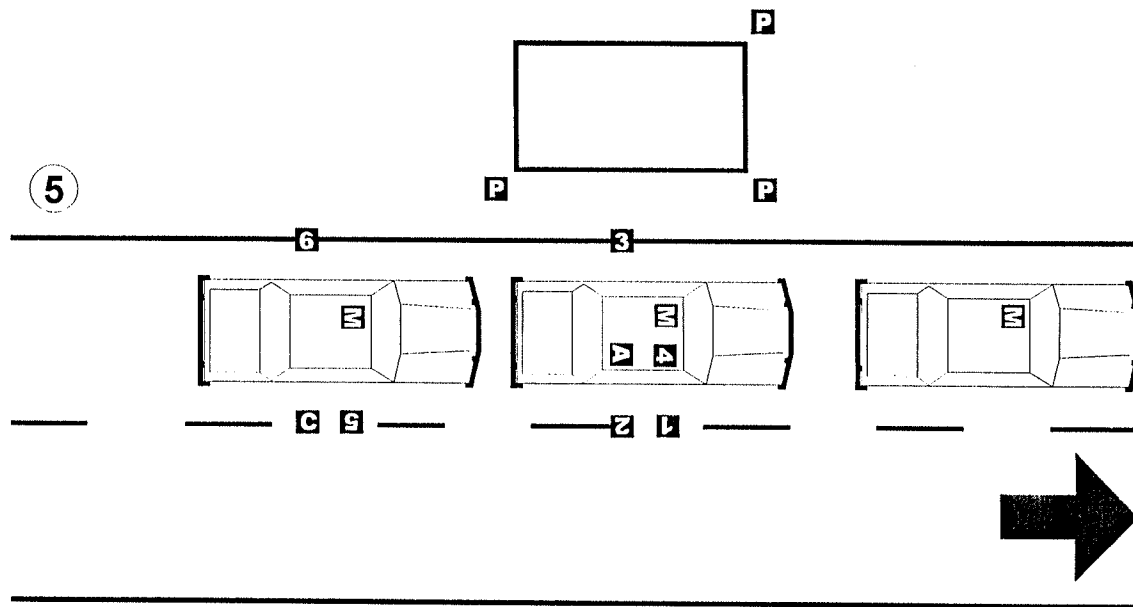


(3) Embarque na não ortodoxa

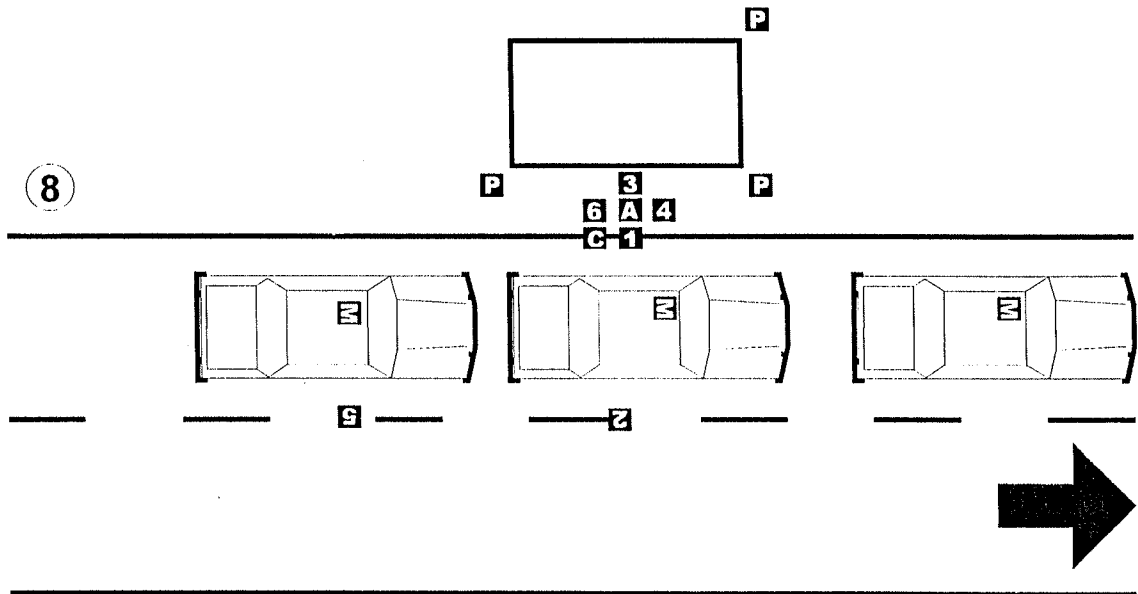
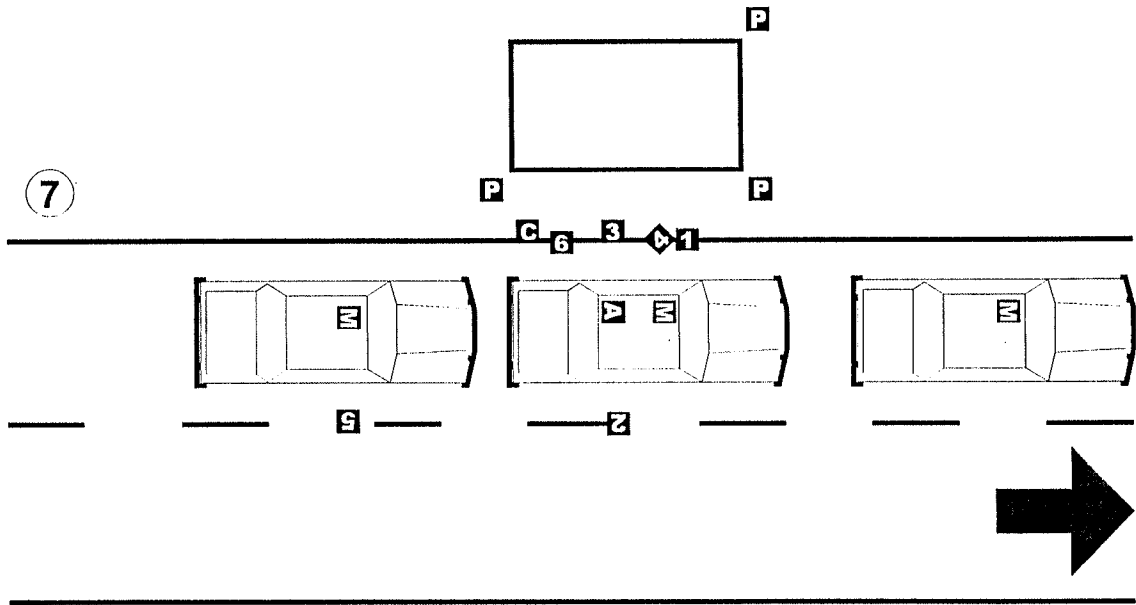
Embarque na não ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação



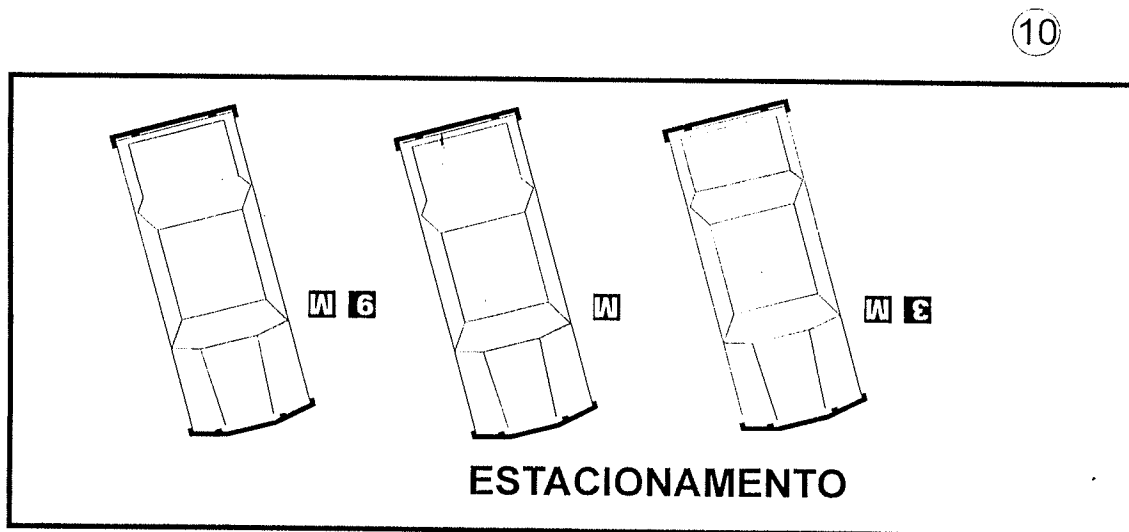
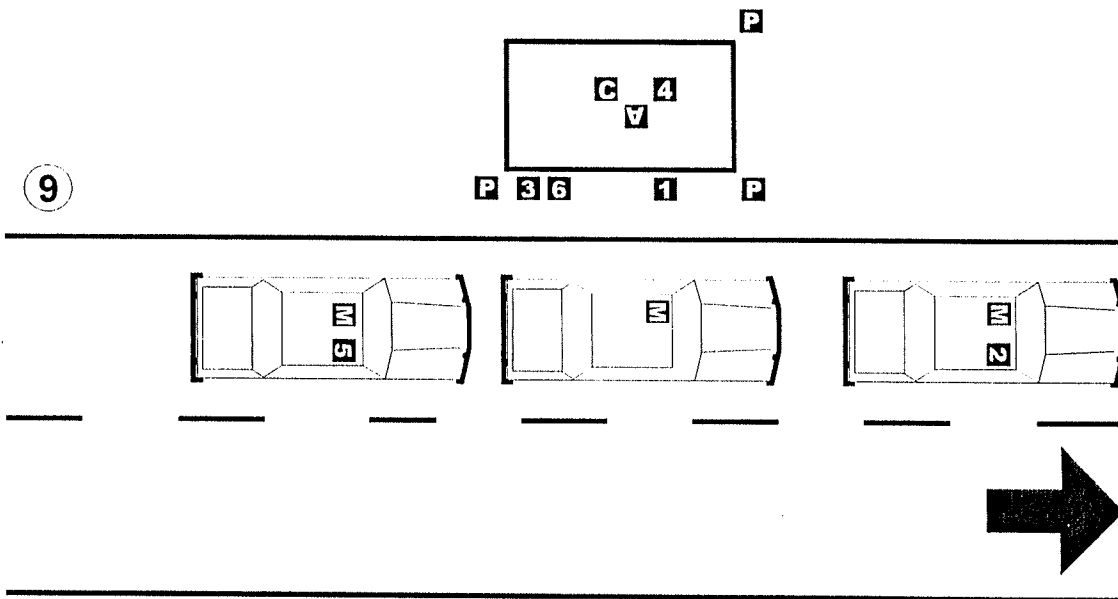
Embarque na não ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação



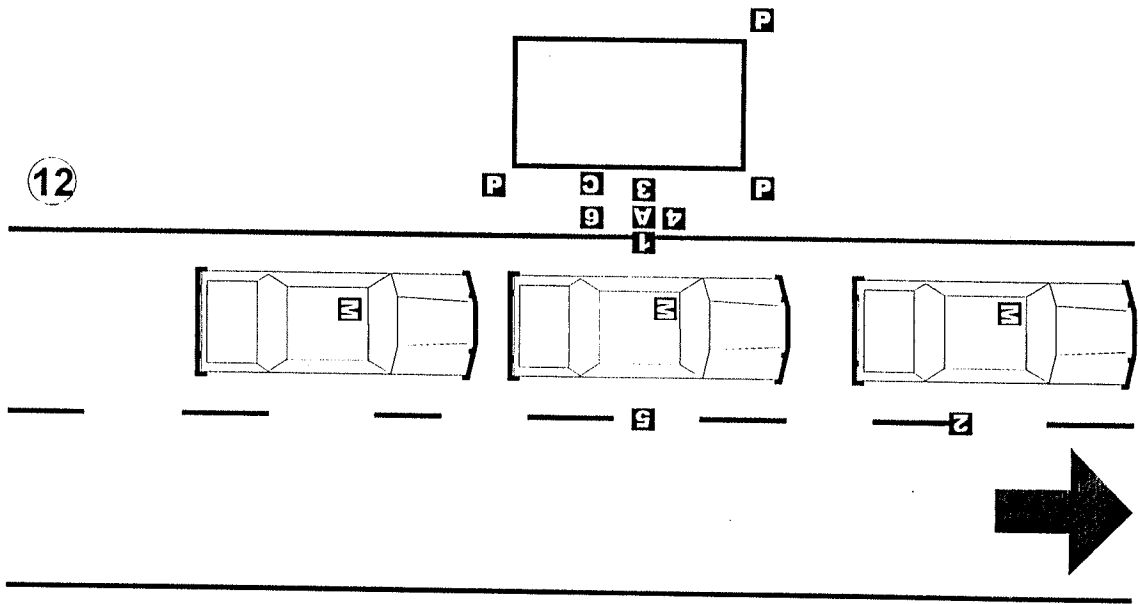
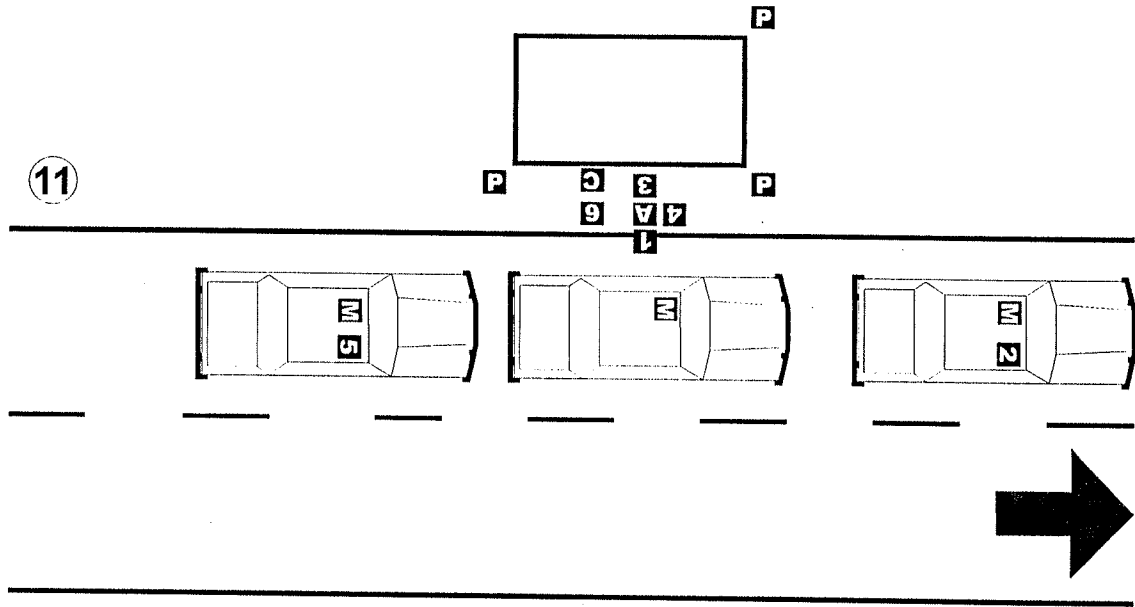
Embarque na não ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação



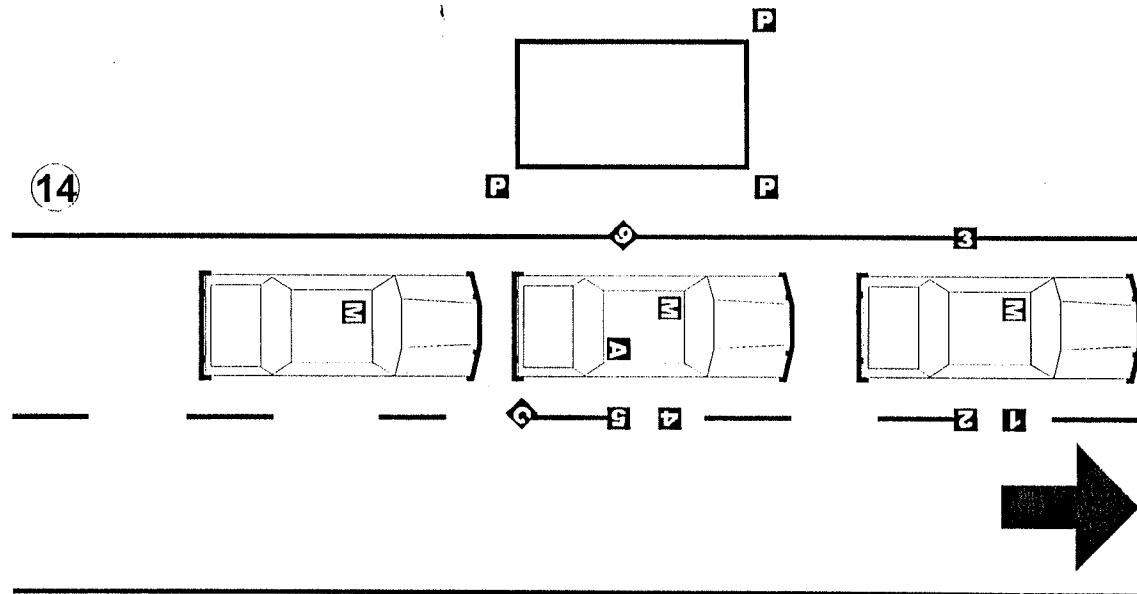
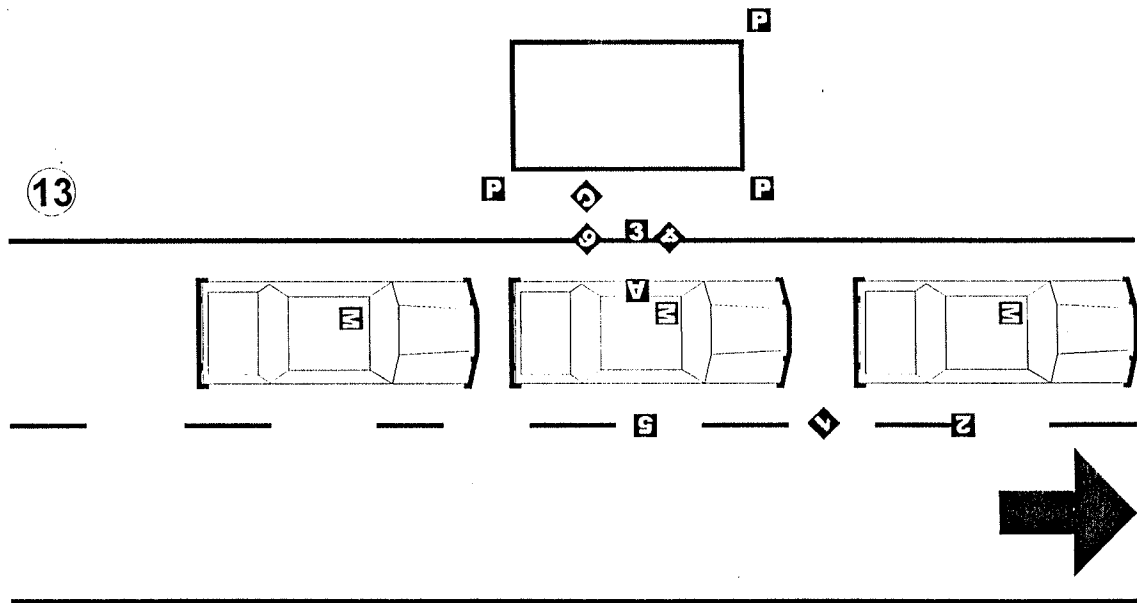
Embarque na não ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação



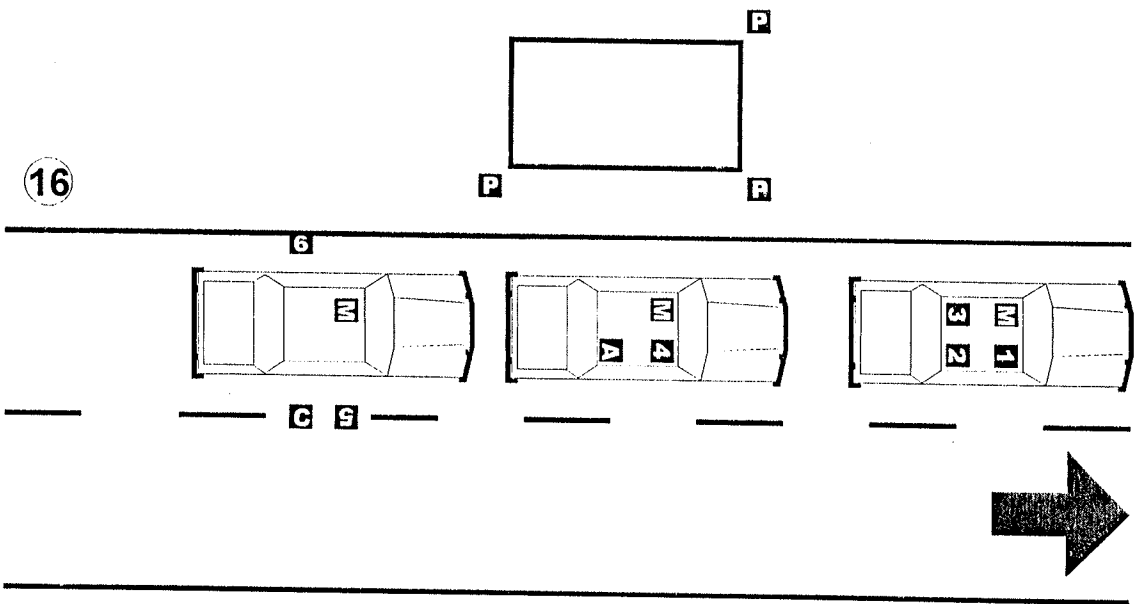
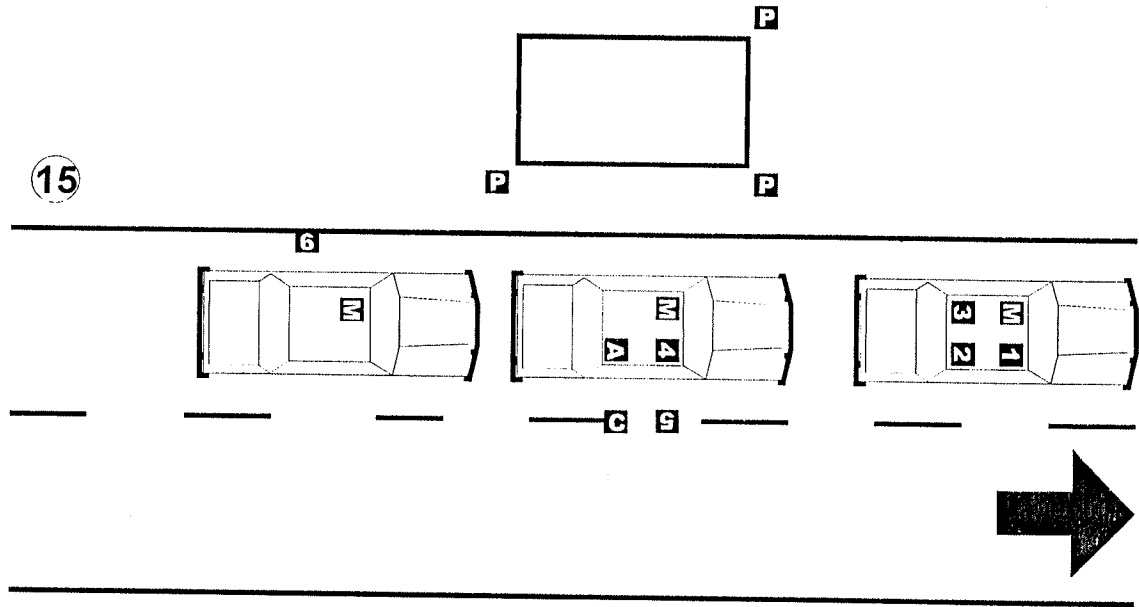
(4) Embarque na não ortodoxa



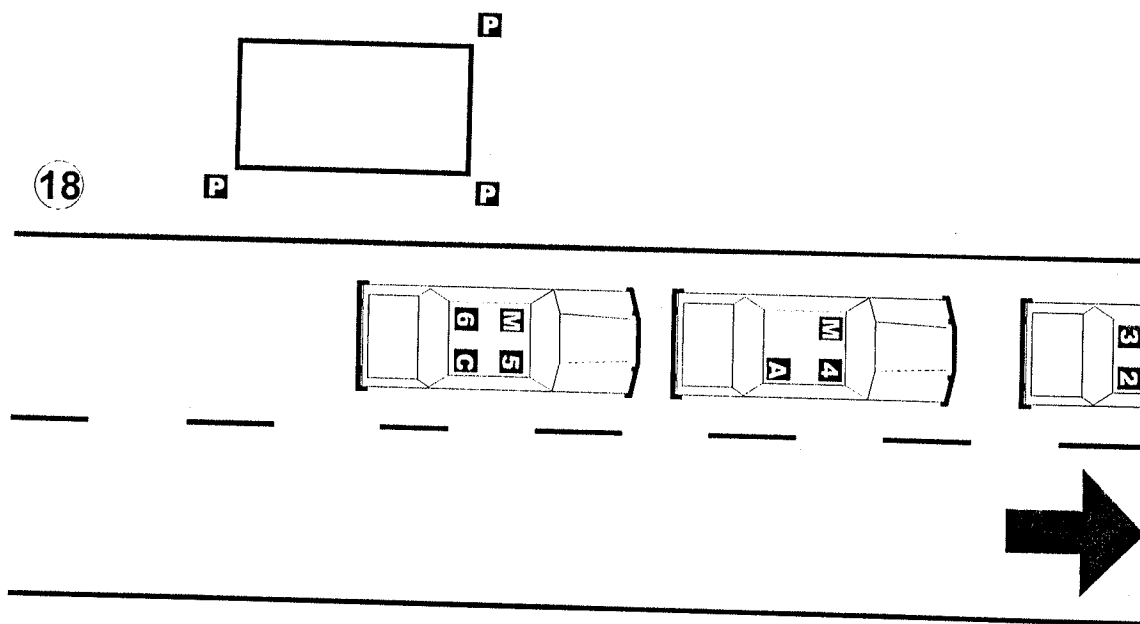
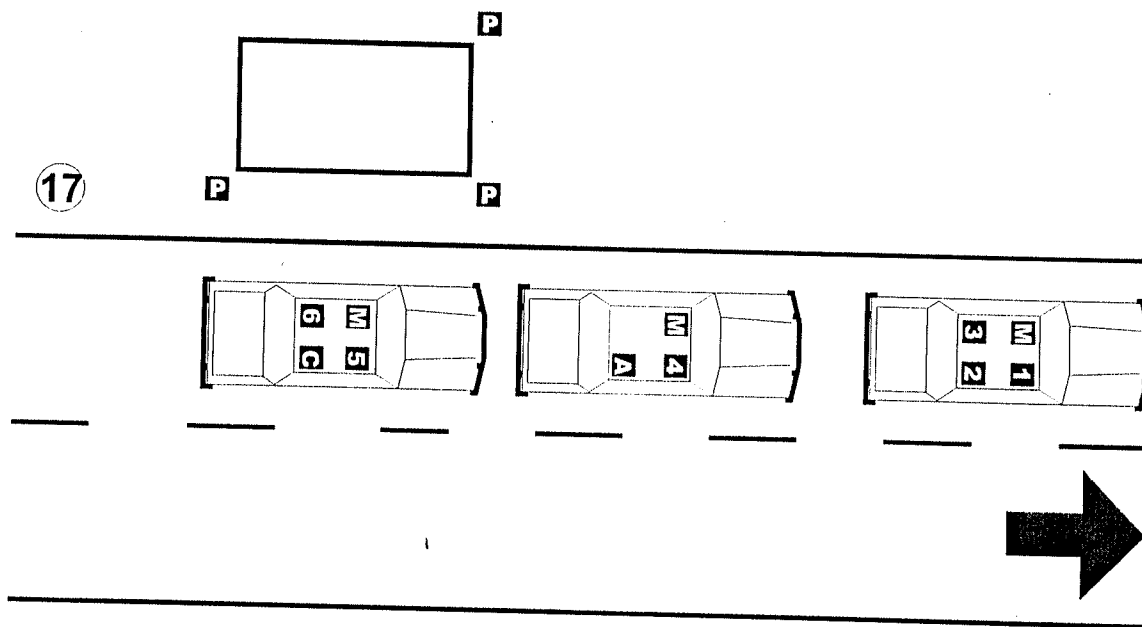
Embarque na ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação



Embarque na ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação



Embarque na ortodoxa com 3 (três) veículos - Continuação



CONCLUSÃO

Ao chegar ao final deste trabalho, o leitor terá observado que procuramos apresentar uma Doutrina de Segurança de Dignitários, que sirva de fundamentação teórica, com vistas ao estabelecimento de Normas e Padrões de Procedimentos a serem implementados pela Polícia Militar do Estado de Goiás por meio do Gabinete Militar da Governadoria.

Inicialmente, realizamos uma pesquisa de campo a fim de verificar o nível de conhecimento sobre a matéria em que se encontram os agentes empenhados na missão de prover segurança ao Governador do Estado. Da análise dos dados obtidos, verificou-se que 27,1% dos agentes não conhecem as técnicas de acompanhamento de uma autoridade, e que 43,8% não conhecem as técnicas de reação face a atentados. Números que por si só justificam a elaboração desta monografia.

Esta preocupação levou-nos a focar a assimilação de conceitos básicos necessários àquele que atua nesta área.

A indicação de regras, condutas, táticas, estratégias e procedimentos para o estabelecimento de um sistema de segurança eficiente e eficaz visa contribuir para a formação e o treinamento de agentes de segurança.

A idéia básica é conhecer para fazer. Parece-nos que a elaboração de normas e padrões de procedimentos deve embasar-se em doutrina consagrada. Neste sentido, aproveitamos a experiência de quem detém este conhecimento e o aplica no dia-a-dia ao prover a segurança do primeiro mandatário da nação. Revisamos, também, a documentação utilizada pela Polícia Federal, órgão responsável pela segurança de ministros de estado e autoridades estrangeiras.

Aqueles que já possuem conhecimento sobre o assunto constatarão que aqui procuramos reunir de forma objetiva, clara e, quanto possível, concisa, informações necessárias à estruturação de um sistema de segurança de autoridades. Ou seja, vimos o "que fazer". A operacionalização das tarefas apontará caminhos novos que complementarão estes conhecimentos que servirão de suporte para normatizar o "como fazer".

A competência em prover segurança está estritamente relacionada ao grau de conscientização que o profissional de segurança possui sobre a relevância de sua função, os riscos a que está exposto e as conseqüências funestas para a sociedade e a instituição caso ele falhe.

A implantação das normas e padrões de procedimentos ora propostos, na Polícia Militar do Estado de Goiás, demonstrará a importância do assunto, não só pela melhor compreensão da matéria mas, principalmente, pelas contribuições trazidas a nível institucional para a otimização do planejamento e execução das operações de segurança de dignitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza.
Projeto de pesquisa; propostas metodológicas. 4. ed. Petrópolis: Vozes,
1996, 102p.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Manual de segurança de dignitários*. Brasília:
Departamento de Polícia Federal, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. *Manual de doutrina; segurança de
autoridades*. Brasília: Subchefia de Segurança da Casa Militar, 1994.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Proteção de autoridades*.
Brasília: Centro de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos, 1990.
- DANTAS FILHO, Diógenes. *Segurança de autoridades*. Rio de Janeiro:
1995, 150p., il. Mimeo.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, 120p.

SÁ, Elisabeth Schneider de. et al. *Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, 184p.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

O assunto SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS foi escolhido como tema de monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais/97 da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Para isto, estamos pedindo a colaboração de pessoas interessadas e/ou envolvidas no assunto. Esta é a razão pela qual nos dirigimos a V.S^a, solicitando responder este questionário, de acordo com as instruções que seguem (NÃO É NECESSÁRIO IDENTIFICAR-SE):

Em cada pergunta abaixo, escolha a alternativa que serve para sua resposta, assinalando-a com um X que deve ser colocado no respectivo parêntese:

1. Qual é o seu tempo de serviço policial-militar?

() menos de 5 anos

() 5 a 10 anos

() 10 a 15 anos

() mais de 15 anos

2. Há quanto tempo trabalha no Departamento de Segurança do Gabinete Militar?
- menos de dois anos
 - 2 a 4 anos
 - 4 a 6 anos
 - 6 a 8 anos
 - mais de 8 anos
3. Onde você estava desempenhando suas funções ao ser designado para o Departamento de Segurança?
- em função administrativa na PM - atividade-meio
 - em função operacional na PM - atividade-fim
 - outros (cursos, a disposição de outros órgãos etc.
4. Já possuía experiência anterior em segurança pessoal de autoridades?
- Sim Não
5. Ao ser efetivado no Departamento de Segurança, você recebeu alguma instrução ou participou de estágio de segurança de autoridades, antes de exercer as funções de agente de segurança?
- Sim Não

6. Inicialmente você encontrou dificuldades para exercer tal função?
() Sim () Não
7. Você já teve a oportunidade de consultar algum manual específico na área de segurança de autoridades?
() Sim () Não
8. Você sente necessidade de ter um manual de normas e procedimentos de segurança de autoridades, para que você possa se orientar quanto à execução de seu serviço?
() Sim () Não
9. Você conhece as técnicas de acompanhamento de uma autoridade em deslocamento a pé ou motorizado?
() Sim () Não
10. Você conhece as técnicas de reação face a atentados a autoridades?
() Sim () Não.